

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado

# Entre a Honra e o Mercado

Virna Ligia Fernandes Braga

Juiz de Fora

2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Virna Ligia Fernandes Braga

## Entre a Honra e o Mercado:

Análise do processo de formação do  
movimento sindical docente  
em Juiz de Fora (1934-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio Godinho Delgado

Juiz de Fora  
2006

## BANCA EXAMINADORA

Dr. Ignacio Godinho Delgado  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Dr. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Dr<sup>a</sup>. Andréa Casa Nova Maia  
Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG

## AGRADECIMENTOS

Para o historiador que decide se dedicar a pesquisa surge pela frente um árduo caminho, às vezes calmo, outras tortuoso. Durante o processo de maturação das idéias, escolha do objeto, contato com as fontes, somos testados por nossos sentimentos e valores. Buscamos a imparcialidade positivista, científica, mesmo sabendo que nossa escolha implica parcialidade, afinidade, paixão. Não poderia deixar de reafirmar as palavras de Eric Hobsbawn quando diz que “a principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou”.<sup>3</sup>

As convicções apaixonadas e as dificuldades em tentar compreender a experiência histórica, sem produzir julgamentos, compartilhei com muitas pessoas nestes dois anos do curso de mestrado, dividindo incertezas, alegrias e descobertas. Como integrante da primeira turma do Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, tenho orgulho de dizer que nesta universidade encontrei meu caminho, minha meta, os melhores amigos, os melhores mestres. Mestres na verdadeira acepção da palavra, que nos ensinam não só a disciplina ministrada, mas também nos acolhem e estimulam, acreditando em nosso potencial.

Agradeço especialmente a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, por me conceder a honra de ter sua amizade, muito presente nestes últimos meses tão cheios de expectativas. Agradeço ao Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata, coordenador do curso de mestrado nos primeiros “ano e meio” de sua existência: pela paciência, preocupação e cuidado, com “um bando de marmanjos que exigiam sua atenção há todo momento”. Agradeço a todos os colegas das primeiras turmas, especialmente aqueles com quem tive um contato mais próximo: meus amigos Plínio, Patrícia, Ana Luíza e Flávia, com os quais troquei muitas figurinhas!

A minha mais que amiga Juliana, agradeço por tudo que fez para me ajudar, ouvindo atenciosamente minhas idéias referentes à pesquisa. Luciano Torres e Aline Gomes foram de suma importância nesta caminhada, me auxiliando nos momentos de diversão! Agradeço também a Luciano Severino, Meynardo e Juarez, amigos eternos; a Aline Junqueira pelo auxílio quanto à qualidade do texto, por seus comentários sempre sinceros.

---

<sup>3</sup> HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 -1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.15.

À minha mãe Tereza: você me ensinou a lutar, a vencer todo e qualquer obstáculo que a vida, porventura, viesse a colocar em meu caminho. Sou testemunha de tudo que passou e de como sobreviveu, mais ativa e forte. Gostaria, sinceramente, de ser apenas metade do que você é. Sei que herdei sua tenacidade, seu sentimento de justiça, sua sensibilidade, e lhe sou grata por isso. Não imagino minha vida sem seu apoio, sem sua presença constante, você é meu chão, meu esteio, e apesar de nossas desavenças e discussões, eu te amo.

Te dedico este trabalho, que é meu e seu.

Agradeço a Bernardo, meu filho querido e amado, além de agradecer-lhe, devo me desculpar por tantas ausências, tantos “não posso”, “tenho que estudar”, “agora não”! De tão acostumado sempre me pergunta: -Isso é pro mestrado? Quero dizer que você será, sempre, meu melhor amigo, meu companheiro! Você me completa, me torna uma pessoa melhor, me faz feliz!

Ao meu pai, José de Alencar, desejo estar correspondendo às qualidades intelectuais que me atribui, fazendo questão de dizer para os amigos que sou “muito inteligente”. Te amo por ter me recebido novamente em sua casa, a mim e a meu filho, cuidando e provendo, como um pai deve fazer. Te amo, também, quando diz, com orgulho, que tem uma filha que cursou História, valorizando minha escolha como se fosse sua.

Agradeço a minha irmã Lílian pelo incentivo e pelas boas risadas que damos, quando temos oportunidade de estar juntas. Agradeço ao meu cunhado Luis Alfredo, por ter sido responsável por uma produção fantástica: meu brilhante sobrinho Théo, uma criança com o poder de renovar o fôlego de todos a sua volta!

À direção do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (SINPRO-JF), gestão 2002-2004 e 2005-2007, meus sinceros agradecimentos a todos com os quais convivi durante o trabalho de pesquisa e que se revelaram extremamente comprometidos com o cotidiano do professorado da cidade. Especialmente a Flávio Bitarello, por seus comentários e interesse a respeito deste estudo.

Agradeço aos funcionários Lúcia Mônica, Luzia, Fabiano, Fernanda e Wanderson, que se tornaram amigos queridos.

Não posso deixar de registrar o apoio das diretoras do Sind/UTE de Juiz de Fora: Vic, Lorene e Rosa, que me acompanharam na reta final do processo de redação da dissertação.

Agradeço a Valéria Lobo, por sempre ter me tratado com simpatia durante as diversas ligações que fiz para sua casa, em busca de meu orientador.

Quanto ao meu orientador, Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado, devo dizer que é mais do que um intelectual. Ele é especial, um gênio, uma figura ímpar, que nos estimula a pensar de forma lúdica e livre.

Admiro suas qualidades, como pensador e mestre, é mais que tudo um amigo, o que muito me orgulha. Obrigada por acreditar em mim!

Ao meu irmão Francisco, *in memoriam*, agradeço o privilégio de ter podido crescer em sua companhia e de poder senti-la, ainda hoje, em todos os momentos.

*“(…) quando a estratificação estamental impregna a comunidade tão fortemente como ocorreu em todas as comunidades políticas da Antiguidade e da Idade Média, jamais podemos falar de uma concorrência de mercado realmente livre, tal como a entendemos hoje. Há efeitos mais amplos do que essa exclusão direta de bens especiais do mercado. Da contradição entre a ordem estamental e a ordem exclusivamente econômica, acima mencionada, segue-se que na maioria dos casos a noção de honras peculiares ao estamento abomina de forma absoluta aquilo que é essencial para o mercado: o regateio. As honras abominam o regateio entre os pares e ocasionalmente tornam tabu o regateio em geral para membros de um estamento”.*

*Max Weber – Ensaios de Sociologia*<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. ZAHAR Editores. Rio de Janeiro, 1974. 3ª Edição.p.226.



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação do movimento de professores em Juiz de Fora, mais precisamente sua organização sindical entre 1934 e 1964, destacando características peculiares a categoria docente e que influenciaram, fortemente, os rumos do movimento. As considerações de E. P. Thompson, quanto a valorização da experiência e da cultura dos trabalhadores em geral, orientaram a busca por identificar as particularidades do professorado enquanto uma categoria com aspectos distintos das demais.

Nesta perspectiva, consideramos as noções de “honra estamental” de Max Weber, “capital cultural”, de Pierre Bourdieu, e “expertise”, de Erik Olin Whright, com o objetivo de captar as especificidades que conformaram o desenvolvimento da representação docente na cidade. Estas especificidades e o exame das fontes possibilitam apontar valores ligados a uma condição de *status*, de “igualdade de estima” entre diretores de escolas e professores, que irá combinar-se com as exigências de um comportamento classista, a partir da criação do Sindicato de Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora, em 1934. Entretanto, o posicionamento mais combativo será efêmero e irá ocorrer somente em conjunturas particulares, o que demonstra a efetiva superioridade da dimensão estamental entre o professorado.

## ABSTRACT

The goal of this work is to analyze the process of teachers' movement formation in Juiz de Fora, mainly its union between 1934 and 1964. Placing emphasis on peculiar faculty characteristics that influenced the directions of the movement. E. P. Thompson's view on the labor's culture and experience values lead us to identify teachers' particularities as a distinct category. From this perspective we consider the notions of "estamental honor" by Max Weber, "cultural capital" by Pierre Bourdieu and "expertise", by Erik Olin Whright; with the purpose of getting the particularities that conformed the development of faculty representation in the city.

These particularities and the source exams permit to point the values related to a status condition, an "equality esteem" among school managers and teachers' that will be combined with the exigencies of a classist behavior since the formation of teachers' union in private institutions in Juiz de Fora, in 1934. However, the most combative position will be ephemeral and will only happen in private spheres, what proves the effective superiority of the estamental dimension among the teachers' union.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: A Autonomia da Classe Trabalhadora no Brasil</b> .....	<b>15</b>
1.1- A Produção Acadêmica sobre os Professores .....	22
1.2- Max Weber, Pierre Bourdieu e Erik Olin Wright: identificando o “trabalhador intelectual”.....	25
1.3- Qualificação e <i>Status</i> : educação, missão e sindicalismo .....	38
<b>CAPÍTULO 2: O Sindicato dos Professores de Juiz de Fora e sua Relação com a Estrutura Sindical Corporativa</b> .....	<b>52</b>
2.1- O Sindicalismo Corporativo em Minas Gerais .....	59
2.2- A criação do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora .....	65
2.3- Do legalismo dos bacharéis ao legalismo conservador: a postura antimudanças e o sentimento anticomunista .....	71
<b>CAPÍTULO 3: O Movimento de Professores nos anos 40 e 50</b> .....	<b>79</b>
3.1- Os anos iniciais da década de 1940: em sintonia com a ideologia estado-novista .....	80
3.2- Dinamização: a aproximação com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.....	85
3.3- Anos 50: a luta pela vigência da Portaria 204 .....	91
<b>CAPÍTULO 4: A Greve de 1959 e a Conjuntura Política Pré-1964</b> .....	<b>108</b>
4.1- O movimento grevista de março de 1959.....	111
4.2- A “Casa do Professor”: a caminho do Golpe Civil-Militar de 1964..	122
<b>Conclusão</b> .....	<b>140</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>142</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>147</b>

## INTRODUÇÃO

Os estudos que tratam do movimento de professores no Brasil apresentam, geralmente, um viés educacional. A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre a organização sindical do professorado se volta para o período da redemocratização, a partir da década de 1980. Poucas são as pesquisas que utilizam um recorte mais recuado, devido a dificuldades em relação às fontes, pois a maior parte dos sindicatos docentes foi criada após os anos 1970.

As greves históricas, como as do ABC paulista, no final da década de 1970, estiveram inseridas neste “boom” dos movimentos sociais, que assumiu a denominação de “novo sindicalismo”: o movimento sindical renascia combativo, após um longo período de exceção. A divisão entre sindicalismo “pelego”, “amarelo”, “governista”, anterior à década de 1960, e o sindicalismo realmente combativo, pós-ditadura, muito contribuiu para que se privilegiassem recortes temporais mais aproximados. Antes da redemocratização não teria existido conquista de direitos, nem combatividade, segundo diversas análises presentes em estudos acadêmicos realizadas no campo das Ciências Humanas, mais especificamente da sociologia e da história.

O surgimento das organizações sindicais docentes, ainda na década de 1930, constitui um fato bastante raro. São poucos os sindicatos fundados nos anos 1930 e 1940, já que boa parte das associações de profissionais liberais foi criada a partir da década de 1950. Acreditamos que trabalhar com um recorte mais recuado implica considerar, precisamente, um contexto econômico, político e cultural, muito diverso daquele dos anos 1980. Para analisar o movimento de professores na década de 1930, sem correr risco de ser anacrônico, há que se aprofundar a percepção da interação destes profissionais com o mundo em que viviam.

Aspectos significativos surgem quando procuramos perceber como a conjuntura, política e econômica, interage com a cultura e a experiência de vida destes trabalhadores. As motivações que levam os docentes a se organizarem, bem como sua relação com o modelo corporativo de Estado no pós-30, nos auxiliam na identificação de características peculiares ao movimento, derivadas de um arcabouço cultural anterior ao momento associativo.

Esta pesquisa se fundamentou, primordialmente, nos Livros de Atas do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, mais precisamente dois, que vão de 1934 a 1970; como também em outros documentos produzidos pela associação durante os 30 anos correspondentes ao nosso recorte temporal: acordos salariais, ofícios, relatórios, livro de filiação, cartas, etc. No caso dos

jornais, utilizamos O Trabalhista, a Gazeta Operária, o Diário Mercantil e a Gazeta Comercial, os dois primeiros do acervo de Dormevilly Nóbrega e os últimos catalogados no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

As entrevistas, especialmente em se tratando do campo da história política, partem da noção de que elas nos permitem compreender, de acordo com Verena Alberti, “as diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias”.<sup>5</sup> Os depoimentos orais são fundamentais para a construção do conhecimento histórico e o historiador deve ter o cuidado de perceber as artimanhas da memória, articulando-a as representações do passado.

Henry Rousso afirma que “a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.<sup>6</sup> Segundo Maurice Halbwachs, o sentimento de pertencimento a um grupo é necessário para que se possa lembrar “como grupo”, pois a memória coletiva associa-se à identificação ali existente.<sup>7</sup>

Procurei, portanto, tratar os depoimentos dos professores com fidelidade, inserindo-os no sentimento de grupo existente quando participavam do movimento docente. Ao mesmo tempo, utilizei a vasta documentação encontrada no SINPRO – JF, Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, para uma análise mais apurada das entrevistas colhidas. O contato com a documentação apontou características que, a partir de variáveis como contexto político e econômico estável; o domínio de escolas confessionais ou laicas; mudança na composição do movimento docente - através da filiação de novos quadros -; além do crescimento das relações de mercado no país, exerceram forte influência no posicionamento da associação diante de variadas conjunturas que se apresentaram no decorrer destes 30 anos.

A honra profissional, resultado da posição especial conquistada pelo professorado na sociedade, a qualificação intelectual e o sentimento de responsabilidade pelo trabalho como educador, são fatores que moldaram o movimento sindical docente em Juiz de Fora. O aparecimento das relações de trabalho capitalistas no Brasil irá interferir na condição privilegiada da categoria no mundo do trabalho, submetendo o professorado às regras do mercado, no qual a situação de honraria social e estima profissional não são reconhecidas.

<sup>5</sup> ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar* Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.24-25.

<sup>6</sup> ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.94.

<sup>7</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. p.34.

Desta forma, o primeiro capítulo apresenta um balanço sobre a produção acadêmica a respeito da classe trabalhadora brasileira, ressaltando a importância do pensamento de E.P. Thompson para o estudo da história dos trabalhadores. Apresenta, ainda, um breve comentário sobre as pesquisas relativas ao movimento docente no país. As particularidades da profissão são analisadas a partir das considerações de Max Weber, Pierre Bourdieu e Erik Olin Wright.

Weber é fundamental, pois identifica como o *status*, a situação estamental, as honras sociais, atuam sobre o comportamento e as ações de grupos específicos; especialmente quando esta “dimensão estamental” está condicionada a conjunturas políticas e econômicas diversas. As noções de Weber possibilitam perceber, no movimento docente de Juiz de Fora, o domínio da dimensão estamental, advinda da “igualdade de estima” entre professores e diretores de escolas, que formavam um mesmo grupo, com interesses comuns. Nas primeiras décadas de atuação do sindicato, este fator impedirá o surgimento de conflitos inerentes à relação patrão/empregado.

Através de sua noção de “capital cultural”, Bourdieu nos auxilia a perceber como o papel do “mestre”, do educador, exerce influência sobre a sociedade em geral, por meio de uma hierarquização dos bens culturais consumidos; Wright permite situar, mais adequadamente, na estrutura de classes, a localização precisa de trabalhadores que detêm o “capital cultural”, para Wright a “expertise”, a qualificação, a perícia, que o autor analisa como um “ativo produtivo”, capaz de gerar mais rendas.

No segundo capítulo, o objetivo é compreender a relação do movimento com a estrutura sindical corporativa, atentando para a possibilidade organizativa que este modelo de sindicalismo promoveu no pós-30. A organização sindical dos professores, nos moldes estabelecidos pelo governo, foi fundamental para estimular o espírito associativo da categoria, bastante arraigada a uma forma de legalismo de origem “bacharelesca”. Este legalismo é abordado analisando-se seus desdobramentos em uma postura antimudanças e no surgimento do sentimento anticomunista, que terá influência nos posicionamentos e nas escolhas da associação em meados dos anos 1950 e no período pré-golpe, em 1964.

A dinamização do movimento sindical docente de Juiz de Fora, nas décadas de 1940 e 1950, é do que trata o terceiro capítulo, conectando o posicionamento do professorado da cidade ao contexto nacional. Se no início da década de 1940 o sindicato está alinhado à ideologia do Estado Novo, na década de 1950, a mobilização nacional do movimento sindical, a ampliação do número de professores filiados – o que irá renovar os quadros da associação –, o crescimento

acelerado da inflação e o contato com o sindicato de professores do Rio de Janeiro, levam o sindicato de Juiz de Fora a desenvolver um ‘comportamento de classe’<sup>8</sup> que, embora efêmero, irá se contrapor à preponderância da dimensão estamental.

No quarto e último capítulo a atenção se volta para a greve de março de 1959, quando o movimento docente sustenta um comportamento classista diante do patronato, percebendo que professores e diretores não constituíam um grupo unívoco, dada a diferença entre os interesses de ambos. Após o movimento grevista, a presença do legalismo e o reforço do sentimento anticomunista, decorrente da instabilidade política do início dos anos 1960, colaboram para a criação da “Casa do Professor”, uma associação civil para a qual foram transferidas as atividades do sindicato de professores da cidade.

Em meio aos acontecimentos pré-64, o sindicato retrocede da postura combativa recém-adotada e opta por uma composição com os diretores de escolas, destinada a garantir a “liberdade do ensino privado”. Alinhado ao comportamento de boa parte das classes médias da época, o professorado decide não se manifestar diante dos acontecimentos desencadeados pelo Golpe Civil-Militar de 1964. Com pouca documentação escrita produzida neste período, as entrevistas desempenharam um papel crucial. Entretanto, a lembrança da “revolução de 1964” e de suas conseqüências para a associação, será marcada por depoimentos destoantes, que revelam, possivelmente, a tentativa de ocultar a omissão do movimento à época do golpe.

---

<sup>8</sup> Aqui se entende por ‘comportamento de classe’ o posicionamento mais combativo, não se tratando do sentido que possui o conceito de ‘classe para si’ na teoria marxista.

# CAPÍTULO 1 - A AUTONOMIA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Evidentemente, a questão é como o indivíduo veio a ocupar esse “papel social” e como a organização social específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Estas são questões históricas. Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição.

Edward Palmer Thompson <sup>9</sup>

As produções acadêmicas sobre o movimento operário e sindical derivam, basicamente, de duas matrizes: uma matriz sociológica e outra política. Atribuindo aos trabalhadores um caráter passivo, temos as interpretações sociológicas de Juarez Brandão Lopes (1960), Azis Simão (1966) e Leôncio Martins Rodrigues (1966). Dentro das vertentes das análises políticas podemos destacar as obras de Evaristo de Moraes Filho (1952), Francisco Weffort (1973) (1978), e Armando Boito Júnior (1991). <sup>10</sup>

Brandão é apontado como pioneiro, tendo publicado “Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação”, em 1960, e “Relações industriais em duas comunidades brasileiras”, em 1961, artigos que foram republicados no livro “Sociedade Industrial no Brasil”

---

<sup>9</sup> THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade. VOL.I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p.11.

<sup>10</sup> Para o desenvolvimento desta apresentação optamos pela escolha de dois trabalhos que consideramos fundamentais para a seleção das principais produções acadêmicas sobre a historiografia dos trabalhadores e do sindicalismo. São eles: BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e perspectivas. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, Bragança Paulista, Universidade São Francisco / São Paulo, Contexto, 1998, e VIANNA, Luiz Werneck. *Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências*. Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB) de Ciências Sociais / Revista Dados, nº 3, Rio de Janeiro, 1978. A divisão em duas matrizes: sociológica e política, resulta da terminologia utilizada por Vianna neste trabalho.



(1964). Para o autor os trabalhadores oriundos da lavoura e do comércio de pequenas comunidades no interior, maioria dos que executam os serviços não-qualificados e semiquilificados nas oficinas da fábrica, “não se identificam imediata e completamente com a condição de operários industriais”.<sup>11</sup>

Fora da estrutura tradicional que direcionava sua conduta tenderiam a se comportar de acordo com seus “interesses pessoais”, não explicitando a consciência de sua identidade como grupo devido a sua inexperiência com os padrões de cooperação predominantes no mundo urbano-industrial.<sup>12</sup> Leôncio Martins Rodrigues reitera as conclusões de Juarez Brandão e ressalta a dicotomia entre o mundo rural e urbano, sendo o sindicato avaliado pelo que poderia oferecer em termos de vantagens aos trabalhadores.<sup>13</sup>

Azis Simão compartilha de uma perspectiva de análise parecida com as anteriores, considerando duas grandes fases na formação da classe operária brasileira, drasticamente separada em antes e depois de 30. A primeira fase apresenta uma classe operária formada por imigrantes que conservaram tradições culturais originárias de seus países e foram, por isso, marcadamente influenciados por ideologias anticapitalistas trazidas da Europa. A segunda fase desenvolve-se durante os anos 30, quando a origem predominantemente rural dos trabalhadores confronta-se com a expansão do sistema moderno de produção fabril.<sup>14</sup>

Um dos trabalhos que mais influenciou as interpretações sobre o movimento operário e sindical, no período que vai de 1945 a 1964, foi a “tese do sindicalismo cupulista” de Francisco Weffort. Para o autor, a classe operária não seria um sujeito capaz de ação própria, de auto-organização e de fazer escolhas com algum grau de independência política. O “sindicalismo de cúpula” não teria orientado suas atividades para a organização dos trabalhadores nas empresas, tratando de “politizar” o movimento, ultrapassando os temas mais vinculados aos problemas vividos pelos operários nas fábricas.<sup>15</sup> Ao comparar o sindicalismo a partir da década de 50 com o anterior a 30, Weffort caracteriza o período de 50 como burocrático e dependente do Estado. Sendo quase que o oposto do que ele chama de “movimento de minorias militantes da fase heróica do sindicalismo brasileiro” anterior a 30.

<sup>11</sup> LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964.

<sup>12</sup> Idem. p.94.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: DIFEL. p.164.

<sup>14</sup> SIMÃO, Azis. *O Sindicato na Vida Política do Brasil*. Revista de Estudos Sócio-Econômicos (9). São Paulo, DIEESE, 1962.

<sup>15</sup> WEFFORT, Francisco. *As Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-guerra)*. São Paulo: Estudos Cebrap, nº 4. p.69.

É importante ressaltar que Luiz Werneck Vianna, em 1978, participando do intenso debate acadêmico desencadeado pelos trabalhos de Weffort, teceu críticas pertinentes no que diz respeito a falta de suporte empírico para os períodos analisados.<sup>16</sup> O grau e a amplitude da resistência operária ao Estado Novo, suas alianças com outras forças de compromisso liberal-democrático, os motivos de Vargas para acionar a fração sindical por ele controlada para a movimentação “queremista”, as articulações na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, as greves reivindicatórias e sua conjuntura específica, além do fato da estrutura sindical corporativa ter se mostrado algumas vezes impotente no controle do movimento operário, constituem aspectos que não foram avaliados.<sup>17</sup>

Armando Boito Júnior, ao realizar uma análise da estrutura sindical no Brasil, suas particularidades e função política, caracteriza a implantação do “sindicato de Estado” a partir de 1931-35. Estabelece críticas a Luiz Werneck Vianna, José Álvaro Moisés e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Vianna e Moisés concebem a tese de que, numa conjuntura específica, o sindicato oficial pode “reverter-se em seu contrário” dependendo da corrente sindical que o dirige, funcionando como instrumento de controle ou como instrumento de organização dos trabalhadores.<sup>18</sup>

A crítica de Boito sustenta-se no fato de que os obstáculos impostos pela estrutura sindical são irremovíveis. “O sindicato de Estado limita as possíveis variações da prática sindical. A estrutura não comporta uma inversão tal como: instrumento de controle virar defesa e luta por direitos dos trabalhadores”. Para ele o sindicato de Estado amorteceria o conflito de classes, sendo errônea a insistência dos analistas em dar continuidade à visão do controle do Estado como imposição ao sindicalismo.<sup>19</sup>

Entre as diversas revisões aos trabalhos acima temos a tese de doutorado de Neuma Aguiar (1969) “The Mobilization and Bureaucratization of the Brazilian Working Class” (1930-1964), Salvador Sandoval (1994) com “Os Trabalhadores Param (Greves e Mudança Social no Brasil)” e

<sup>16</sup> Ângela de Castro Gomes destaca os debates, envolvendo Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins, ocorridos após a publicação do artigo “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)”, escrito por Weffort em 1973. Ver nota de rodapé nº 13 do texto da autora em *O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. p. 31. In: FERREIRA, Jorge. (org.). *O Populismo e sua História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

<sup>17</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op.cit.

<sup>18</sup> BOITO JR, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Ed. da Unicamp/SP, HUCITEC, 1991.p.35. Para Maria Hermínia a estrutura sindical brasileira seria uma entidade socialmente neutra, podendo sua função política variar de acordo com as circunstâncias e a correlação de forças (peleguismo x combativismo).

<sup>19</sup> Idem. p.37.

“Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho” (1999), reunindo estudos de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira, Hélio da Costa, entre outros. Bastante revelador é o trabalho de Neuma Aguiar, tese defendida em 1969, que inova ao recuperar a importância do sindicalismo corporativista para a mobilização dos trabalhadores.

Utilizando processos da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, a autora demonstra a combatividade do movimento sindical dentro das instâncias burocráticas do Estado. Mesmo filiados a sindicatos controlados pelo governo e, conseqüentemente, pelo Ministério do Trabalho, os trabalhadores foram capazes de atuar de forma ativa na reivindicação de seus direitos, ainda que inseridos no espaço institucional.

O aspecto mais relevante da análise de Aguiar é a sugestão de que, dadas às condições estruturais que dificultam a cristalização de comportamentos classistas entre os trabalhadores no período - alta mobilidade ocupacional, principalmente -, o sindicato corporativo opera como instrumento de aceleração do processo de auto-reconhecimento dos trabalhadores como atores específicos dentro da sociedade brasileira.<sup>20</sup>

Analisando as greves brasileiras, no período de 1945 a 1990, Salvador Sandoval observa o aumento gradual dos movimentos grevistas de caráter nacional que se iniciaram no começo da década de 1950, e que parecem ter atingido seu ápice em 1955-1956, indicando, em parte, “uma crescente capacidade de mobilização de alguns segmentos da classe trabalhadora e o desenvolvimento de novas formas de ação e organização coletivas”.<sup>21</sup>

Os trabalhadores continuaram a reagir à queda dos salários, mesmo que de forma irregular, dependendo do risco e das oportunidades de ação, o que o leva à conclusão de que a agitação da classe trabalhadora, do final da década de 1950 até 1964, originou-se da combinação de fatores econômicos e políticos, ampliando os objetivos da luta dos trabalhadores para além dos simples aumentos salariais. As pressões exercidas sobre o governo voltavam-se não somente para a correção da perda salarial, mas, também, para o atendimento de suas reivindicações por reformas nacionalistas que solucionassem os problemas econômicos.<sup>22</sup>

As primeiras pesquisas dedicadas ao estudo do processo de formação da classe operária no Brasil, apesar de importantes, caracterizaram o operariado como uma massa “sem consciência de

<sup>20</sup> AGUIAR, Neuma. *The Mobilization and Bureaucratization of the Brazilian Working Class (1930-1964)*. Washington University, Saint Louis, Missouri, 1969. Tese de Doutorado. (mimeo)

<sup>21</sup> SANDOVAL, Salvador. *Os Trabalhadores Param (Greves e Mudança Social no Brasil 1945-1990)*. São Paulo, Ática, 1994.

<sup>22</sup> SANDOVAL, Salvador. op. cit. p.36 a 74.

classe”, vítima do corporativismo de Estado e das manipulações de governos “populistas”. Como contraponto a esta visão estudos posteriores procuraram analisar as formas de organização dos trabalhadores através de uma perspectiva de autonomia estratégica e consciente diante da forma corporativa, como modo de enfrentar mais eficazmente o patronato, institucionalizando direitos trabalhistas.

Os trabalhos apontados, parte de uma produção mais recente, abordam o debate a respeito da suposta instrumentalização do operariado, via tutela estatal, fundamentando-se em novos referenciais teórico-metodológicos.<sup>23</sup> A valorização do cotidiano operário e das experiências de classe dos trabalhadores se deve à influência direta do historiador marxista E. P. Thompson. Seu livro “A Formação da Classe Operária Inglesa”, lançado no Brasil em meados da década de 80, é considerado um marco teórico para o que denominamos de “um período de revisão” da historiografia sobre os trabalhadores brasileiros.

Ângela de Castro Gomes foi pioneira na utilização de Thompson ao analisar o operariado enfatizando “que a constituição de uma classe trabalhadora é tanto um fato de história econômica, quanto um fato de história política e cultural”.<sup>24</sup> Sua tese de doutorado, publicada em 1988 sob o título de “A Invenção do Trabalhismo”, reafirmou que “o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, idéias, tradições e modelos de organização”.<sup>25</sup>

Publicado em 1999, o livro “Na Luta por Direitos” traz várias análises sustentadas a partir das considerações de Thompson. Hélio da Costa, por exemplo, destaca o papel fundamental das comissões de fábrica ao pesquisar as lutas dos trabalhadores em São Paulo, entre 1943 e 53. Grande parte da literatura sobre o movimento operário, definindo a prática sindical deste período como cupulista, termina por não levar em conta as organizações de base. Estas são “tidas como ausentes, ou interpretadas como fenômenos passageiros e espontâneos, isto é, fora da órbita dos sindicatos ou partidos que lhes teriam conferido intencionalidade política”. Mesmo que, num primeiro momento, a legalização das instituições sindicais tenha propiciado o controle estatal sobre as mesmas, para os sindicatos que tinham como proposta a luta e a organização operária (dentro da institucionalidade vigente) existiram grandes desafios.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> BATALHA, Cláudio. op.cit. p.156.

<sup>24</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.p.16.

<sup>25</sup> Idem. p.23.

<sup>26</sup> FONTES, Paulo. In FORTES, Alexandre. e outros. *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999. p.113-114.

É o que afirma Fernando Teixeira, na mesma obra, para o caso dos doqueiros de Santos, quando relativiza a questão colocada por Weffort (de que a politização do movimento sindical teria levado a um afastamento dos problemas do cotidiano operário). Para Teixeira, os êxitos de comunistas e trabalhistas dependiam de seu enraizamento na experiência de classe; sua formação política podia estar tão vinculada à cultura portuária quanto à partidária e a atuação de militantes situados entre bases e cúpulas foi fundamental para sustentar o prestígio do sindicalismo de orientação nacionalista. Muitos dirigentes sindicais eram “de fato” operários e, muitas vezes, ignoraram orientações de cúpulas partidárias devido ao seu comprometimento com os trabalhadores.<sup>27</sup>

A importância da análise de Thompson, mais precisamente para o desenvolvimento de nosso estudo, está na valorização do fenômeno histórico, distanciando-se da excessiva teorização global sobre as classes e sua formação. Seu trabalho acerca do processo de formação de classes é importante por permitir que a cultura, a tradição e os costumes, parte integrante da vida dos trabalhadores, se unam às determinações objetivas que condicionaram o movimento por melhores condições de trabalho. Preocupado com o desenvolvimento da pesquisa sobre as formas nacionais particulares (inglesas) de dominação de classe e resistência popular, Thompson ressaltou a idéia de que a classe trabalhadora não se faz apenas com o proletariado industrial fabril. Como também a história operária não é feita só de greves, levantes, sindicatos e partidos.<sup>28</sup>

Sua crítica se dirige ao conjunto das análises marxistas, marcadamente estruturalistas, que buscam explicar o capitalismo como algo que se esgota nele mesmo. Nestas abordagens, o trabalhador está ausente do processo que define o capitalismo enquanto sistema, o que implica na afirmação de que a industrialização moderna e a formação da classe operária representam somente o resultado da lógica do capital.

Submetendo a relação social ao processo histórico, o autor analisa a formação da classe operária como “condição” e não como “resultado” da industrialização.<sup>29</sup> Desta forma, o estruturalismo não explica o processo histórico real que pressupõe o auto-reconhecimento dos trabalhadores como classe, conduzindo às organizações operárias e ao surgimento de novas relações entre capitalistas e trabalhadores.

<sup>27</sup> TEIXEIRA, Fernando. p.54. In FORTES, Alexandre. e outros. op. cit.

<sup>28</sup> THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade. Vol. I. op.cit.

<sup>29</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p.63-64.

Ao abordar o conceito de classe social como um fenômeno histórico, “algo que ocorre efetivamente – e cuja ocorrência pode ser demonstrada – nas relações humanas”, Thompson valoriza diferentes estratégias de atuação e resistência desenvolvidas pelos operários. O conceito de classe passa a trazer consigo a noção de relação histórica, na qual é praticamente impossível a presença de “um exemplar puro de classe”.

O processo histórico precisa estar encarnado em pessoas e contextos reais. Portanto, a classe acontece quando homens partilham experiências e articulam “a identidade de seus interesses entre si” e contra outros homens com interesses diferentes. A experiência de classe possui como determinante as relações de produção em que esses homens nascem ou participam. O modo como estas experiências se desenvolvem em termos culturais - vinculadas a tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais - moldam a consciência de classe.<sup>30</sup>

Thompson afirma, quando valoriza a experiência e a cultura dos trabalhadores, que existem inúmeros contextos e situações nas quais homens e mulheres confrontam-se com as necessidades de sua existência. Seus valores e cultura são intrínsecos ao modo de vida e derivam de formulações próprias. Nesta perspectiva, o que interessa é compreender os trabalhadores em seus próprios termos, como viviam o mundo social e como respondiam a ele, relacionando dialeticamente estrutura e ação.

A valorização da experiência permite uma aproximação da realidade vivida por estes atores, o que resulta em uma melhor compreensão de suas atitudes e posicionamentos. As reações dos indivíduos à estrutura normativa pressupõem escolhas freqüentes, decisões e negociações, frente ao poder constituído. O ofício do historiador é apontar as imprecisões do mundo simbólico, detectando “a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais”.<sup>31</sup>

As considerações de Thompson, que inicialmente poderiam parecer estanques ao tema aqui desenvolvido, adquirem extrema relevância teórica quando se trata de analisar a história do movimento sindical de professores em Juiz de Fora, a partir de uma perspectiva que englobe tanto fatores econômicos quanto culturais: daí decorre a necessidade de se identificar as peculiaridades da profissão docente - sua qualificação intelectual e o sentimento de

<sup>30</sup> THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade. Vol. I. op. cit. p.13.

<sup>31</sup> LEVI, Giovani. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo/Ed.Unesp, 1992. p.139. Apud SILVA, Fernando T. e COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. In: FERREIRA, J (Org.). *O Populismo e sua História*. RJ / Civilização Brasileira, 2002. p.216.

responsabilidade social em consequência do trabalho como educador. A pesquisa demonstra que estas especificidades influenciaram no modo de atuação do movimento no período estudado, ou seja, de 1934 a 1964.

O papel de destaque no meio intelectual e cultural permitiu que estes trabalhadores conquistassem grande visibilidade social, o que resultou no fortalecimento de sua condição de *status*. Entretanto, o crescimento das relações de mercado, as oscilações na conjuntura política e econômica do país, além das mudanças na composição do movimento docente, são fatores que contribuíram para que o professorado de Juiz de Fora adotasse uma postura classista. Ainda que por um curto período, a combinação desta postura com a já consolidada dimensão estamental é responsável pela tensão entre a responsabilidade profissional e social versus a questão salarial, conflito que irá permear o movimento nos anos finais da década de 1950.

## 1.1 - A Produção Acadêmica sobre os Professores

Em um levantamento sobre a produção acadêmica a respeito da organização docente no Brasil, Cláudia Vianna destaca as características e tendências presentes nestes trabalhos examinando 47 dissertações e sete teses, dos mais variados programas de pós-graduação e de áreas disciplinares diversas, privilegiando um período de produção que vai de 1980 até 1996. As pesquisas dividem-se em dois blocos temáticos: o primeiro, direcionado para a consciência política e o pertencimento de classe, abrange estudos defendidos até 1981; o segundo, que trata da organização docente sob a ótica da crise, envolve trabalhos defendidos a partir de 1992.<sup>32</sup>

O que a autora define como primeiro bloco temático contém 43 trabalhos (quatro teses e 39 dissertações), correspondendo à maior parte de toda a produção sobre a organização do professorado. O eixo principal deste “bloco” é a recuperação histórica do movimento docente, em um determinado estado ou localidade do país, com o objetivo de perceber a constituição da consciência política e do pertencimento de classe. As dissertações e teses inseridas neste enfoque analisam a consciência de classe por meio do envolvimento nas ações coletivas da categoria.

---

<sup>32</sup> VIANNA, Cláudia. *A Produção Acadêmica Sobre a Organização Docente: ação coletiva e relações de gênero*. Faculdade de Educação da USP. Revista Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77. Artigo publicado em Dezembro de 2001. p.100-101.

Alguns destes estudos identificam a organização docente através do surgimento de uma “consciência operária”, capaz de superar a alienação e situar-se no mundo e no trabalho como assalariada. Nesta medida, a luta sindical dos professores é vista como uma manifestação singular do sindicalismo, inserida no contexto geral das classes trabalhadoras do Brasil. Em outros trabalhos, o compromisso de classe surge do papel de mediação assumido pelo professor enquanto intelectual, objetivando a construção de um projeto político ligado ao proletariado.

Ainda, neste primeiro bloco, destaca-se a mobilização dos professores como um movimento das classes médias, característica resultante da “oscilação ideológica” da categoria entre os interesses do capital e os interesses dos trabalhadores. Esta perspectiva coloca o movimento sindical docente como uma luta de classe progressivamente “proletarizada”, profissional e socialmente, exigindo do educador o engajamento ideológico e político.<sup>33</sup>

Esta produção aborda a história da luta e das conquistas do professorado por melhores condições de trabalho nos anos 80, devido à grande visibilidade do movimento sindical no período. Conforme o levantamento da autora, até 1999, apenas a dissertação de Ricardo B. Marques “O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro: 1931-1950” apresentou um recorte mais recuado.<sup>34</sup>

Sobre as pesquisas realizadas, Cláudia Vianna destaca o otimismo e pouco distanciamento entre o trabalho acadêmico e a participação no movimento, derivando “em uma euforia quanto ao crescimento e força da organização docente”. Esta concepção submete a formação da consciência política à ação coletiva, tida como responsável pelo rompimento da passividade vigente no movimento. A orientação de uma “vanguarda esclarecida”, formada por líderes de associações e sindicatos, também seria fundamental na aquisição da consciência política. Muito presente na produção acadêmica educacional, naquele momento, o conceito de vanguarda sustentou-se em Marx, Lênin e Gramsci para defender a conscientização como caminho principal de construção da ação docente. Portanto, a participação de professores nos sindicatos, o convívio social e político, aliado à presença das lideranças levariam a uma atuação combativa.<sup>35</sup>

Ao utilizar o conceito de classe para justificar o pertencimento dos professores à classe trabalhadora, as pesquisas limitaram-se a fatores econômicos ou ao lugar ocupado pela categoria na estrutura de classe. Para afirmar a inclusão do professorado nas “novas classes médias” a

<sup>33</sup> Idem. p.103-104.

<sup>34</sup> COELHO, Ricardo B. Marques. *O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro: 1931-1950*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988. (mimeo).

<sup>35</sup> VIANNA, Cláudia. op. cit. p.105.



escola aproximou-se da fábrica e o professor do operário.<sup>36</sup> A condição de classe foi tratada como um dado externo e apartado da realidade social destes atores, colocando suas experiências e interesses em segundo plano, ou em plano nenhum.

Deste modo, este trabalho analisa o movimento sindical de professores em Juiz de Fora, entre 1934 e 1964, articulando não só os elementos econômicos e políticos, como também aspectos da realidade social e cultural do professorado da cidade. A reunião destes elementos possibilita apontar as especificidades de classe dos professores - a qualificação, seu sentimento de honra e responsabilidade, o reconhecimento de seu valor social - que assumem papel fundamental no processo de formação do movimento docente.

Para analisar tais especificidades, utilizamos as considerações de Max Weber sobre a importância do *status* na formação de grupos nos quais as “honras sociais” ultrapassam o poder advindo do aspecto “meramente econômico”, tornando o “prestígio” a base para conquista de determinado poder, seja político ou econômico. Utilizamos, ainda, as idéias de Pierre Bourdieu a respeito do “capital cultural”, que apresenta pontos de convergência com as de Erik Olin Wright, quando este trata a qualificação profissional, “expertise”, como um “ativo produtivo”, capaz de agregar valor à força de trabalho.

As noções de “honra estamental”, “capital cultural” e “expertise” permitem captar as particularidades da profissão docente, bem como os papéis distintos que elas assumem conforme o contexto vivido pelos atores. É deste modo que Thompson procura caracterizar a experiência de classe: a partir da descoberta de uma identidade de interesses entre determinado grupo, composto por pessoas reais, que interagem em meio a circunstâncias diversas. Portanto, esta experiência não existe se desvinculada da cultura, das tradições, dos valores e das formas institucionais, que moldam o comportamento e a consciência dos trabalhadores.

Ainda que os professores não tenham conseguido se tornar, definitivamente, uma ‘classe’ em si, de acordo com a aceção conceitual de Marx, eles agiram, se posicionaram, defenderam seus direitos. Sua atuação revela as estratégias, os caminhos utilizados para atingir as metas desejadas. Revela, também, a concepção do movimento docente de Juiz de Fora acerca de seu lugar no mundo do trabalho, além de demonstrar a importância do *status* e da estima que, tradicionalmente, unia professores e diretores em um mesmo grupo.

---

<sup>36</sup> Idem. p.106.

## 1.2 - Max Weber, Pierre Bourdieu e Erik Olin Wright: identificando o “trabalhador intelectual”

De modo diverso de grande parte do operariado de Juiz de Fora (trabalhadores manuais acostumados ao “chão da fábrica”), os professores estavam incluídos em um grupo de trabalhadores que possuía como fonte primordial de rendas sua capacidade intelectual. Os mestres, socialmente, participavam de “outra realidade” na qual a qualificação, inerente à sua profissão, trazia benefícios que iam além do aspecto material.

A pertinência do conceito de “honra estamental” de Max Weber, para este estudo, deriva da importância do *status*, resultante da qualificação intelectual dos professores, como fundamental no processo organizacional do grupo. Weber entende por poder “a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”.<sup>37</sup> O poder pode advir das condições econômicas, mas as “honras sociais” condicionam as lutas por um outro tipo de poder, que não aquele “meramente econômico”. O prestígio foi, e ainda é, a base de determinado poder político ou econômico.

Conectada à discussão sobre o poder, Weber ainda trata da formação da consciência e do sentido da ação social que orienta o comportamento dos indivíduos. Colocando-se numa posição bastante distinta do pensamento marxista, a teoria weberiana afirma que uma mesma situação de classe, mesma situação na produção econômica, nem sempre faz com que os indivíduos tenham uma consciência comum e orientem suas ações em uma única direção. Para Weber, a formação da consciência e do sentido comum da ação – ou seja, a formação de uma “comunidade” – pode ocorrer em diversos níveis das experiências sociais, não apenas através das experiências na produção econômica e sob influência dos mais diversos fatores.

Uma situação de classe nem sempre resulta em uma “ação comunitária” - orientada pelos sentimentos dos agentes de pertencerem a um todo -, ou mesmo em uma “ação societária” – orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivados. A consciência comum acerca dos interesses econômicos partilhados por um grupo não se forma diretamente da situação de classe em que este grupo de indivíduos se encontra.

---

<sup>37</sup> WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. ZAHAR Editores. Rio de Janeiro, 1974. 3ª Edição. p.211.

A situação de classe seria responsável pela formação dos interesses materiais que participam da consciência dos indivíduos, analisada como uma:

(...) oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda em uma determinada ordem econômica.<sup>38</sup>

A “situação de classe”, “situação de *status*” ou “situação estamental”, são responsáveis pela formação da consciência do indivíduo e do sentido de suas ações. Em uma situação de classe os imperativos são os motivos econômicos e a classe não possui valor de comunidade. Os grupos de “*status*”, ao contrário, são normalmente comunidades, quase sempre do tipo amorfo. A “situação de *status*” é determinada pela estimativa de honraria, que pode estar relacionada com qualquer qualidade partilhada por um grupo de indivíduos. Como também, é possível estar relacionada a uma situação de classe, já que para Weber as distinções de classe estão ligadas, de várias formas, com as distinções de *status*.<sup>39</sup> Tanto os proprietários como os não-proprietários podem pertencer ao mesmo estamento, com resultados bastante palpáveis. Entretanto, esta “igualdade” da estima social pode tornar-se “precária a longo prazo”, em decorrência do poder soberano do mercado.<sup>40</sup>

A honra estamental se expressa por meio de um “estilo de vida”, específico, esperado de todos aqueles que desejam pertencer a determinado círculo. Portanto, o relacionamento social deve objetivar os princípios econômicos ou a “funcionalidade” da empresa, o que leva os círculos de *status* a se fecharem sempre mais. A estimativa de honraria, deste modo, não precisa estar ligada a uma situação de classe, não é uma simples propriedade, somente a deterioração da “velha tradição” pode levar ao fim desta “igualdade” da estima social.<sup>41</sup>

De acordo com Weber, o caminho de uma situação puramente convencional até o privilégio local é percorrido quando uma estratificação da ordem social tenha sido vivenciada, estabilizando-se através de uma distribuição durável do poder econômico. O poder econômico puro não é capaz de trazer consigo as mesmas honras ou estilo de vida, inerentes à participação nos grupos de *status*. Caso isto ocorresse, toda a ordem estamental estaria ameaçada, pois a honra resultaria da riqueza e não do estilo de vida. A aquisição meramente econômica é depreciada

<sup>38</sup> WEBER, Max. op. cit. p.212.

<sup>39</sup> Idem. p.218.

<sup>40</sup> WEBER, Max. op. cit. p.219.

<sup>41</sup> Idem. p.219-220.

pelos que estão inseridos nos grupos de *status*, uma vez que os estamentos não compartilham da atividade econômica *per se*.<sup>42</sup>

Antes que o poder econômico sobrepujasse a força da “igualdade” de estima e da honra, adquiridas pelos professores de Juiz de Fora desde o final do século XIX, houve tempo suficiente para a formação de um estamento social que agregava donos de escolas e professores. Estes constituíam um grupo fundamentado, tradicionalmente, em sua qualificação profissional e na noção de que a educação não era uma mercadoria. Os patrões, que não recebiam esta denominação pelos professores de Juiz de Fora, eram tidos como parceiros na luta pela boa educação.

Questionado a respeito do relacionamento com os patrões, o professor José Xavier afirmou em entrevista:

Mas a gente tinha que manter um contato permanente com os diretores para satisfazer às necessidades, aos anseios e aos ideais dos professores. Muitas e muitas vezes nós tivemos discussões muito boas, muito úteis, sempre visando a manutenção de um ensino bom, de um ensino de qualidade, com muita responsabilidade e encontramos da parte dos diretores, de quase todos de um modo geral, assim, uma aceitação grande, boa, diretores que muitas vezes nos procuravam para uma espécie de assessoria a respeito dos direitos dos professores e sobre o estudo da legislação a respeito de pagamento e de direitos (...). Nos demos bem, graças a Deus, nunca tivemos assim... Problemas sérios não... E assim foi durante muito tempo...<sup>43</sup>

Xavier sindicalizou-se no início da década de 1950, cerca de 20 anos após a fundação do sindicato, atuou em meio a uma conjuntura política e econômica extremamente conturbada, em que pese a ascendência do movimento sindical à época. Além disso, as atas de reuniões, anteriores a este período, também corroboram o bom relacionamento com o patronato, o que permite afirmar, através da análise dos documentos e depoimentos produzidos pelo professorado local, a existência de uma comunhão de ideais fundamentados na “educação de qualidade”, partilhada por patrões e docentes. Deve-se acrescentar que, ao mesmo tempo em que pertenciam ao sindicato, os professores eram também diretores ou donos de escolas, constituindo um só grupo.

---

<sup>42</sup> Idem. p.220.

<sup>43</sup> Entrevista realizada com o professor José Xavier de Albuquerque em agosto de 2004, disponível em CD. Xavier foi representante do sindicato de professores junto a FITEE (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), em 1955, e atuou na direção da associação de Juiz de Fora como presidente, na gestão de 1959-62.

O maior efeito da ordem estamental é o impedimento do livre desenvolvimento do mercado devido ao monopólio “das oportunidades”, em função da subtração dos bens de livre troca. Limitando o mercado, o poder da propriedade *per se*, responsável pela “formação de classe”, passa para o segundo plano. Logo, para Weber, as classes se estratificam de acordo com suas relações de produção e aquisição de bens e os estamentos de acordo com “os princípios de seu consumo de bens”, representados por estilos de vida particulares.<sup>44</sup>

Economicamente, as ordens estamentais são favorecidas pela estabilidade na aquisição e distribuição de bens. Qualquer tipo de inovação tecnológica ou mudança econômica provoca ameaça aos estamentos, trazendo a situação de classe para o primeiro plano. Weber chama a atenção para as épocas e os países em que a situação de classe pura predominou, quase sempre períodos de transformações técnicas e econômicas. Entretanto, em períodos de diminuição do ritmo das mudanças econômicas, reforçam-se as organizações estamentais, contribuindo para a “ressurreição” do papel das honras sociais.

A formação de uma consciência comum, ainda que baseada nos interesses econômicos, depende da organização da classe no sentido de comunalizar ou socializar os sentimentos e interesses de seus membros, bem como das condições culturais gerais, principalmente as do tipo intelectual. Weber destaca que o mercado não conhece distinções pessoais, é dominado por interesses funcionais. A ordem estamental posiciona-se inversamente, por meio da estratificação, fundamentada em “honras” e estilos de vida peculiares aos grupos de estamentos.<sup>45</sup>

A situação de *status* orientou a formação inicial do movimento de professores em Juiz de Fora, indicando-lhes não apenas os interesses econômicos ou materiais a serem perseguidos, mas, principalmente, os interesses ideais, ou seja, os valores que norteavam seu respectivo “estilo de vida”. O Prof. Camillo Severino, na assembléia de 9 de julho de 1944, afirmava:

(...) que os professores almejam melhor remuneração em vista da situação atual, a fim de que, com mais folga e sem maiores preocupações, se dediquem de corpo e alma ao ensino e educação da mocidade, sem prejuízo para os colégios, com os quais devem viver em perfeita simbiose (...).<sup>46</sup>

Diferente dos trabalhadores manuais, os professores figuravam como profissionais “mais qualificados”, seu lugar no mundo do trabalho estava fundamentado em seu “capital intelectual”.

<sup>44</sup> WEBER, Max. op. cit. p.224-25.

<sup>45</sup> WEBER, Max. op. cit. p.226.

<sup>46</sup> Livro de Atas nº 01. p.47.

Para se referir a esse poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou do consumo de bens culturais socialmente dominantes Pierre Bourdieu utiliza, por analogia ao capital econômico, o termo *capital cultural*. Este capital, conforme demonstra Bourdieu ao tratar do poder simbólico, seria responsável por determinada vantagem de seus possuidores nas disputas ocorridas no mercado de trabalho.

Para o autor, à medida que as sociedades se tornam maiores, e com uma divisão social do trabalho mais complexa, certos domínios de atividade se tornam relativamente autônomos. No interior desses setores, ou campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam, então, a lutar pelo controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens produzidos.<sup>47</sup>

Essas “hierarquias culturais” reforçariam, reproduziriam e legitimariam as hierarquias sociais mais amplas, ou seja, a divisão entre grupos, classes ou frações de classe dominantes e dominados. Em primeiro lugar, as hierarquias culturais reforçariam as divisões sociais na medida em que elas são utilizadas para classificar os indivíduos segundo o tipo de bem cultural que eles produzem, apreciam e consomem. Os indivíduos que, de alguma forma, se envolvem com bens culturais considerados superiores, ganham prestígio e poder, seja no interior de um campo específico, seja na escala da sociedade como um todo. Pode-se dizer que, por meio desses bens, eles se distinguem dos grupos socialmente inferiorizados.<sup>48</sup>

As hierarquias entre bens simbólicos seriam uma base importante para a hierarquização dos indivíduos e grupos sociais. Os indivíduos capazes de produzir, reconhecer, apreciar e consumir bens culturais tidos como superiores teriam maior facilidade para alcançar ou se manter nas posições mais altas da estrutura social. Da mesma forma, o mercado de trabalho valorizaria para o acesso a posições de maior prestígio, não apenas o conhecimento técnico específico, mas a capacidade do candidato de se comportar e se comunicar de forma elegante, ou seja, de acordo com os padrões da cultura dominante.<sup>49</sup>

A idéia de Bourdieu é a de que os indivíduos ocupariam posições diferenciadas, mais ou menos privilegiadas na estrutura social, em função do volume e da natureza dos seus recursos. Alguns teriam muito capital econômico e pouco cultural, outros, pouco econômico e muito

<sup>47</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

<sup>48</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os três estados do capital cultural*. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>49</sup> NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.42-43.

cultural, alguns teriam muito dos dois. Pode-se dizer, portanto, que o capital cultural adquirido pelos professores reforçaria sua posição “privilegiada” na sociedade e no mercado de trabalho, em detrimento dos trabalhadores manuais.

O operariado, detentor apenas de um conhecimento técnico específico, encontrava-se distante dos interesses, ou do mesmo círculo social e profissional, do qual participavam os professores. A qualificação da profissão docente contribuiu para fortalecer a posição de relevo adquirida pela categoria, influenciando sobremaneira na atuação sindical do professorado de Juiz de Fora. Na abordagem neomarxista de Erik Olin Wright, esta qualificação profissional recebe o nome de “expertise”, sendo analisada como um “ativo produtivo”, que agrega valor à força de trabalho.<sup>50</sup>

José Alcides dos Santos, em comentário sobre a obra de Wright, destaca que “a formação do pensamento do autor deu-se em contraponto às insuficiências do pensamento marxista contemporâneo para interpretar, notadamente, a emergência de posições referidas como ‘classe média’ dentro da estrutura de classes”.<sup>51</sup>

Neste contexto quatro tipos de análises se desenvolveram, no âmbito do marxismo, até o final da década de 70. A primeira estratégia analítica colocava quase todas as posições na classe trabalhadora; a segunda optava por agrupar várias categorias de assalariados não proletários sob a denominação de “nova pequena burguesia”; a terceira fixava os segmentos de assalariados situados fora da classe trabalhadora numa nova classe, denominada “classe profissional ou gerencial”; a quarta e última, interpretava essas posições não polares como representativas de “localizações contraditórias dentro das relações de classe”.

Wright defendeu uma versão estrutural da quarta estratégia, construindo uma tipologia básica de classe, na sociedade capitalista, a partir da apropriação diversa de três tipos de ativos: meios de produção, qualificação e ativos organizacionais, relacionados ao exercício da autoridade no interior de uma organização capitalista. O controle sobre os primeiros, associado à contratação de trabalhadores assalariados, caracteriza propriamente o capitalista.

---

<sup>50</sup> Sobre as características centrais de tais ativos e seu papel nos processos de mobilidade social ver WRIGHT, Eric Olin & WESTERN, M. *The Permeability of Class Boundaries to Intergenerational Mobility among Men in the United States, Canada, Norway and Sweden*. In: *American Sociological Review*, 1994. Vol.59. Uma excelente síntese do desenvolvimento da teoria de Wright aparece em SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda. Belo Horizonte/Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

<sup>51</sup> SANTOS, José Alcides Figueiredo. op. cit.

O exercício da autoridade constitui um dos espaços possíveis em que posições de classe contraditórias se afirmam, pois o gerente na empresa capitalista, embora não disponha da propriedade dos meios de produção, participa da dominação exercida pelos seus detentores e auferir uma “renda de lealdade”, vinculada ao exercício de sua função. Já o controle sobre ativos de qualificação escassa, pode favorecer a obtenção de rendas elevadas se, dadas as condições de mercado, conduzir à obtenção de rendimentos que superam o custo de produção da força de trabalho qualificada.<sup>52</sup>

A relação de classe fundamental entre trabalho e capital foi pensada como polarizada e antagônica ao longo dessas três dimensões. Desta forma, gerentes e supervisores ocupam localização contraditória entre trabalhadores e capitalistas; pequenos empregadores entre a pequena burguesia e a classe capitalista propriamente dita; empregados semi-autônomos entre a pequena burguesia e a classe trabalhadora. Estas localizações são contraditórias porque compartilham, simultaneamente, características relacionais de duas classes distintas.<sup>53</sup>

Ao mesmo tempo em que se aproxima do operariado por não ser proprietário dos meios de produção, o trabalhador qualificado também está próximo dos empregadores, pois ocupa uma posição onde pode desenvolver sua autoridade e perícia diante do trabalhador comum. É o que ocorre com os gerentes e engenheiros, por exemplo, os primeiros exercem autoridade e os últimos possuem a “expertise”, a perícia.

Em seu primeiro mapa de classes Wright valorizou as noções de controle e exploração dentro das relações sociais de produção. O conceito de exploração foi definido em termos de relações de propriedade: a propriedade diferencial dos meios de produção é, deste modo, a causa principal da exploração capitalista. Uma pessoa ou grupo é explorado se não possui acesso a uma participação justa (equitativa) nos ativos produtivos alienáveis da sociedade.

A exploração, enquanto conceito gerador de interesses define a relação social que envolve o benefício material de um grupo a expensas de outro, possibilitando o mapeamento das interdependências de interesses antagônicos. Para Wright o conceito de classe, centrado na exploração, permite uma abordagem mais clara do problema dos interesses objetivos de classe, além de imprimir a esta noção um conteúdo mais materialista e histórico, vinculando-a a

---

<sup>52</sup> Ver WRIGHT, Eric Olin & WESTERN, M. op.cit. Uma excelente síntese do desenvolvimento da teoria de Ollin Wright aparece em FIGUEIREDO, José Alcides. op. cit.

<sup>53</sup> SANTOS. op. cit. p.30-35.



propriedade efetiva de elementos das forças produtivas, que oferecem aos sistemas de classe a sua trajetória histórica.

De acordo com Wright classes definem-se “em termos de um mapa estrutural de interesses materiais comuns baseados na exploração”. Devido aos tipos específicos de ativos que controlam, as pessoas de uma determinada classe “enfrentam objetivamente as mesmas amplas estruturas de escolhas e tarefas estratégicas quando procuram melhorar seu bem-estar econômico”. Quando falamos em vários ativos, aliados à “expertise” do trabalhador, em especial, não podemos esquecer de como ela poderá afetar as escolhas e estratégias daquela classe que, além dos outros ativos, possui a perícia como característica fundamental.<sup>54</sup>

A expertise constitui um ativo produtivo que, quando incorporado à força de trabalho, amplia o poder desta força no mercado capitalista. Os ativos de qualificação pressupõem a restrição de sua oferta e fazem com que a força de trabalho especializada, qualificada, transforme a escassez relativa em rendas elevadas, que superam o custo de produção desta força “incrementada”.<sup>55</sup>

A partir de uma análise mais refinada de determinadas características das chamadas “classes médias” é possível descobrir os efeitos da localização de classe na consciência e ação individuais. Ao ocupar determinada localização o indivíduo é afetado por um conjunto de fatores, que influenciam suas escolhas e seu modo de agir, situando-o em relação aos poderes e direitos sobre os recursos produtivos que estruturam seus padrões de interação social. Em Juiz de Fora se formou um círculo restrito composto por médicos, engenheiros, advogados, literatos e jornalistas que, além de lecionarem, exerciam grande influência na vida cultural e política da cidade. Para a sociedade o professor era um exemplo de dedicação e responsabilidade, o que destaca o *status* profissional da elite “letrada” local.

O Prof. Ivan Fornazier Cavalieri, sindicalizado em 1952 fez questão de enumerar, durante sua entrevista, as instituições da qual participou e os nomes daqueles professores que considerava responsáveis pela “propagação da cultura na cidade”:

É isso, até hoje eu luto pelo bem dos colegas, no Instituto Histórico e Geográfico do qual sou fundador, no Instituto São Tomas de Aquino, do qual sou fundador, da Academia de Letras juizforana, da qual sou fundador também junto com professor Cleber Halfeld. Antigo professor foi do sindicato e foi um

<sup>54</sup> SANTOS. op. cit. p.44-45.

<sup>55</sup> Idem. p.45.

grande incentivador da cultura de Juiz de Fora. Wilson de Lima Bastos. O grande escritor de Juiz de Fora. Almir de Oliveira, Paulino de Oliveira, todos pertenciam ao nosso movimento literário de Juiz de Fora e, conseqüentemente, eram professores também. Então essa turma toda era o baluarte. Fabio Nery, Tomas Bernardino, Raimundo Nonato, Agenor de Andrade, Sobral... o Dr. Francisco Sobral Neto, esses professores, Vespasiano... Dr. Vespasiano Pinto Vieira, criador da Primeira Junta do Trabalho de Juiz de Fora. Era professor, participava do nosso sindicato. Homens de respeito tinham respaldo político muito grande. Emilio Giacominni, que foi secretário da Junta do Trabalho, professor de literatura na universidade (...).<sup>56</sup>

O “capital intelectual”, fruto da qualificação do professor, exerceu o poder de impulsionar o valor de seu trabalho e permitiu o fortalecimento do *status* profissional da categoria. Entretanto, as exigências crescentes das relações de mercado e da lógica capitalista, em expansão na década de 30 no Brasil, irão interagir como fator de desequilíbrio, representando uma ameaça ao sentimento de “honra” solidificado no imaginário dos professores. Desde então, a categoria docente juizforana irá atuar sob a tensão “educador-trabalhador”, pois o seu *status* profissional, sua “expertise”, irão, gradativamente, dissociar-se, economicamente, de sua posição privilegiada no mercado de trabalho.

A despeito do *status* adquirido, o grande dilema dos professores no período aqui analisado, 1934-1964, será o desequilíbrio entre o “capital cultural” e o capital econômico da categoria. A qualificação, entendida como um fator capaz de aumentar as rendas de grupos de trabalhadores mais especializados deveria funcionar como uma alavanca para a conquista de melhores salários. Entretanto, a educação ainda não havia se consolidado como setor de investimentos dinâmico e rentável, dado o predomínio das escolas de origem confessional.

Esta situação obscurecia a “expertise” do professorado, impedindo que os salários fossem compatíveis à qualificação da profissão docente, o que aproximava os professores do operariado, situação que abalava a honra e a estima da categoria. O desequilíbrio entre os capitais cultural e econômico, resultou no que denominamos de tensão “educador-trabalhador”, um fator permanente no cotidiano sindical dos professores, desde meados da década de 1950. Para identificá-la, optamos por abordar a criação dos primeiros estabelecimentos de ensino particular – registrando sua formação e ideário institucional –, relacionando-os com o processo de constituição do magistério na cidade.

---

<sup>56</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Fornazier Cavalieri em setembro de 2004, disponível em CD. O Prof. Cavalieri foi diretor do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora nas gestões de 1953-55 e 1956-59.

Unindo as formulações weberianas à análise destes fatores e ao exame das fontes, é possível perceber valores ligados a uma condição de *status*, que acompanhava os professores há cerca de 40 anos no meio social e cultural da cidade. A partir da criação do Sindicato de Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora, em 1934, estes valores irão se combinar, depois, às exigências de uma postura classista em determinadas situações.

Desde o final do século XIX, a proposta altruísta das instituições de ensino confessionais de Juiz de Fora, em desacordo com os princípios do mercado, visava a “produção social” revertida em benefício de interesses comunitários e não de interesses particulares.<sup>57</sup> Este contexto reforçou a noção de que o produto do trabalho docente possuía um valor que não podia ser regido pelo mercado, fator que influenciou na atuação do movimento de professores da cidade e fez com que as reivindicações de ordem material fossem sempre acompanhadas da afirmação da qualificação profissional e grande responsabilidade da categoria perante a sociedade.

A conjuntura econômica, que guarda importância fundamental, vai interferir constantemente, em especial, nos momentos de altos índices inflacionários, como na década de 1950. Porém, ainda assim, a honra profissional de “educar a mocidade” jamais será abandonada pela categoria docente. Até mesmo durante o movimento grevista de 1959, analisado posteriormente, momento em que os professores percebem que seus interesses, de fato, não são os mesmos que o dos “professores-diretores”, o elo de honraria não se perdeu. Muito mais poderoso do que o mercado ele demonstrou o enraizamento de valores tradicionais, colocando a própria greve como a última das alternativas, a mais prejudicial de todas.

A igualdade da estima social, a honra e a tradição são, de fato, incompatíveis com o desenvolvimento das novas relações de trabalho, calcadas basicamente no valor do mercado. A lógica do capital, neste enfoque, seria responsável pela transição da condição de *status* para uma condição de classe, com base na teoria marxista, que levaria a proletarização do movimento, modificando radicalmente sua atuação. A partir destas considerações é possível compreender porque muitos estudos, dedicados ao movimento de professores, buscaram uma abordagem direcionada para as consequências da expansão do mercado sobre a organização docente.

Mas, de modo diverso, sob a ótica weberiana, percebemos que, em Juiz de Fora, no período analisado, a relação entre professores e patrões não se pautou somente pelo binômio

<sup>57</sup> Ver NETO, Arsênio F. de Novais. *Da tensão entre missão e “negócio”, compatibilidade possível?*. Revista de Educação do Cogeime. Ano 11, nº 21. Dezembro de 2002. e YAZBECK, Dalva Carolina de M. *Do Ensino Confessional ao Laico: As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação. Agosto de 1997. PUC/RJ. (mimeo)

capital-trabalho. Verificamos, nas atas de reuniões, documentos e jornais, que um aspecto fundamental foi a presença da “igualdade de estima social” entre ambos, o pertencimento a um mesmo círculo. Muitos professores sindicalizados dirigiam as recém criadas escolas de ensino superior da cidade, atenuando os conflitos naturais entre empregados e empregadores. Esta situação peculiar reforçava a noção de que os diretores ou donos de escolas, como serão chamados no decorrer deste trabalho, e os professores, formavam um grupo único, com interesses comuns.<sup>58</sup>

Henrique José Hargreaves, sindicalizado em 1945, foi secretário-fundador da Fafile – Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, junto com outros intelectuais ligados ao movimento católico, onde pretendiam difundir “uma cultura orgânica e desinteressada, orientada pelos princípios da filosofia cristã bem como a preparação de candidatos ao magistério do ensino secundário e normal”.<sup>59</sup> Hargreaves era Diretor do Banco Hipotecário Agrícola de Minas Gerais, diretor da Companhia Mineira de Eletricidade, membro do Centro D. Vital e professor de sociologia.<sup>60</sup> Espalhando-se por todas as áreas disciplinares, os professores contribuíram na constituição das escolas de ensino superior de Juiz de Fora, que mais tarde se uniriam para formar a Universidade Federal da cidade.

Na Faculdade de Administração e Finanças, criada em 1941, lecionava o professor Danilo Brevigliéri na cadeira de Economia Política, Ciência da Administração e Direito Administrativo, tendo sido admitido como sócio do sindicato de professores em 1945. Felipe Luiz Paletta Filho ocupava a cadeira de Direito Industrial e Operário, Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, Legislação Consular, Economia Política, Direito Internacional e Direito Civil, também sindicalizado em 1945; Sady Monteiro Boëchat a cadeira de Contabilidade de Transportes, Contabilidade Pública e Matemática Comercial, filiado ao sindicato em 1942.<sup>61</sup>

Estes professores faziam parte da vida intelectual da cidade, constituíam um grupo seletivo, que propagava a cultura dentro e fora das salas de aula. A filiação ao sindicato estava incluída

---

<sup>58</sup> O livro de atas e o livro de filiação do sindicato de professores de Juiz de Fora comprovam que a maior parte dos docentes sindicalizados lecionava nas escolas de ensino superior da cidade, alguns eram também diretores. Ver também Dalva YAZBECK. *op.cit.*

<sup>59</sup> YAZBECK. *op. cit.* p.152.

<sup>60</sup> Idem. Entre os presentes à solenidade de instalação da Fafile, em 26/11/1948, estavam ainda os professores sindicalizados Emílio Agostinho Giacomini e Helion de Oliveira.

<sup>61</sup> YAZBECK. *op. cit.* p.140.

entre as muitas atividades por eles desenvolvidas, demonstrando sua inserção política e cultural em Juiz de Fora.<sup>62</sup>

Para a Câmara Municipal, nas eleições de 23 de novembro de 1947, foram eleitos para vereadores de Juiz de Fora os professores Joaquim Henrique Vianna Júnior, pelo Partido Republicano; Sadi Boëchat também pelo PR; e Irineu Guimarães, pelo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, todos sindicalizados.<sup>63</sup>

Na Câmara, destacavam-se os vereadores Fábio Nery, Vianna Júnior, Antônio Ribeiro de Sá, Abel Rafael Pinto, Lindolfo Hill, Justino de Moraes Sarmiento e Irineu Guimarães. “O povo se interessava pelos assuntos da casa, principalmente quando havia calorosas discussões entre o integralista Abel Rafael e o comunista Lindolfo Hill”. Lindolfo, ao discursar, lia as mensagens do Partido Comunista, despertando a ira de Abel, que discutia constantemente com Hill, trazendo mais público para as reuniões. Alertado de que estava fazendo propaganda para os comunistas, “já que atraía os cidadãos à Câmara com seus apertes contra as mensagens de Lindolfo Hill”, Abel mudou seu comportamento:

(...) Lindolfo fazia suas leituras e ia sentar-se sem que houvesse qualquer barulho na Câmara. Mas o silêncio não durou muito, já que Abel, sempre polêmico, resolveu fazer dura oposição ao prefeito da época, Dilermando Cruz Filho (...).<sup>64</sup>

Abel Rafael Pinto e Fábio Nery eram professores, mas não se sindicalizaram. Entretanto, ofereciam apoio constante ao sindicato, especialmente Abel, que mais tarde se tornaria Deputado Federal pelo PR mineiro, na década de 1950.<sup>65</sup>

Não só na política, como também na fundação de instituições culturais, o professorado da cidade se destacava com efetiva participação. Paulino de Oliveira, em seu relato sobre os acontecimentos relevantes que ocorreram em Juiz de Fora no ano de 1956, destaca a eleição da primeira diretoria do Instituto Histórico e Geográfico da cidade, em abril daquele ano, que seria presidido pelo professor Almir de Oliveira, também integralista, sindicalizado desde 1945 e que viria a ocupar lugar de destaque no jornalismo da cidade. Na reunião de fundação do referido Instituto, no mês anterior, estiveram presentes diversos professores filiados ao sindicato: Júlio

<sup>62</sup> OLIVEIRA, Paulino. *A História de Juiz de Fora*. 2ª Edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 297.

<sup>63</sup> Menos conhecido nacionalmente do que o PTB, o Partido Republicano – PR foi fundado por Arthur Bernardes, em 1945, sucedendo ao antigo Partido Republicano Mineiro. Foi extinto pelo Regime Militar, por intermédio do Ato Institucional Número Dois - o AI-2, de 27 de outubro de 1965. Ver <http://www.camara.gov.br/partidos>.

<sup>64</sup> Ver <http://www.camarajf.mg.gov.br/vereadores>.

<sup>65</sup> Ver [http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep\\_Inativo\\_Detalhe.asp?id=410176](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Inativo_Detalhe.asp?id=410176).

Camargo, Ivan Cavalieri, José de Freitas e Silva, Marciano Netto, Francisco Bedendo, Carlos Del-Lhano, José Vilas Bouçadas Júnior e Maria do Céu Corrêa Mendes.<sup>66</sup>

Na análise weberiana um grêmio profissional pode ser um estamento, reivindicando as honras sociais devido apenas a um estilo de vida especial. A ênfase na proletarização progressiva dos professores é fundamentada no poder do mercado capitalista, nas mudanças que este exerce sobre a condição de *status*. Mas a estruturação da ordem econômica capitalista não exclui esta condição. Analisada como “qualidade partilhada por um grupo de indivíduos” a situação estamental pode coexistir com os efeitos devastadores do mercado sobre a “velha tradição”.

Se nas primeiras décadas do movimento docente de Juiz de Fora predominaram características estamentais, nos anos subseqüentes nota-se o desenvolvimento concomitante de uma situação de classe, sem que a ascendência de uma exclua a presença da outra. Admitir este fato, entretanto, não significa compartilhar da idéia de que houve, no período estudado, uma “proletarização progressiva dos professores”. O que se percebe, no decorrer da experiência sindical dos docentes de Juiz de Fora é a existência de um processo de auto-afirmação da categoria, permeado por conflitos relacionados ao surgimento de sentimentos de classe.

A tensão entre a responsabilidade e honra social do educador versus a questão salarial esteve submersa na perfeita “simbiose” entre professores e patrões, conforme as palavras do Prof. Camillo Severino.<sup>67</sup> Esta tensão será percebida, mais claramente, na década de 1950, quando o número de professores sindicalizados aumenta e as escolas confessionais perdem espaço para os estabelecimentos de ensino laicos.

Até 1940 as condições do setor educacional, o ambiente político, e a própria composição do professorado, contribuíram para a preponderância da dimensão estamental, o que resultou na pequena combatividade da categoria. De 1940 em diante, o contato com o sindicato de professores do Rio de Janeiro, a mudança na composição do professorado, a nacionalização crescente do movimento sindical e a presença de conjunturas inflacionárias, aliadas a um período de fortalecimento da experiência democrática, contribuíram para o desenvolvimento de uma dimensão classista entre o professorado. Porém, esta postura mais combativa irá surgir em determinadas conjunturas, não consistindo em uma mudança na estrutura das relações que uniam professores e diretores.

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Paulino. op.cit. p.304-305.

<sup>67</sup> Livro de Atas nº 01. p.47.

### 1.3 - Qualificação e *Status*: educação, missão e sindicalismo

A história da educação em Juiz de Fora evidencia a posição de relevo dos “mestres” diante da sociedade. Industrialização, pioneirismo, modernização. Foi desta forma que Wilson de Lima Bastos e Domingos Giroletti descreveram as características da cidade que recebeu a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, em 1889. A expansão econômica e urbana trouxe consigo o apelo da modernização, sendo fundamental a criação de instituições de ensino primário e secundário, serviço de bondes, de telefonia, de energia elétrica, de iluminação pública, de água encanada, além de bancos, teatros e hospitais.<sup>68</sup>

Os epítetos de “Manchester Mineira” e “Atenas de Minas” auxiliam no entendimento da dinâmica cultural e educacional de Juiz de Fora. O primeiro, escolhido por Rui Barbosa, exalta o desenvolvimento industrial da cidade e o surgimento de novos atores sociais como os operários e profissionais da indústria e de serviços. Arthur Azevedo, escritor e jornalista maranhense, radicado no Rio de Janeiro da “belle epoque”, foi responsável pela representação de “Atenas de Minas”.

Dalva Yazbeck, ao analisar as possibilidades culturais oferecidas pelo sucesso econômico de Juiz de Fora, destaca o grande número de escolas, teatros, jornais e instituições culturais. Já na década de 20 a cidade possuía uma população composta por cafeicultores e industriais, funcionários públicos, professores, comerciantes, jornalistas, profissionais liberais e muitos operários. A imprensa, desde 1861, era relevante na cultura da cidade, com “a circulação de cerca de cem jornais nos últimos trinta anos do século XIX”. As publicações não são interrompidas nos anos seguintes, incluindo novos títulos tratando de política, religião, literatura e ciência.<sup>69</sup> Com a liderança no setor jornalístico, Juiz de Fora cria a Associação da Imprensa de Minas Gerais em 1921, fazendo oposição à Sociedade Mineira de Imprensa, fundada em Belo Horizonte no ano anterior.

<sup>68</sup> Ver BASTOS, Wilson de Lima. *Do Caminho Novo das Gerais à Estrada de Rodagem União Indústria e a Estrada de Ferro D. Pedro II*. In História Econômica de Juiz de Fora. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. 1966. e GIROLETTI, Domingos. *O Processo de Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930*. Juiz de Fora: UFJF. 1963.

<sup>69</sup> YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. *A Vida Cultural e a Educação Básica em Juiz de Fora na Primeira República*. In: Juiz de Fora – História, Texto e Imagem. Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2004. p. 123-124. Ver também OLIVEIRA, Paulino. op. cit.

Mesmo com a existência de poucos trabalhos sobre as primeiras instituições de ensino primário e secundário da cidade, o registro de manifestações de apreço e admiração pelo trabalho dos professores aparece desde meados do século XIX, conforme afirma Paulino de Oliveira em seu livro sobre a história de Juiz de Fora. O colégio do cônego Roussin, fundado em torno de 1860, pode ser considerado a primeira instituição de ensino da cidade. Mas existem registros de uma escola criada ainda antes de Juiz de Fora se tornar um município, “a escola do Prof. Sampaio”, dirigida pelo Prof. José Anacleto Sampaio. Segundo Paulino Oliveira um “cidadão respeitável, tendo sido vereador municipal e ocupando posição de relevo na sociedade”.<sup>70</sup>

Em 1869 é criada a Escola Agrícola, para atender aos filhos de imigrantes alemães que buscavam um ensino profissionalizante. Esta escola teve pouca duração devido à forte influência da ideologia ibérica de valorização do ensino preparatório para profissões nas quais a retórica é fundamental, como as faculdades de Direito. Posteriormente, várias instituições de ensino primário e médio são criadas na cidade, a maioria de iniciativa privada, dado o desinteresse do Estado pelo ensino secundário, ainda no Império.

Entre 1860 e 1890 Juiz de Fora segue o perfil corrente e, como no resto do país, o ensino particular registra sua maior expansão através da ação clerical, por meio de seminários e escolas confessionais o que, de acordo com Fernando Azevedo, realçava o caráter “religioso, literário e retórico do ensino secundário, cujos ginásios se inspiraram nos modelos europeus de tipo clássico”.<sup>71</sup> Maraliz de Castro Vieira Christo, em seu trabalho sobre a vida cultural de Juiz de Fora, afirma que a livre concorrência favoreceu alguns movimentos de renovação leiga, entretanto, o pensamento novo ficou ilhado, mantendo-se a ação preponderante do clero, essencialmente conservadora.<sup>72</sup>

Entre as várias instituições de ensino, fundadas neste período na cidade, duas são representativas do ideário das elites locais em busca da “nova ordem competitiva” e imprimem um novo perfil à educação primária, secundária e superior: O Granbery, fundado em 1890 e a Academia de Comércio, criada em 1894.<sup>73</sup> O magistério, com o crescimento numérico das

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Paulino. op. cit. p.21.

<sup>71</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. p.590-93.

<sup>72</sup> CHRISTO, Maraliz. *A Europa dos Pobres. Juiz de Fora na ‘Belle Epóque Mineira’*. Juiz de Fora: EdUFJF, 1994. p.40.

<sup>73</sup> YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. *A Vida Cultural e a Educação Básica em Juiz de Fora na Primeira República*. In: Juiz de Fora – História, Texto e Imagem. Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2004. op. cit. p. 126.



escolas particulares, secundárias e superiores, havia se transformado em um mercado de trabalho mais constante, embora nem por isso, melhor remunerado.

A pesquisa de Maraliz Christo traz parte da entrevista do diretor do Instituto Santa Cruz (que correspondia ao Ginásio e à Escola Normal) para o jornal *O Pharol*, de Juiz de Fora. Sua fala deixa entrever a realidade vivenciada por quem exercia o magistério naquela época:

-E quanto ao ensino em Juiz de Fora?

-A nossa cidade não desmereceu o título, que lhe deram, de Athenas Mineira. Faz jus a ele. É a cidade da instrução por excelência, como bem o demonstra o número de estabelecimentos de ensino que contamos. E se não há, às vezes, para os que se integram ao magistério, o estímulo a que têm direito, mesmo assim “vai se vivendo” (...) Compreendidos ou não, eu acho que os professores dignos desse nome devem sempre trabalhar com amor, haja ou não compensações. Eu, pelo menos, assim procuro fazer. Ao magistério entreguei-me de coração, e é convencidamente e é sinceramente que trabalho. A orientação do ensino, em Juiz de Fora, em geral, é boa.<sup>74</sup>

O magistério, para os acadêmicos de Minas Gerais, principalmente os de Juiz de Fora, possuía grande importância por ter sido, naquele momento, capaz de absorver todos aqueles, principalmente profissionais liberais, que detinham algum tipo de conhecimento. O estudo de Maraliz Christo, sobre o perfil dos acadêmicos mineiros, demonstra que como as escolas não formavam professores secundários a maioria dos que lecionavam eram autodidatas, ou haviam sido recrutados nos quadros das profissões liberais.<sup>75</sup>

A proclamação da República e o processo subsequente de estruturação do novo governo exigiram a organização e normatização da educação pelo Estado. A Constituição de 1891 colocou a instrução elementar como competência do Governo, racionalizando o “sacerdócio” do professor, que se tornou um funcionário público, trabalhando de acordo com normas pré-estabelecidas e sem a autonomia anterior. A Reforma Educacional do Estado de Minas, durante a administração de Afonso Pena, através do Decreto nº 607, de 27 de fevereiro de 1893, objetivou melhorar a qualidade do ensino elementar promovendo, ainda, a formação de professores através de uma nova estrutura para a escola normal.<sup>76</sup>

<sup>74</sup> “Os progressos do ensino na cidade de Juiz de Fora”. *O Pharol* entrevista o professor Alípio Peres. *Jornal O Pharol* Juiz de Fora, 15 de julho de 1913. p.1. Apud CHRISTO, Maraliz. op. cit. p.46-47.

<sup>75</sup> CHRISTO, Maraliz. op. cit. p.55.

<sup>76</sup> YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. *A Vida Cultural e a Educação Básica em Juiz de Fora na Primeira República*. In: Juiz de Fora – História, Texto e Imagem. Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2004. op. cit. p. 127. Ver também CHRISTO, Maraliz. op. cit. p.108.

Seguindo estas mudanças, a Escola Normal de Juiz de Fora foi criada em 1894 e, apesar das novas perspectivas, a situação da educação no Estado e na cidade continuava precária. A falta de qualificação profissional, os baixos salários e as péssimas condições físicas dos prédios escolares, representavam obstáculos para as modificações pretendidas, impedindo a solução efetiva dos problemas.

O surgimento dos grupos escolares possibilitou a realização da reforma administrativa pelo Estado, que estipulou programas de ensino, métodos, horários para as disciplinas, livros a serem utilizados, prazos e números de matrículas. Esta iniciativa resultou em uma divisão e hierarquização do trabalho do professor, submetendo-o ao controle do Estado, que assumiu um “papel eficiente na educação do trabalhador”. A cidade de Juiz de Fora, na época principal centro industrial de Minas Gerais, teve seu primeiro grupo escolar construído em 1906, fruto da Reforma de Ensino promovida no governo de João Pinheiro.<sup>77</sup>

Outros grupos escolares surgiram na cidade, e no país, no decorrer da Primeira República. Mas é na década de 1930 que se amplia a necessidade da formação de mão-de-obra especializada para o trabalho industrial. Desta forma, o Governo Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e sanciona uma série de Decretos para organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras, que ainda não existiam.

Estes Decretos ficaram conhecidos como a “Reforma Francisco Campos”, uma das mais importantes tentativas de se organizar o sistema educacional brasileiro. Esta reforma, realizada logo após a Revolução de 1930, foi elaborada sob forte influência da conjuntura de lutas e discussões da década de 20. Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública, de acordo com as atribuições de sua secretaria, cuidava da resolução de assuntos referentes ao setor educacional.<sup>78</sup> Com a colaboração de Mário Casasanta, inspetor-geral da educação no Estado, protagonizou uma importante reforma no sistema educacional mineiro, fundamentada nos ideais escola-novistas<sup>79</sup> e que abrangeu o ensino primário e o normal.

<sup>77</sup> YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. *A Vida Cultural e a Educação Básica em Juiz de Fora na Primeira República*. In: Juiz de Fora – História, Texto e Imagem. Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2004. op. cit. p.127-128.

<sup>78</sup> SOARES, Flávia. *Ensino de Matemática no século XX – da Reforma Francisco Campos à Matemática Moderna*. Horizontes, Bragança Paulista, v. 22, n.1. jan/jun. 2004. p.9.

<sup>79</sup> O primeiro documento de expressão desta ideologia é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que buscava superar as tentativas parciais de reforma até então efetuadas e imprimir uma direção única, clara e definida do movimento de renovação da educação nacional. Para tanto, baseado no direito individual à educação, determinava que o Estado, representante da coletividade, assumisse a responsabilidade da organização do ensino, com a tarefa de tornar a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos mantidos em condições de inferioridade econômica. Ver OLIVEIRA, Marcos Marques de. *As Origens da Educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez.

As mudanças no ensino secundário, resultantes da Reforma Campos, foram instituídas pelo decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, e consolidadas através do decreto 21.241, de 4 de abril de 1932. Seu objetivo principal era a ampliação da finalidade do curso secundário, que deveria deixar de ser apenas um curso preparatório para ingresso nas faculdades, adquirindo uma feição própria. A característica mais marcante da Reforma foi o autoritarismo, com sua imposição em âmbito nacional, ainda que fosse somente em termos de legislação, devido ao regime de exceção instituído por Vargas. Como não havia facções políticas predominantes neste início de governo, Francisco Campos acomodou sua reforma, adequando-a as idéias difundidas, na época, na área da educação.

Adotando esta diretriz, formalizou o ensino religioso facultativo nas escolas públicas de todo o país, contemplando as reivindicações do grupo católico. A finalidade tão almejada do curso secundário atingiu apenas as elites, pois não alterou o sistema fechado do secundário, prevalecendo a ausência de uma articulação entre este tipo de ensino e o ensino técnico-profissional.<sup>80</sup>

Em sua dissertação de mestrado, sobre o sindicato de professores do Rio de Janeiro, Ricardo Coelho afirma que, para a categoria docente, a principal consequência da Reforma Campos foi a progressiva diminuição da atividade liberal dos professores secundários, que se tornaram mais dependentes de seus empregos. A instituição do Registro de Professores pelo Governo Federal, através do Departamento Nacional do Ensino, também contribuiu para que a profissão fosse regulamentada por lei, coincidindo com uma nova expansão dos estabelecimentos particulares de ensino nos anos de 1930 e 1940.<sup>81</sup>

Na cidade de Juiz de Fora, o estabelecimento da legislação educacional brasileira provocou uma significativa mudança na educação fundamental, inicialmente conduzida por mestres-escolas. Maraliz Christo assegura que “os mestres se ligavam à comunidade e realizavam um trabalho em que sobressaía a dedicação além da preocupação com a formação disciplinada do aluno e, para tal, não faltava a ameaça da palmatória”. As escolas eram isoladas, funcionavam na casa do próprio mestre, tendo programas e horários definidos por ele, que utilizava as antigas cartilhas. A omissão do Estado com respeito à educação, sem a criação e manutenção de escolas, “era compensada com o enaltecimento da figura do professor-sacerdote”.<sup>82</sup>

---

2004. p.951.

<sup>80</sup> SOARES, Flávia. op. cit. p.10.

<sup>81</sup> COELHO, Ricardo B. Marques. op. cit.

<sup>82</sup> CRISTHO, Maraliz. op. cit. p. 106-107.

Com a expansão das escolas particulares, nas décadas de 30 e 40, existiam em Juiz de Fora cerca de 13 estabelecimentos de ensino particular: Academia de Comércio (confessional), Colégio Stella Matutina (confessional), Colégio Santa Catarina (confessional), Colégio Santos Anjos (confessional), Colégio Nossa Senhora do Carmo (confessional), Colégio Nossa Senhora Imaculada (confessional), Instituto Granbery (confessional), Fundação Educacional Machado Sobrinho, Colégio Mariano Procópio, Colégio São José, Colégio São Luís, Instituto Vianna Jr e Ginásio Bicalho.<sup>83</sup>

	<b>Instituto Granbery</b>	<b>Academia de Comércio</b>	<b>Colégio Santa Catarina</b>	<b>Colégio São José</b>
<b>18/09/1934</b>	-Benjamin Colucci -Camilo Severino	-Raymundo de Castro Mattos -Leonardo Keil -Armando Carneiro	-Raymundo de Castro Mattos -Leonardo Keil	-Camilo Severino -José de Freitas e Silva
<b>04/04/1937</b>	-Camilo Severino -Sebastião Montes -Gerardo Marini de Souza -Carlos Del Lhano -Thomaz Bernardino	-Raymundo de Castro Mattos -Leonardo Keil	-Leonardo Keil	-Camilo Severino -José de Freitas e Silva -Vicentino de Freitas Masini
<b>27/06/1942</b>	-Dr. Ralph Grunewald. -Sebastião Montes -Benevenuto de Paula Campos -João Panisset -Irene Alves Montes -Adolpho Schlottfeldt -Benjamin Colucci -Zilda de Barros Jardim	-Raymundo de Castro Mattos -Armando Carneiro -Manoel Lamas Andrade		-José de Freitas e Silva -Vicentino de Freitas Masini -Oswaldo Velloso

84

Entre as escolas particulares listadas, sete eram confessionais. Conforme a tabela acima, a maior parte dos professores que participavam das atividades sindicais lecionava no Instituto Granbery, da igreja metodista, no Colégio Santa Catarina e na Academia de Comércio, os dois últimos colégios católicos. Todas as direções do sindicato, desde 1934, foram majoritariamente compostas por professores destas escolas.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> Este levantamento foi realizado com base no livro de filiação do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, no qual constam os nomes das escolas em que cada professor lecionava na época da sindicalização.

<sup>84</sup> Livro de Atas nº 01. Na direção de 1942, José de Freitas e Silva foi substituído por Sebastião Montes, que lecionava no Instituto Granbery. Leonardo Keil foi substituído por Thomaz Bernardino, que também lecionava no Granbery. Gerardo Marini de Souza, além de lecionar nos colégios acima, trabalhava ainda no Ginásio Bicalho.

<sup>85</sup> ANEXO nº 01. "Diretorias Eleitas para o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora entre 1934 e 1964".

Para o triênio 1942-1945, dos 14 professores eleitos para dirigir as atividades do sindicato, oito trabalhavam no Instituto Granbery e três na Academia de Comércio.<sup>86</sup> Se já houvesse um grande número de professores sindicalizados, o fato de quase todos os dirigentes da associação trabalhar em escolas confessionais poderia não exercer tanta influência sobre os rumos do movimento. Porém, o índice de filiação era baixo e aqueles que ocupavam a direção, geralmente, desempenhavam papel fundamental na manutenção das atividades sindicais. É importante considerar, ainda, a inexistência de disputas eleitorais para os cargos de direção, pois em quase todas as eleições do período sempre houve uma única chapa inscrita nos processos eleitorais.

Sobre as eleições para a diretoria do sindicato de professores, já na década de 1950, o Prof. José Xavier afirmou:

Ninguém queria ninguém queria porque era só trabalho, não havia remuneração, não havia vantagem nenhuma, a não ser uma vantagem de lei que a gente não poderia ser mandado embora do emprego enquanto estivesse exercendo a presidência do sindicato. Era o que a lei garantia, era a única vantagem. Como não havia, de modo geral, casos assim de fulano ser mandado embora porque havia um entrosamento bom entre o sindicato e escolas, então isso também significava pouco, com isso ninguém queria ser presidente não. Estavam sempre querendo que um ou outro fosse. É claro que se escolhia um nome, é porque aquele nome, aquele colega tinha certos pendores de liderança e tinha certa ascendência sobre a maioria e era bom companheiro. A gente, a coisa era... Funcionava nesses termos.<sup>87</sup>

O professor continua sua fala dizendo que o presidente era praticamente escolhido “tanto que só havia um candidato, não havia dois não”. Após o mapeamento de todas as direções desde 1934, percebe-se que uma mesma direção permanecia por dois ou três mandatos, o que pode ser corroborado pela afirmação do Prof. Xavier de que isto ocorria porque “(...) ninguém queria, ninguém queria, era só trabalho. Trabalho e responsabilidade, de modo que ninguém queria ser presidente não”.<sup>88</sup>

As responsabilidades do sindicato eram distribuídas entre os professores mais assíduos às reuniões, que acabavam por se revezar na direção. Deste modo, o ideário seguido pelos estabelecimentos de ensino confessional influenciava diretamente na atuação do movimento. Diferente das escolas laicas, as escolas de ensino confessional cultivavam a imagem do trabalho

<sup>86</sup> ANEXO nº 02. “Lista dos Eleitos para Direção Triênio 1942-1945”.

<sup>87</sup> Entrevista realizada com o Prof. José Xavier. op. cit.

<sup>88</sup> Ver ANEXO nº 02. op.cit.

voltado para a educação dos menos favorecidos, persistindo a preocupação com o valor acessível das mensalidades, reforçando sempre a importância do papel dos professores para a formação da juventude brasileira.<sup>89</sup>

Desde o início da República, a educação representou para os intelectuais de Juiz de Fora seu meio mais seguro de sobrevivência. No ensino particular, dois estabelecimentos se sobressaem por empregar um grande número dos literatos da cidade: o Instituto Granbery e a Academia de Comércio. Cerca de 31,2% trabalhavam no primeiro e 50% no segundo. No caso do Granbery, seu corpo docente era formado por missionários, mas, desde 1909, passa a ocorrer a incorporação de professores brasileiros, principalmente nos cursos mais avançados. Maraliz Christo afirma que diversos professores, membros da Academia Mineira de Letras, lecionavam no Instituto Granbery, onde existia, por parte da direção, a cobrança de certa afinidade dos professores com os ideais do instituto, que poderia demitir, constantemente, qualquer docente que não colaborasse com seus ideais.<sup>90</sup>

A diretoria do Granbery possuía amplos poderes, não havendo referências à participação dos professores, estava presente em todos os momentos da vida acadêmica, inclusive em atividades que deveriam ser realizadas pelos próprios docentes, como os estudos diários dos alunos que eram regulados pelo Diretor, com o intuito de evitar mais trabalho “do que o aluno poderia dar conta”. Nos cursos superiores, as decisões se dividiam entre a Diretoria e os docentes, que assinavam um contrato de renovação anual no qual estava prevista a demissão do professor que, no decorrer do ano letivo, não preenchesse a condição de idoneidade moral.<sup>91</sup> De 1900 até 1930, ocorreram mudanças significativas nas orientações pedagógicas granberyenses dadas aos seus professores e o Instituto passou, também, a sofrer as agruras da nova ordem competitiva, que ameaçava a manutenção financeira da instituição.<sup>92</sup>

Arsênio Novais Neto ressalta que O Granbery, “tradicional escola metodista de Juiz de Fora”, pouco se preocupava com a questão financeira, “o importante era construir vidas, formar recursos humanos para a estratégia metodista de ocupação do Brasil como um todo”. O superávit, se existisse, deveria ser revertido em bolsas de estudo para os alunos pobres. Walter Harvey

---

<sup>89</sup> NETO, Arsênio F. de Novais. op. cit

<sup>90</sup> CHRISTO, Maraliz. op .cit. p.67.

<sup>91</sup> UNIVERSIDADE Federal de Juiz de Fora. *História da Faculdade de Direito*. 1913-1960. Juiz de Fora, 1985. p.13. Apud CHRISTO. op. cit. p.68.

<sup>92</sup> Ver CHRISTO. p.68-69. Em 1913, a Diretoria do Granbery teve dificuldades em manter os salários de seus professores, por serem superiores aos de outros estabelecimentos.

Moore, fundador do colégio, acreditava que as pessoas vinham em primeiro lugar e não a produção, “pois as pessoas não podiam ser sacrificadas”.<sup>93</sup>

Alguns diretores entendiam que as escolas confessionais eram “uma res publica”, uma coisa pública, uma escola pública. Esta afirmação encontra respaldo em estudo realizado sobre a vida do Prof. Irineu Guimarães, reitor do colégio O Granbery e sindicalizado desde 1945. Em 1940, ainda como vice-reitor, Irineu deixou claro que “O Granbery não era casa de negócio”, nem “mercantilizava o ensino”. O baixo poder aquisitivo do povo não permitia o aumento das mensalidades “porque o ensino deve ser oferecido a preço módico, acessível à classe pobre”.<sup>94</sup>

A Academia de Comércio, entretanto, antes de pertencer a Congregação do Verbo Divino, tinha como finalidade formar negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e de comércio. Dentro do “projeto de modernização de Juiz de Fora”, ainda na primeira República, o papel da Academia deveria extrapolar o próprio ensino profissional: sem a neutralidade ideológica aceita pelo senso comum, este ensino estaria buscando formas de legitimação desta “nova sociedade”, veiculando os valores capitalistas e qualificando pessoas que seriam, propriamente, os intelectuais responsáveis por sua implantação.<sup>95</sup>

Inicialmente, como sociedade anônima, a Academia de Comércio representava para seus acionistas um investimento de livre iniciativa, sem a ingerência do Estado. Porém, apesar dos esforços destes acionistas para conseguir subvenções, o ensino profissional era visto como um curso de segunda categoria, o que resultou no fracasso do investimento. Em 1899 optou-se por um acordo com a Congregação dos Salesianos que decidiu aceitar a instituição como doação, mediante a concessão de um prazo para transformar o antigo estabelecimento de ensino superior em Liceu de Artes e Ofícios.

Poucos meses depois de lavrada a escritura de doação, os salesianos transferiram a Academia de Comércio a outra congregação religiosa: a Congregação do Verbo Divino. De acordo com Maraliz Christo é através da vinda destas congregações que se inicia o processo de romanização em Juiz de Fora. Como os redentoristas só podiam cuidar de missões e não podiam ter colégios, foi preciso a intervenção de Dom Silvério, em Roma, junto ao Padre Arnaldo

<sup>93</sup> NETO, Arsênio F. de Novais. op. cit. p.44-45.

<sup>94</sup> MOORE, Walter Harvey. *Auxiliai os Colégios*. In: O Granbery, dezembro de 1930.

<sup>95</sup> CHRISTO, Maraliz. op.cit. p.81.

Janssen, fundador da Congregação. Com a permissão concedida, os padres do Verbo Divino chegam a cidade e assumem a paróquia da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora.

Perto da Matriz, os Servos do Verbo Divino abrem um externato: o Colégio Stella Matutina, fundado em janeiro de 1900. De dezembro de 1893, data da chegada dos redentoristas a Juiz de Fora, até 1902, já existiam na cidade cinco congregações religiosas: os Redentoristas; os Verbitas, com a Academia de Comércio; as Irmãs de Santa Catarina, com sua Escola dos Pobres, transformada em colégio no ano de 1909; as Irmãs do Bom Pastor, com o Asilo João Emílio e as Servas do Espírito Santo, que assumem o Colégio Stella Matutina em 1913.<sup>96</sup>

A Academia de Comércio voltou a funcionar em 10 de junho de 1901, assumindo os Verbitas a obrigação “de ministrar instrução gratuita a pelo menos dez alunos reconhecidamente pobres”.<sup>97</sup> Ao lado dos padres foram contratados professores leigos, alguns deles membros da Academia Mineira de Letras. Mesmo com a manutenção do curso comercial, a congregação voltou sua atenção para o ginásio, com o principal objetivo de formar a mocidade dentro das normas católicas.<sup>98</sup>

A Academia de Comércio e o Instituto Granbery representavam a luta entre duas instituições com orientações religiosas diversas estabelecendo uma competição que, desde muito cedo, contribuiu para uma atitude menos tradicionalista por parte do grupo católico. Para impedir o crescimento dos princípios metodistas na cidade<sup>99</sup> houve uma forte reação com o intuito de preservar o predomínio católico em Juiz de Fora, o que pode ser percebido quando a Congregação do Verbo Divino assume a direção da Academia de Comércio.<sup>100</sup>

Mesmo que os princípios de gestão e funcionamento das escolas religiosas de Juiz de Fora não fossem exatamente iguais, os valores cristãos faziam parte do cotidiano destas instituições. Dos primeiros anos do século XX até a criação do sindicato de professores em Juiz de Fora, a exaltação da educação cristã, da lei e da moral, ia de encontro às formulações que motivavam o espírito associativo dos professores, que incorporaram e transformaram estes valores durante o processo de constituição do movimento docente na cidade.

<sup>96</sup> CHRISTO, Maraliz. op.cit. p.94-95.

<sup>97</sup> Escritura de transferência de doação lavrada no dia 22 de fevereiro de 1901. Apud CHRISTO, Maraliz. op.cit. p.97.

<sup>98</sup> CHRISTO, Maraliz. op. cit. p.98.

<sup>99</sup> Para os limites deste trabalho não nos interessa abordar a influência do *ethos* protestante sobre o movimento de professores da cidade, já que boa parte da categoria lecionava no colégio Granbery, da igreja metodista. Sobre o metodismo ver WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

<sup>100</sup> CHRISTO, Maraliz. op.cit. p.64.



A presença de um grande número de estabelecimentos de ensino particular, em sua maioria confessional, existiu em combinação com a ausência, inicial, de uma legislação específica para a categoria dos professores. Um aspecto preponderante para esta situação era o de que as escolas confessionais não se caracterizavam como empresas capitalistas. Portanto, a propriedade jurídica não entrava em questão e, sim, o fato destas instituições não serem regidas pela lógica de acumulação do capital.

A ausência de proprietários também funcionava como um complicador, pois as escolas, metodista ou católica, não possuíam a figura do proprietário ou sócio, como as empresas. O capital destas instituições era eminentemente social, sendo revertido “em melhor serviço para os seus alunos”, em instalações e equipamentos, adequados “à necessária qualidade de ensino”.<sup>101</sup> Ao mesmo tempo em que eram empregados destas instituições, nos cursos de ensino secundário e primário, os professores sindicalizados organizavam e dirigiam os cursos de ensino superior de Juiz de Fora, que naquela época funcionavam nestes estabelecimentos de ensino.<sup>102</sup> Estes fatores contribuíram para um relacionamento peculiar entre os patrões, denominados pela categoria de “donos de escolas particulares ou diretores”, e os docentes.

Isto explica porque a primeira menção à questão salarial feita pelo professorado, em assembléia, tenha ocorrido somente na reunião de 21 de novembro de 1943, após nove anos de existência do sindicato.<sup>103</sup> Durante os nove anos em que a questão salarial não foi mencionada, qual foi a pauta das assembléias realizadas? Reuniões para mudanças nos estatutos, eleição de delegados classistas e novas direções, aumento da contribuição sindical, cobrança do imposto sindical, consultas jurídicas e encontros marcados pela necessidade constante “de engrandecimento do sindicato”, que deveria organizar “sessões mensais nas quais fosse mais forte o intercâmbio de idéias, a troca de impressões, o que virá melhorar a monotonia da vida de todos os dias”.<sup>104</sup>

O ano de 1938 foi marcado por uma série de palestras pedagógicas que buscavam “fortalecer o intercâmbio de idéias”, a primeira delas sob a responsabilidade do professor e engenheiro Dr. José Boareto que discursou sobre “A influência da engenharia na harmonia da vida moderna” sendo “vivamente aplaudido porque se excedeu pelo fundo e forma de seu

<sup>101</sup> NETO, Arsênio F. de Novais. op. cit. p.48.

<sup>102</sup> Ver CHRISTO. op. cit. p. 68 e YAZBECK, Dalva Carolina de M. *Do Ensino Confessional ao Laico: As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação. Agosto de 1997. PUC/RJ. (mimeo). op. cit. p.84-85.

<sup>103</sup> Livro de Atas nº 01. p.44-45.

<sup>104</sup> Livro de Atas nº 01, p. 22. Reunião de 22 de maio de 1938.

trabalho”.<sup>105</sup> O Prof. Gerardo Marini de Souza apresentou um estudo sobre “O desenho e a educação”, impressionando “o auditório pelos gráficos e vários outros materiais elucidativos trazidos pelo conferencista, o que focalizou clara e precisamente a situação atual do ensino”.<sup>106</sup> No mês seguinte o Prof. José de Freitas e Silva discorreu sobre “A sindicalização e o trabalhador nacional” assunto que interessava a todos e que “suscitou manifestações de apreço às brilhantes sessões realizadas pelo sindicato”.<sup>107</sup>

No dia 4 de setembro de 1938 os professores justificaram o adiamento daquela reunião, pois, no dia 7 de setembro, eles iriam acompanhar seus alunos na “Parada da Mocidade e da Raça”. De acordo com a data comemorativa, o Prof. Artur Henriques Maranhães falou sobre “A Independência Política do Brasil”.<sup>108</sup> Seguiram-se outras palestras, entre as quais merece destaque a ministrada pelo professor Oswaldo Veloso intitulada “O Estado Novo e as aspirações da Raça” que, infelizmente, não foi transcrita pelo secretário, mas que demonstra como a associação estava conectada à ideologia estado-novista.<sup>109</sup>

As reuniões, quase sempre, eram marcadas por estas conferências, característica de um sindicato criado como uma associação de classe alicerçada sobre valores tradicionais, orientada pelo enaltecimento da figura do “mestre”, detentor de conhecimento e sabedoria. Conforme foi demonstrado anteriormente, para a categoria docente a qualificação funcionava como um elemento de diferenciação perante os trabalhadores manuais. A força de trabalho especializada dos professores fazia com que seu status profissional os distanciasse da realidade de exploração que ocorria nas fábricas de Juiz de Fora.

Quando Getúlio Vargas lançou o Decreto nº 4637, de 31 de agosto de 1942, para o esforço de guerra, Juiz de Fora, cidade de renome no ramo têxtil, vivenciou momentos de brutal exploração de seu operariado fabril.<sup>110</sup> Para os professores, que se encontravam quinzenalmente no sindicato de Juiz de Fora, a realidade apresentava-se de modo totalmente diverso, conforme a pauta da assembléia de 20 de setembro de 1942, na qual foram discutidas medidas de colaboração com o governo que incluíam: telegramas para o Presidente Getúlio Vargas e para o Ministro do

<sup>105</sup> Livro de Atas nº 01, p. 23. Reunião de 05 de junho de 1938.

<sup>106</sup> Livro de Atas nº 01, p. 23 (verso). Reunião de 03 de julho de 1938.

<sup>107</sup> Livro de Atas nº 01, p. 24. Reunião de 07 de agosto de 1938.

<sup>108</sup> Livro de Atas nº 01, p. 24 (verso). Reunião de 04 de setembro de 1938.

<sup>109</sup> Livro de Atas nº 01, p. 25 (verso). Reunião de 6 de novembro de 1938.

<sup>110</sup> PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na Fábrica: cotidiano operário fabril durante a 2ª Guerra O Caso de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Célia Paoli. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. (mimeo)

Trabalho, Indústria e Comércio, hipotecando-lhes solidariedade e comunicando-lhes a decisão do sindicato de trabalhar pelo maior esforço de guerra.<sup>111</sup>

Diferente do “operário comum”, que contava somente com seu sindicato e com a Justiça do Trabalho como instrumentos de luta por direitos, os professores possuíam, além destes órgãos, uma posição de “igualdade de estima social” perante os patrões, alguns deles também professores. Esta situação permitia articular melhorias nas condições de trabalho e nos salários, sem a necessidade de “regateios”, negociações. Por causa da dimensão estamental a greve enquanto instrumento de mobilização máxima de qualquer trabalhador, manual ou intelectual, esteve fora dos parâmetros de atuação da categoria até 1959.

Seguindo as propostas de ação sindical oferecidas pelo Governo Vargas e preservando o bom relacionamento com os patrões, os professores sindicalizados desenvolviam suas atividades pautadas por diretrizes cujo fundamento encontra-se no processo de construção da identidade do movimento docente. A qualificação, a honra profissional, o status e o legalismo, constituem fatores que moldaram o sindicalismo de professores em Juiz de Fora.

Não há como aproximá-los do perfil de atuação dos operários fabris durante quase toda a história do movimento docente da cidade, entre 1934 e 1964.<sup>112</sup> Os piquetes, as passeatas, elementos primordiais das manifestações do operariado industrial local<sup>113</sup>, encontram-se distantes da realidade de um movimento de base intelectual, jurídica e cristã, que acreditava na importância crucial de sua profissão para o futuro da nação. Eram advogados, engenheiros, literatos, jornalistas – “trabalhadores intelectuais” que viam o sindicato como um canal institucionalizado de organização.

A documentação, principalmente os livros de atas, demonstra que o magistério e a própria atuação no sindicato, pelo menos nos primeiros 10 anos do movimento, representava para estes profissionais liberais uma “atividade a mais” a ser exercida. Os registros das reuniões deixam entrever que, durante estes primeiros anos, o sindicato estava para os docentes como estava o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico, ou qualquer outra associação deste tipo: ali se reuniam para trocar idéias, congregar-se com seus pares e proferir palestras. O discurso bacharelesco,

<sup>111</sup> Livro de Atas nº 01. p.40 (verso).

<sup>112</sup> LOYOLA, Maria Andréa. *Os Sindicatos e o PTB* Estudo de um caso em Minas Gerais. Cadernos CEBRAP nº 35. Editora Vozes, Petrópolis, 1980.

<sup>113</sup> Ver ANDRADE, Sílvia Maria B.V. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1987.

presente em diversos momentos nas assembleias, reproduzia um ideário conservador, próprio aos segmentos sociais tradicionalistas da época.

Mais do que seguir a linha governista de movimentação sindical, estes professores acreditavam no discurso propagado pelos intelectuais que ajudaram a conformar a “ideologia” do Estado brasileiro, na década de 1930. Durante o período autoritário do Estado Novo eles se constituíram em baluarte do enaltecimento do fator trabalho para a construção do “homem novo”, se arrogando da prerrogativa de educadores para formar cidadãos comprometidos com o fortalecimento da nação.

Será através da experiência associativa, ano após ano, entre negociações, embates e tomadas de posição, além do convívio no próprio movimento, que os professores irão aprender a reivindicar e defender seus direitos, desenvolvendo um comportamento mais combativo. Esta combatividade, porém, dependerá de conjunturas políticas democráticas e, portanto, favoráveis à mobilização, como também dos níveis de inflação e das variações na composição do professorado.

O sindicalismo corporativo desempenhou papel fundamental neste processo de amadurecimento, ao oferecer o arcabouço institucional e jurídico para a organização do movimento docente. Contudo, não foi capaz de estimular a ação do professorado, dado o predomínio da dimensão estamental, conforme abordaremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 – O SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA E SUA RELAÇÃO COM A ESTRUTURA SINDICAL CORPORATIVA

A legislação não era uma caridade; ela era função da solidariedade criada e devida pela autoridade. No entanto, ela comportava o sentimento da generosidade, da virtude do Estado e do estadista. Mas este sentimento não vinha contrariar a noção da necessidade, do dever do trabalho, nem tampouco a idéia de que cada um devia lutar por seus interesses, por seu “lugar econômico”. O povo tinha o direito de receber, e portanto o dever de retribuir. (...) Daí porque não retribuir – não pertencer, não trabalhar – era crime. Era o reverso da cidadania. Era estar fora, recusando o vínculo, a aliança.<sup>114</sup>

Ainda em fevereiro de 1930, meses antes de Getúlio Vargas tornar-se Presidente do Brasil através do movimento revolucionário de 1930, o jornal “Gazeta Operária” de Juiz de Fora, noticiava as aspirações do proletariado da cidade. Na parte superior da publicação, à esquerda, lia-se os dizeres “Senhores do governo! O operário brasileiro pede simplesmente o que necessita para viver de uma maneira mais humana”, à direita conclamava-se: “Operários! Combatemos a anarquia, a revolução e o crime afirm de que possamos sob o Império da lei pleitear nossos direitos”. Com o subtítulo de “Tudo por um Brasil Unido e Grande”, dedicado “a honrada classe proletária de Juiz de Fora” o jornal afirmava:

A Gazeta Operária, cuja publicação hoje iniciamos, embora não tenhamos ilusão sobre o seu triunfo, não se arvora em mentora do operariado local, nem tão pouco se arma em cavalleiro para combater o capitalismo e as instituições que o regem.

(...) Será um bálsamo confortador, o grito de animação à aqueles que ainda não desanimados, ante o caos que nos cerca, aguardam melhores dias dentro de nosso Brasil querido.

Será o brado de revolta contra a anarquia geral que nos atormenta, o convite amigo para que façamos nós humildes operários a renovação da Pátria e da República, hoje amesquinhas e trahidas nas suas soberania e fidelidade.

Será um dos clarins do Apocalipse que hão de anunciar haver chegado a hora de entrarmos num regimen de paz, de trabalho e de justiça.<sup>115</sup>

<sup>114</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. op.cit. p.253.

Contra o candidato Júlio Prestes, apoiado pelo presidente em exercício Washington Luís, o operariado de Juiz de Fora depositava suas esperanças no candidato da Aliança Liberal, destacando a ótima impressão por ele causada devido ao interesse manifestado pelo

ilustre candidato à presidência da República no tocante as medidas em prol do operariado brasileiro. A plataforma do Sr. Getúlio Vargas não deixa dúvida quanto a actuação que terá o illustre candidato se ascender à presidência (...). Resta portanto aos operários não crear impecilhos, devendo até sufragar nas urnas, com unanimidade e entusiasmo a chapa alliancista, reservando o direito de esperar dos mesmos, se eleitos, o cumprimento da promessa (...). Na hora presente, o melhor critério a seguir pela classe é votar com a Alliança Liberal porque de facto o programma de seu candidato é o que mais de perto satisfaz os interesses do proletariado (...).<sup>116</sup>

Vitorioso, o governo Vargas buscou criar leis de proteção aos trabalhadores urbanos, estabelecendo uma estreita relação entre cidadania e ocupação, que restringia à categoria de cidadãos aqueles que ocupassem um lugar regulamentado por lei no processo produtivo. As decisões políticas, sociais e econômicas, tomadas pelo Estado, fundamentavam-se em um projeto de cunho autoritário-corporativo procurando responder às principais demandas geradas pela crise da economia agro-exportadora e pela decadência do regime liberal-oligárquico.<sup>117</sup>

Tal projeto tinha por base o pensamento de intelectuais autoritários como Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, ligando-se ainda ao ideário dos tenentes. Objetivava a construção de um Estado nacional forte, intervencionista e corporativo, com o fortalecimento do Poder Executivo, reduzindo-se a autonomia das esferas estaduais e municipais, organizando as classes de forma corporativa, substituindo a representação político-parlamentar pela representação técnica, de caráter classista.<sup>118</sup>

Como um dos intelectuais responsáveis pela formulação do ideário do aparelho de estado brasileiro, Oliveira Vianna afirmava que “era necessário, portanto, unir o mundo que se partira no decorrer do século XIX”, cabendo ao Estado a construção da ordem corporativa, alicerçada pela “íntima colaboração com as demais instituições sociais, que elevasse e dignificasse o

<sup>115</sup> ANEXO nº 03. *GAZETA OPERÁRIA*. “Tudo por um Brasil Unido e Grande”. 05 de fevereiro de 1930. Coleção Dormevilly Nóbrega.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> ARAÚJO, Ângela (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo* Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra São Paulo, Boitempo Editorial, 2002. p.34.

<sup>118</sup> Idem. p.35.

trabalhador”. De acordo com Vianna, nesta sociedade, “o trabalhador deixaria de ser um elemento relegado e inferior para ter um lugar próprio no jogo das forças econômicas”.<sup>119</sup>

Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho em 1931, ressaltava a importância da implementação de políticas sociais no país para garantir aos trabalhadores o direito de associação. O sindicalismo de classe, nesta medida, era visto como providencial para responder às necessidades da vida contemporânea e amenizar o impacto do poder econômico “ao equilibrar as forças antagônicas da produção”. Por isso, nos discursos proferidos por Collor, a tutela do Estado sobre os trabalhadores era destacada como uma medida governamental necessária para resgatar o espírito de igualdade e de justiça, ausente nas relações entre operários e patrões.<sup>120</sup>

As primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório foram a criação do Ministério do Trabalho, ainda em 1930, e a Lei Sindical de 1931.<sup>121</sup> Segundo Luiz Werneck Vianna o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, deixou explícita a forma corporativa da via modernizante: “os sindicatos deveriam servir de pára-choques entre as tendências conflitivas nas relações do capital com o trabalho”. Este decreto instituiu a opção pelo sindicato único e o definiu “como órgão de colaboração com o poder público”. A finalidade econômica era disciplinar o trabalho como fator de produção; politicamente, a intenção era impedir a emergência de conflitos classistas, canalizando as reivindicações dos grupos sociais envolvidos para dentro do aparato estatal.<sup>122</sup>

Diversas análises foram realizadas sobre as conseqüências do modelo corporativo de Estado sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, conforme o balanço realizado no primeiro capítulo deste estudo. De forma breve, é relevante para a compreensão da relação entre sindicalismo corporativo e trabalhadores, relembrar algumas considerações importantes sobre o surgimento do trabalhador brasileiro como cidadão.

De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos, a intenção do Estado no pós-30 era que a “participação” do trabalhador na vida política e econômica do país estivesse sob o controle do Estado, através do que ele denominou de “cidadania regulada”. A cidadania era “oferecida” àqueles trabalhadores que estivessem inseridos no mundo da produção, gozando de direitos

---

<sup>119</sup> VIANNA, Oliveira. *As Novas Diretrizes da Política Social*. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 2, (1939). p. 93-94. Apud ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Corporativismo e Cálculo Político: o Processo de Sindicalização Oficial dos Trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937)*. Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ. Rio De Janeiro 1990. (mimeo). p.45.

<sup>120</sup> ANASTASIA. op.cit. p.22.

<sup>121</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

<sup>122</sup> Idem. p.146.

sociais sancionados por lei. A extensão destes direitos se daria através da regulamentação de novas profissões/ocupações, sempre associadas à ampliação da cidadania.<sup>123</sup>

Na visão de Alcir Lenharo estava claro que “a ordem corporativa vinha confirmar, como se declarava então, a substituição do negativo conceito da luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes”. A criação da legislação trabalhista e a proposta corporativista de sindicalização apontavam para “uma política de controle da classe operária e de sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder”.<sup>124</sup>

O “recém-inaugurado” Estado brasileiro estava decidido a cumprir as tarefas necessárias para “uma sociedade ainda incapaz de efetivá-las”. Este Estado, como ator principal de todo o conjunto do espaço social, encontrou sua auto-imagem propagada através do Estado Novo, agindo de forma a construir uma identidade societária, autoproclamando-se agente capaz de intervir no fluxo histórico e estancar as tensões da luta de classes.<sup>125</sup>

Para Lenharo, a ação do Estado obscurecia a realidade dos diferentes momentos de constituição de uma legislação social marcada por uma luta surda entre os empresários e a classe trabalhadora. Estes momentos encenavam um “encontro arbitrado” no qual se demonstrava a igualdade entre as partes que dialogavam, mesmo que fosse permitido aos empresários falar e pressionar previamente, nos bastidores; assim como, ter acesso aos anteprojetos antes de serem publicados.<sup>126</sup>

Nossas considerações sobre a capacidade organizadora do sindicalismo corporativo, bem como sua importância para o surgimento e cristalização de comportamentos classistas entre os trabalhadores, inspiram-se nos trabalhos de Ângela Maria de Castro Gomes e Carla Maria Junho Anastasia. As autoras, analisando objetos diferentes na relação do operariado com a estrutura sindical corporativa, questionam a linha interpretativa que vê a interferência estatal como um fator passível de tornar a formação da classe trabalhadora brasileira “menos natural ou ilegítima”.<sup>127</sup>

Ângela de Castro Gomes propõe que:

(...) a formação de uma identidade coletiva consiste na construção de um discurso capaz de produzir um ‘área de igualdade’ substancial que nega as desigualdades em um espaço definido e, dentro dele, enfatiza um conjunto de

<sup>123</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979. p.75.

<sup>124</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p.21.

<sup>125</sup> Idem. p.22.

<sup>126</sup> Idem. p.26.

<sup>127</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. op.cit. p.21.



valores e tradições solidários, podendo inclusive se materializar em formas institucionais diversas como leis, organizações etc.<sup>128</sup>

Analisando o discurso estatal no pós-30, a autora alerta para “a dinâmica de construção deste projeto de identidade operária desenvolvido pelo Estado”. Se por um lado este discurso tenta se apropriar da “palavra” operária, “arduamente estruturada na Primeira República”, por outro lado, a “nova palavra”, emitida pelo Estado, “constrói-se lidando com os mesmos elementos básicos presentes no discurso operário desde o século XIX, apenas relidos e integrados em outro contexto”.<sup>129</sup>

O valor primordial do trabalho, “como meio de ascensão social e não de saneamento moral”, e a dignidade do trabalhador são o ponto de partida para a comunicação deste com a sociedade e com o mundo da política. A cidadania, de acordo com a autora, “fundada no gozo dos direitos sociais do trabalho e no reconhecimento das associações profissionais - ambos tão almejados e demandados pela classe trabalhadora durante décadas -”, afirma-se através da articulação de um pacto político entre Estado e classe trabalhadora.<sup>130</sup>

Portanto, para Ângela de Castro Gomes, o fato da “palavra operária” estar com o Estado não significa que a construção do discurso estatal tenha se dado à revelia dos trabalhadores. No final da década de 1920, já existia no Brasil uma ética valorativa do trabalho, “disseminada por diferentes aspectos políticos”, uma prática de relacionamento, de luta e de acordos com o patronato, além de uma experiência de organização em partidos políticos e sindicatos. Quando a Primeira República chegou ao fim, havia “uma figura do trabalhador brasileiro, embora não existisse um cidadão-trabalhador”.<sup>131</sup>

Para construir seu próprio conceito de cidadania, o Estado brasileiro do pós-30 terá que lidar com esta herança heterogênea, entrando na arena política como “mais um competidor”, posição que será reavaliada e abandonada assim que a conjuntura nacional o permitir. Após a reconstitucionalização (de 1932 a 1934), e dimensionada a experiência inicial do Ministério do

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Além de E. P. Thompson, Ângela Maria de Castro Gomes parte das considerações W. Sewell (1981) quando utiliza o termo “palavra operária”. Para Sewell, a classe trabalhadora francesa construiu sua “mentalidade” transformando, simultaneamente, a ideologia revolucionária liberal do início do século XIX e a ideologia corporativa artesanal tradicional da Europa Ocidental. Esta fusão “permitiu que os trabalhadores se reconhecessem de uma nova forma, assumindo posições na sociedade, informados por novos valores e concebendo suas associações de classe a partir de uma nova perspectiva”. A este processo o autor denomina “palavra operária”, reforçando a constituição do discurso operário a partir de sua relação com a vida política francesa e com as tradições culturais dos trabalhadores. GOMES, Ângela Maria de Castro. op.cit. p.16.

<sup>130</sup> Idem. p.26-27.

<sup>131</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. op.cit. p.27.

Trabalho, “fechou-se com vigor o espaço para qualquer tentativa de encaminhar o processo de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores”.<sup>132</sup>

O discurso revolucionário pós-37, buscando sua origem em 30, pautou-se pelo ideal da justiça social e, deste modo, a relação que fundou o Estado brasileiro foi aquela entre povo e o Presidente, que legislou sobre o problema síntese da nacionalidade: o problema social. De acordo com Gomes, o eixo desta relação estava na construção do que Luis Werneck Vianna denominou de “ideologia da outorga”, através da qual “a legislação social brasileira, instrumento mediador por excelência das relações entre governantes e governados, foi outorgada pela personalidade clarividente do chefe de Estado ao seu povo”.<sup>133</sup>

A inclusão do Estado brasileiro numa ordem corporativa, intervencionista, utilizou-se da imagem da outorga com objetivo de constituir um pacto implícito, fantasioso, com as classes subalternas. A legislação “revolucionária”, anterior a 1937, consistiria numa reatualização e generalização de leis já criadas, que a partir de 1930 serão acompanhadas do arcabouço institucional do corporativismo.

Para Werneck Vianna, além de não ultrapassar o marco já conquistado na década de 20, os primeiros anos da ordem corporativa no Brasil trouxeram consigo outra continuidade: a da discutível eficácia da legislação produzida. Na prática, o pacto inaugurado pela ordem corporativa era um “pacto sem benefícios”, pois os sindicatos foram reprimidos maciçamente após a organização da ANL – Aliança Nacional Libertadora, como também foram depurados os traços liberais da Carta de 1934, “rompendo com a idéia de contratualismo para o arranjo corporativo”.<sup>134</sup>

Vianna afirma que, após 1935, as dissidências entre diversas facções das classes dominantes “cedem lugar a uma proposta consensual feita em nome do corporativismo”. Despojando-se de seu liberalismo político, as elites e classes dominantes reavaliam a legislação trabalhista, em decorrência dos acontecimentos de 35, utilizando-a como uma “política comum” para o controle das classes subalternas:

A ideologia da outorga será, sem dúvida, resultante de um pacto. Porém, não entre o Estado e as classes subalternas, e sim entre as diferentes facções das classes dominantes. Nele, liberais de diferentes procedências, (...) declinam

---

<sup>132</sup> Idem. p.30.

<sup>133</sup> Idem. p.246-247.

<sup>134</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op. cit. p.34.

de seus postulados para se reencontrarem – eles também – sob o controle estatal.<sup>135</sup>

Segundo Ângela de Castro Gomes, a outorga remove o conflito e torna possível a construção de uma sociedade harmônica; ao doar, generosamente, o Presidente estava cumprindo um dever do Estado, que era garantir a justiça social, a ordem. Contudo, esta obrigação política do Estado era entendida pelo povo como um direito, “uma vez que a justiça social compreende a supressão da doença, da miséria e do analfabetismo, condições sob as quais um conjunto de homens não se constitui como povo de uma nação”.<sup>136</sup>

Diferente de Luis Werneck Vianna, Gomes propõe que a relação entre povo e Presidente articulava-se por meio de um contrato que estabilizava a nação e sustentava o poder do Estado. O discurso estado-novista atribuía ao próprio Estado “o papel de instituidor da nação”, ordenador, no pós-30, do caos social brasileiro. Portanto, o Estado não era visto como “o coroamento de relações sociais; ele era entendido como o conformador destas relações”. Ser cidadão era pertencer a uma totalidade econômica - que significava trabalhar; jurídica - que significava possuir carteira de trabalho; e moral - que compreendia o trabalho como um dever/direito.<sup>137</sup>

A lógica do discurso estatal estava em reler o passado de lutas dos trabalhadores, ainda que nem o mencionasse, estruturando-o através da valorização da figura do trabalhador nacional. A este “novo modelo de cidadão” o Estado destinava seu discurso, oferecendo os benefícios sociais como uma dádiva, que se articulou por meio de “uma lógica material de custos e benefícios” que respondeu pelo sucesso do projeto político estatal brasileiro, ao qual Ângela de Castro Gomes denominou de “trabalhismo”.<sup>138</sup>

Carla Anastasia, ao estudar o processo de sindicalização da classe trabalhadora mineira, entre 1932 e 1937, conclui que, apesar de forjado com a intenção de controlar a crescente massa de trabalhadores urbanos, o modelo corporativo de Estado gerou um alargamento nos limites estabelecidos para a resolução dos conflitos trabalhistas no Brasil. Além disso, a estrutura sindical corporativa contribuiu para que diversos setores do movimento operário aproveitassem

<sup>135</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op. cit. p.35.

<sup>136</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. op.cit. p.247-248.

<sup>137</sup> Idem. p.249.

<sup>138</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. op.cit. p.254. Vale a pena reafirmar as considerações da autora a respeito do “trabalhismo”: (...) o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. Ver p.23.

para oficializar suas organizações, proporcionando aos trabalhadores a oportunidade de desenvolver uma ação autônoma em relação à burguesia.<sup>139</sup>

## 2.1 - O Sindicalismo Corporativo em Minas Gerais

Estudando o caso de Minas Gerais, Carla Anastasia destaca que a opção da classe trabalhadora mineira explica-se pela possibilidade de um enfrentamento mais eficaz com o patronato, ao utilizar as entidades oficiais<sup>140</sup> como um canal de luta pela institucionalização de direitos trabalhistas, estabelecidos imediatamente após 1930. A autora considera as interações estabelecidas na dinâmica da competição política entre três atores – Estado, burguesia, e operariado – alertando para o caráter triangular da estrutura corporativa.

Isto significa afirmar que não só burguesia e operariado se articulavam com o Estado, mas que o operariado podia, também, se articular com o Estado de forma independente, via sindicalismo oficial. A transposição dos conflitos sociais para a arena pública, resultado deste arranjo corporativo, levou a classe trabalhadora a se apropriar da estrutura corporativa como instrumento de luta e reivindicações, transformando sua natureza e seu conteúdo.<sup>141</sup>

Em 1933, as iniciativas do Governo Vargas para incorporação dos trabalhadores na arena política estavam em pleno desenvolvimento e a oficialização de sindicatos das mais diversas categorias é marcante neste ano. Em maio, o jornal *Correio Mineiro* anunciava que o proletariado mineiro tinha aceitado “com entusiasmo peculiar a semelhantes contingências o grito de sindicalização” afirmando que, depois de Juiz de Fora, Belo Horizonte possuía o maior número de sindicatos reconhecidos oficialmente pelo governo.<sup>142</sup>

A justificativa para a aceitação do atrelamento ao Estado fundamentava-se na faculdade organizadora dos sindicatos, na possibilidade de intermediação dos interesses oferecida pelo aparato estatal, na luta contra a exploração imposta pelos patrões e na ampliação da esfera política. Contra as arbitrariedades ocorridas nas fábricas durante a Primeira República, surgia, naquele

---

<sup>139</sup> Ver ANASTASIA. op.cit.

<sup>140</sup> As entidades oficiais são aqui entendidas como aquelas que seguiam os moldes de sindicalização do governo.

<sup>141</sup> ANASTASIA. op. cit. p. 64-66.

<sup>142</sup> *CORREIO MINEIRO*. 30/10/1933. Apud ANASTASIA. op. cit. p.97.

momento, uma forma de intermediação pública para o mundo do trabalho, mesmo que limitada pelo Estado.

Segundo Anastasia, o processo de sindicalização oficial em Minas Gerais, na segunda metade do ano de 1933, foi decisivo para a orientação que tomou o movimento sindical mineiro, caracterizando-se pelo aumento significativo do número de sindicatos oficiais. O que se devia, em parte, ao fato da dependência da elegibilidade dos delegados eleitores e candidatos à Assembléia Nacional Constituinte e às “vantagens” que o reconhecimento legal do sindicato poderia oferecer.<sup>143</sup>

O jornal “O Trabalhista”, órgão dos sindicatos proletários de Juiz de Fora, dirigido por Alberto Surek, que logo se tornaria Deputado Classista, lançou seu primeiro número em 30 de outubro de 1933, alertando aos empregados do comércio sobre a importância da sindicalização:

(...) Mas o que quero aconselhar aos empregados do comércio é que não fiquem embebidos com as manifestações de carinho e apreço que irão ter e cuidem de trabalhar em prol de outras conquistas, como sejam: - Lei de pensões e aposentadorias, que parece já estar em estudos; salários mínimos e reforma da lei de férias, já reformada e que, a meu ver, ainda contem pequenos defeitos. Enfim, como a imperfeição faz parte de muitíssimas coisas... consolemo-nos com a lei em vigor.

Para que todos consigam o que almejam, é necessário procurem sindicalizar-se, se já não o fizeram, pois é por intermédio do seu sindicato que o empregado se dirige às autoridades superiores, reclamando o cumprimento de leis burladas pelos menos escrupulosos; é o meio de pleitear a melhoria dessas mesmas leis, se são imperfeitas; é o caminho mais certo para a defesa da classe.<sup>144</sup>

Em Minas Gerais, especificamente, o sindicalismo oficial foi utilizado para promover a organização da classe trabalhadora, o que resultou na idéia de se criar, também em 1933, a Federação do Trabalho em Minas Gerais, conforme estabelecia o Decreto 19.770 de 1931. O objetivo desta entidade seria mostrar ao proletariado sua força potencial na defesa de direitos, servindo ainda de contraponto a Federação das Associações de Classe, criada em Belo Horizonte, que buscava conciliar os interesses da ‘produção’. Os trabalhadores mineiros logo perceberam que suas necessidades não eram compatíveis com os ideais desta federação e fundaram, em 29 de setembro de 1933, a Federação Mineira do Trabalho.<sup>145</sup>

<sup>143</sup> ANASTASIA.op. cit. p.102.

<sup>144</sup> ANEXO nº 04. Artigo escrito por Rodrigues da Costa para o jornal *O TRABALHISTA*, em comemoração ao dia do empregado no comércio. 30 de outubro de 1933. Coleção Dormevilly Nóbrega.

<sup>145</sup> ANASTASIA. op. cit. p.104-105.

Instalada em 15 de novembro e eleita sua Junta Governativa, com maioria composta por quadros do Partido Comunista Brasileiro, a entidade optou pela linha classista e a valorização da luta de classes. Apesar das intenções propostas pela Federação Mineira do Trabalho, desencadeou-se um processo bastante conflituoso e as antigas uniões tiveram que enfrentar a resistência do empresariado para se organizarem em novas entidades, seguindo as normas do sindicalismo oficial.<sup>146</sup>

Ainda assim, a vigilância do Governo sobre os trabalhadores era intensa e organizada. A polícia de Juiz de Fora, em março de 1934, seguindo as recomendações do Ministério do Trabalho, transmitidas por intermédio da Chefia de Polícia do Estado, prendeu vários operários sob a acusação de serem comunistas e terem distribuído boletins de “caráter vermelho”. A União Operária se defendeu afirmando que os operários não eram comunistas, estavam apenas propagando os ideais proletários, exercendo uma forma de resistência de acordo com a legislação: o direito de greve.<sup>147</sup>

Em entrevista ao repórter do Estado de Minas, o delegado da polícia local disse que o Governo havia tomado conhecimento de rumores sobre perturbações da ordem, de caráter comunista, marcadas para o início de março. Os rumores coincidiram com a distribuição dos boletins “subversivos”, feita por operários já conhecidos pela polícia como “bolchevistas confessos”. Para manter a ordem pública a prisão foi inevitável, resguardando-se “os direitos da coletividade”. O deputado classista Alberto Surek, representante dos trabalhadores afirmou, ao Diário Mercantil, que as prisões ocorreram devido a uma ordem geral transmitida aos governos estaduais pelo Ministério do Trabalho.

Surek relatou que o Serviço de Ordem Social identificava todos os indivíduos suspeitos de serem comunistas, colocando-os sob vigilância permanente e obrigando-os a comparecer a polícia para esclarecimentos. O controle sobre as atividades sindicais não era difícil, pois nenhuma assembléia era realizada sem a presença de um agente do Ministério, para acompanhar e resenhar os trabalhos. Medida “justificada pela conjuntura política pela qual passava o país”.<sup>148</sup>

O ano de 1934 foi marcado por intensas mobilizações operárias, greves aconteceram em importantes cidades do país, paralisando setores de transportes, comunicações e bancos. O acirramento da luta contra o fascismo desencadeou uma série de embates violentos entre

<sup>146</sup> Idem. p.106-108.

<sup>147</sup> *ESTADO DE MINAS*. “Atividades Comunistas em Juiz de Fora”. Belo Horizonte, 7 de março de 1934. p. 3. Apud ANASTASIA.op.cit. p.132.

<sup>148</sup> *CORREIO MINEIRO*. “A prisão de comunistas de Juiz de Fora”. Belo Horizonte, 8 de março de 1934. p.1.

antifascistas e integralistas e, em Juiz de Fora, a AIB – Ação Integralista Brasileira fundou um núcleo com participação significativa na cidade. O núcleo era formado por estudantes, intelectuais, jovens e militares. Criou-se uma milícia local, organizada com disciplina militar, de linha fascista, reunindo várias pessoas que propagavam suas idéias através do jornal “O Sigma”, promovendo atividades festivas para angariar mais adeptos.<sup>149</sup>

Nacionalmente, o Ministério do Trabalho estava temeroso quanto a força imprevista do sindicalismo, decorrente do Decreto 19.770. A contenção dos conflitos trabalhistas, através do lema da “harmonia das classes” e do atrelamento das entidades ao Estado, não foi capaz de superar a combatividade resultante do fortalecimento das organizações sindicais. O corporativismo foi internalizado de variadas formas pelos trabalhadores, fazendo com que o Estado não conseguisse controlar a mobilização dos sindicatos, revelando a instabilidade do arranjo corporativo.<sup>150</sup>

Os limites das reivindicações mais imediatas cederam espaço para novas palavras de ordem como a luta contra o imperialismo e o fascismo, demonstrando a radicalização do discurso e da prática sindical. A Federação do Trabalho de Minas Gerais, que coordenava a resistência ao Integralismo, assinou um manifesto, em março de 1934, em conjunto com diversas associações, afirmando que combater o fascismo naquela conjuntura significava “resguardar todo o patrimônio da humanidade, conservando conquistas deixadas pelos irmãos, trabalhadores caídos ontem sob o fogo dos fuzis da burguesia, sob a pata dos cavalos dos governos opressores, mortos nas ilhas e nos presídios infectos”.<sup>151</sup>

Em julho de 1934 foi editado o Decreto 24.694, com o objetivo de reformular o Decreto 19.770, que instituiu a unicidade sindical. A principal justificativa para tal “reformulação” baseava-se nas dificuldades existentes para a constituição de sindicatos de empregadores e, de certo modo, de empregados. O Decreto 24.694 estendeu a sindicalização às atividades de ordem técnica, cultural ou intelectual, ao funcionalismo público e aos estudantes de cursos superiores, oferecendo mais flexibilidade para a formação de entidades de trabalhadores e empresários.<sup>152</sup>

Desta forma, apesar da Constituição de 1934 assegurar a pluralidade e a autonomia sindicais, o novo decreto reforçou a fiscalização oficial nos sindicatos, objetivando controlar as

<sup>149</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Juiz de Fora: vivendo a História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF/Editora da UFJF, 1994.

<sup>150</sup> ANASTASIA. op. cit. p.134.

<sup>151</sup> ANASTASIA. op. cit. p.135.

<sup>152</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op. cit. p.192.

associações mais combativas. Luiz Werneck Vianna ressalta que “a autonomia e a pluralidade sindicais não resultavam da intenção política de forças liberais sediadas no complexo urbano-industrial, mas do tradicionalismo agrário e do autoritarismo católico”. O objetivo da oligarquia agrária e da Igreja era debilitar o relacionamento do Estado com a sociedade civil, impedindo o “desenvolvimento livre e unitário das classes subalternas”.<sup>153</sup>

Portanto, sob a pluralidade recém-promulgada, perpetuava-se o formato do sindicalismo corporativo, através do aumento da vigilância do Estado sobre a classe trabalhadora e da criação de sindicatos “de carimbo”. A luta contra os patrões somou-se à luta para preservar a organização e a representatividade das associações oficiais únicas, que tiveram que disputar espaço com as associações “de carimbo”.

Estas últimas, criadas para servir aos propósitos eleitorais do Ministério do Trabalho, confrontavam-se com os sindicatos “amarelos” e com as entidades oficiais combativas. Para justificar o pluralismo, a Sub-Comissão que elaborou o anteprojeto do Decreto 24.694 argumentava que a exclusividade sindical levaria os operários que não concordassem com as orientações de seu sindicato a permanecerem em uma organização contrária aos seus ideais, pois a saída implicaria na perda dos direitos sindicais.

Até o mês de outubro de 1934, prazo final para a oficialização das entidades que pretendiam eleger delegados classistas para as Assembléias Constituintes Estaduais, o Ministério do Trabalho já havia recebido 1600 pedidos de reconhecimento. Anastasia destaca que Minas Gerais apresentou o maior número de pedidos: 626. O Ministério do Trabalho reconheceu 200 sindicatos em São Paulo, 143 em Minas Gerais, 130 no Distrito Federal, 107 no Rio Grande do Sul, 60 na Bahia, 17 no Amazonas, 10 nas Alagoas e 4 no Ceará.<sup>154</sup>

Cerca de 82% dos sindicatos patronais mineiros foram reconhecidos neste período e, dos 51 sindicatos oficiais de empregados existentes em 1934, somente 14 (27%) foram reconhecidos em outubro deste ano. Entre estes, o Sindicato dos Trabalhadores em Vestuários e Anexos e o Sindicato dos Empregados do Comércio de Queluz, já haviam sido instalados bem antes da edição do Decreto 24.694, o primeiro em outubro de 1933 e o segundo em março de 1934. Já o Sindicato dos Proletários Intelectuais Militantes da Imprensa de Juiz de Fora e a União dos Empregados de Morro Velho, foram entidades criadas em oposição aos seguintes sindicatos oficiais combativos:

---

<sup>153</sup> Idem. p.193.

<sup>154</sup> ANASTASIA. op. cit. p.119.



União dos Trabalhadores em Livro e Jornal de Juiz de Fora e União dos Mineiros de Morro Velho.<sup>155</sup>

O restante das entidades instalou-se em setembro e foi reconhecida em outubro de 1934. Três delas eram de Juiz de Fora – o Sindicato de Empregados em Casas de Diversões, o Sindicato dos Empregados em Farmácia e Drogarias e o Sindicato dos Operários Refinadores de Banha. As críticas as entidades criadas para fins eleitorais, que proliferaram enormemente a partir do Decreto 24.694, eram constantes no meio operário. Honório Tote, sindicalista de Juiz de Fora, afirmava que o decreto permitia a intromissão de interesses políticos nas associações, enfatizando que a “pluralidade vai ganhando terreno destruindo a unidade sindical que vínhamos praticando com reais vantagens”. Para os sindicalistas militantes, o Decreto 24.694 possuía a intenção de desagregar e desprestigiar politicamente as classes que já estavam organizadas.<sup>156</sup>

De acordo com o Ministério do Trabalho, as fraudes ocorriam com mais freqüência entre as associações do funcionalismo público, dos profissionais liberais e dos agricultores. Em Minas Gerais, 42 associações de funcionários públicos haviam sido criadas, todas com a mesma denominação: sociedade beneficente e representativa. A Sociedade Beneficente dos Funcionários da Inspeção do Trabalho de Minas Gerais, instalada em outubro de 1934, realizou uma assembléia para eleger seu delegado com a presença de apenas 10 sócios. Um desses sócios não era sequer funcionário da Inspeção, ou do Ministério do Trabalho. As irregularidades existentes nesta associação levaram a anulação da eleição pelo Superior Tribunal do Trabalho. O jornal *O Debate*, condenava a fraude ressaltando que:

(...) a improvisação desses sindicatos profissionais e patronais de oito a dez pessoas, escolhidas, demonstram a preocupação de preparar o terreno para a eleição de certos medalhões que fogem as léguas do povo, temerosos do seu contato purificador.<sup>157</sup>

A elasticidade oferecida pelo Decreto 24.694 permitia que um sem número de sindicatos fosse criado, minando a força que as associações fundadas a partir do Decreto 19.770 haviam conquistado. A nova legislação foi entendida como um instrumento para atender aos interesses dos patrões, que repudiavam a sindicalização de seus empregados. O sindicalista Noraldino de

<sup>155</sup> *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. nº 11/julho de 1935 e nº 49/setembro de 1938. Apud ANASTASIA.

<sup>156</sup> ANASTASIA. op. cit. p.120-121.

<sup>157</sup> *O DEBATE*. “O Caso dos Sindicatos”. Matéria publicada em 20 de novembro de 1934. Belo Horizonte. Apud ANASTASIA.

Mello Castro, do Sindicato dos Bancários, apontava dois defeitos principais no novo decreto: a pluralidade sindical para o mesmo ofício e a limitação territorial.<sup>158</sup>

A pluralidade era vista como promotora do enfraquecimento da classe, dispersando sua força. Quanto à limitação territorial, poucas eram as cidades em condições legais de instalar seus sindicatos. Nesta medida, a partir de 1934, com a criação do novo decreto, iniciou-se um período de radicalização da prática militante, uma forma de resposta dos trabalhadores ao Estado, demonstrando que este era incapaz de despolitizar os conflitos.

O Levante Comunista de 1935, entretanto, desencadeou uma forte repressão sobre os trabalhadores e sindicatos, institucionalizada através do Estado Novo, quando o então Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, mobilizou a estrutura sob seu comando para acionar a participação de sindicatos patronais e operários contra o comunismo. Várias reuniões de trabalho envolvendo representantes das duas partes foram realizadas, ficando acertada uma estratégia para levar a propaganda anticomunista aos trabalhadores.<sup>159</sup>

Rodrigo Patto Sá Motta afirma que “os operários ouviriam preleções diárias com duração de 5 a 10 minutos, naturalmente de conteúdo anticomunista, que seriam proferidas por gerentes, chefes de seção e, eventualmente, por membros da própria categoria”. Os responsáveis pelo aparato educacional também deram sua contribuição ao esforço de vacinar os brasileiros contra o “vírus vermelho”, mesmo porque a maioria dos funcionários do Estado queria mostrar seu zelo anticomunista, dado o clima vigente de “caça as bruxas”.<sup>160</sup>

## 2.2 - A criação do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora

Em meio à instabilidade existente no meio sindical, em decorrência do Decreto 24.694, e vivenciando uma conjuntura política bastante complexa, 38 professores reuniram-se no dia 17 de setembro de 1934, para a criação do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora.. Em seu discurso de fundação, Benjamin Colucci apontou as vantagens

<sup>158</sup> *ESTADO DE MINAS*. Belo Horizonte, 20,21,22,25 de julho de 1934. Apud ANASTASIA.

<sup>159</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva. FAPESP, 2002. p.224.

<sup>160</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá.op. cit. p.225.

resultantes da organização da classe de acordo com as leis vigentes, declarando, logo após, a instalação do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora.<sup>161</sup>

A iniciativa de se fundar um sindicato de professores na cidade corrobora a afirmação de Anastasia de que as entidades mineiras de trabalhadores não se preocupavam em “garantir benefícios”, mas em aproveitar a sindicalização oficial para promover sua organização.<sup>162</sup> Bastou que o Governo modificasse o Decreto 19.770, possibilitando a associação de trabalhadores dos setores de ordem técnica, cultural ou intelectual, para que os professores criassem seu sindicato. Nesta época, grande parte do professorado de Juiz de Fora lecionava em escolas confessionais, que neste período representavam mais da metade dos estabelecimentos particulares de ensino da cidade.

No início da década de 1930, ainda não existiam relações de mercado no setor educacional, dado o predomínio das escolas religiosas. A lógica que regia as atividades destes colégios não se pautava pela obtenção de lucros; diferente de qualquer empresa capitalista a proposta das escolas confessionais, com exceção de algumas,<sup>163</sup> era altruísta e ia totalmente contra os princípios do mercado, objetivando a superação dos interesses privados por interesses comunitários.<sup>164</sup>

Desta forma, a organização inicial dos professores, através do sindicato, não se deu em busca de reivindicações por melhores salários ou para lutar contra arbitrariedades cometidas pelos patrões. A intenção era que a categoria, composta por professores, que naquela época eram também diretores de escolas, tivesse uma associação profissional para representá-la, criada sobre base legal, com amparo jurídico. O decreto 24.694 permitiu a sindicalização dos docentes nos moldes oficiais, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Os sindicatos de professores serão sempre locais, mas em casos especiais, atendendo às condições peculiares de determinadas profissões, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá fixar aos sindicatos respectivos uma

<sup>161</sup> Livro de Atas nº 01. p.02.

<sup>162</sup> ANASTASIA, op. cit. p.104.

<sup>163</sup> A Academia de Comércio, por exemplo, conforme foi especificado no primeiro capítulo deste trabalho, tinha como finalidade formar negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e de comércio. Dentro do projeto de modernização de Juiz de Fora, o ensino oferecido pela Academia deveria legitimar esta “nova sociedade”, veiculando os valores capitalistas e qualificando pessoas que seriam, propriamente, os intelectuais responsáveis por sua implantação. Mesmo assim, a Academia de Comércio separava uma quota de vagas para alunos bolsistas. Ver CHRISTO, Maraliz. op. cit.

<sup>164</sup> Ver NETO, Arsênio F. de Novais. op.cit.

base territorial mais extensa, que deverá coincidir sempre com as divisões administrativas do Estado ou da Nação (...).<sup>165</sup>

A legislação implantada entre 1931 e 1934 impulsionou certas categorias de trabalhadores, mais arredios a prática sindical, à materialização de seu desejo associativo. Não se pode esquecer do papel desempenhado pelo legalismo. O fato do Prof. Benjamin Colucci, advogado, ter sido um dos fundadores do sindicato, aliado a presença de um grande número de bacharéis entre os filiados, certamente reforçou a atuação dentro dos moldes jurídicos.

As entrevistas realizadas com professores sindicalizados na década de 50 e os documentos produzidos, desde a fundação até 1964, revelam que o sindicato de professores de Juiz de Fora possuía um perfil conservador: eram católicos em sua maioria, seguindo à risca os limites legais; sua atuação define a ausência de um discurso de cunho político como base para o surgimento da associação.<sup>166</sup> A análise cuidadosa da documentação demonstra uma aversão ao envolvimento em discussões políticas, como também um posicionamento conservador diante de conjunturas políticas instáveis, comportamento que contribuía para a desmobilização ou, até mesmo, a paralisação das atividades sindicais do movimento docente.

A conjuntura nacional de 1935, seguramente, levou a um afastamento da política, já que diversos embates estavam ocorrendo entre integralistas e aliancistas em Juiz de Fora. Em 4 de abril daquele ano, o projeto da Lei de Segurança Nacional - LSN, proposta pelo Governo Vargas ao Congresso, foi aprovado. A LSN passou a definir os crimes contra a ordem política e social: as greves de funcionários públicos, a propaganda subversiva e a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem.

Enquanto se discutia as conseqüências da LSN para a sociedade brasileira lançou-se a Aliança Nacional Libertadora, formada por comunistas e “tenentes” de esquerda. A ANL possuía orientação nacionalista: defendia o não pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a garantia das liberdades populares e a constituição de um governo popular.<sup>167</sup> Instalada em março de 1935, a Aliança era a materialização da política definida pelo Partido Comunista, formando uma frente única contra o integralismo e o fascismo.

<sup>165</sup> Livro de Atas nº 01. p. 9 (verso).

<sup>166</sup> Foram transcritos dois Livros de Atas do sindicato, que vão desde sua fundação em 1934, até a década de 70, realizamos entrevistas com professores sindicalizados na década de 1950, e ainda analisamos outros documentos do sindicato de professores, além de artigos de jornais.

<sup>167</sup> Para contextualização utilizamos: FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001; FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o Tempo do nacional-estatismo do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Em maio de 1935 a ANL já possuía cerca de 1.600 sedes espalhadas pelo Brasil e em junho daquele ano, na eleição de seu Comitê Diretor em Minas Gerais, determinou-se a necessidade imperativa de se formarem comitês nos sindicatos de classe.<sup>168</sup>

Segundo Mônica Oliveira, em junho de 1935, grupos de aliancistas e integralistas distribuíram folhetos com suas propagandas na Rua Halfeld, localizada no centro de Juiz de Fora. A situação desencadeou um forte conflito, noticiado pelo jornal “O Correio da Manhã”, que informou da recusa dos aliancistas em serem rotulados de comunistas. Os integralistas diziam que a ANL era comunista porque seu presidente de honra era Luís Carlos Prestes.<sup>169</sup>

O comunismo havia se convertido no grande inimigo da sociedade, em uma ameaça aos valores da família, do trabalho e da propriedade. Em nome do “combate ao comunismo” sindicatos foram fechados e diversas prisões efetuadas.<sup>170</sup> Entretanto, no sindicato de professores de Juiz de Fora, recém criado, não ocorreu qualquer tipo de intervenção por parte do governo neste período. O conservadorismo da associação auxiliou para que o movimento tendesse a apoiar as medidas governistas e para que não assumisse uma posição contrária.

As atividades iniciais da associação se restringiram ao cumprimento da legislação sindical. No dia 5 de novembro de 1934, dois meses após a criação do sindicato, foi convocada uma assembléia geral para a escolha do Delegado Eleitor nas eleições classistas do Rio de Janeiro. Tendo sido marcada para o dia 3 de novembro, não se realizou por falta de número legal de associados, sendo transferida para o dia 5.<sup>171</sup>

Entre algumas reuniões, para mudança do estatuto, ocorreu outra assembléia geral em 29 de agosto de 1935, novamente para a escolha do Delegado Eleitor nas eleições classistas, só que desta vez em Belo Horizonte, que aconteceriam em outubro. O livro de atas não possui registro de nenhuma assembléia realizada em 1936, não foram encontrados documentos produzidos neste ano ou notícias do sindicato nos jornais da cidade. O que consta em ata é que em 1937, com a instalação do “Estado de Guerra”, o sindicato deixou de funcionar em assembléias gerais, “por ordem de autoridades superiores”, mas sua diretoria se reuniu regularmente.<sup>172</sup>

De acordo com um relatório de 1937 o sindicato manteve “sessões mensais desde sua fundação”, em 1934.<sup>173</sup> Contudo, se estas sessões ocorreram no ano de 1936 não foram

<sup>168</sup> ANASTASIA. op. cit. p.138.

<sup>169</sup> OLIVEIRA, Mônica. op.cit.

<sup>170</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op. cit. p.203.

<sup>171</sup> Livro de Atas nº 01. p.12.

<sup>172</sup> Livro de Atas nº 01.p.17 (verso). De acordo com uma nota registrada na assembléia de 04 de abril de 1937.

<sup>173</sup> Livro de Atas nº 01.p.18.

registradas em ata, pois entre 29 de agosto de 1935 e 20 de março de 1937 não há nada transcrito. Com as assembléias gerais suspensas em 1937, a diretoria se reuniu apenas para eleger uma nova direção, empossada em 04 de abril deste mesmo ano.

Para o ano de 1937 existem registros de que ocorreram reuniões, mas não há transcrição das mesmas. O Prof. José Xavier de Albuquerque afirmou em entrevista que muitas assembléias eram realizadas sem que fossem registradas nos livros de atas. Contudo, Xavier sindicalizou-se na década de 1950, o que, em certa medida, desautoriza a afirmação de que esta prática existiu nos anos anteriores.<sup>174</sup> Mas o registro de que houve reuniões em 1937, ainda que não tenham sido transcritas, contribui para a crença de que este era um procedimento habitual.

No caso de Juiz de Fora, ainda que o sindicalismo corporativo tenha estimulado a organização do professorado, não foi capaz de estimular a ação do movimento docente. O peso do tradicionalismo, além de afastar o sindicato das manifestações políticas da época, impedia a atuação combativa da categoria e o desenvolvimento de uma postura classista. Outra variável, que dificultava o enraizamento da dimensão de classe, foi o setor educacional.

Como a educação ainda não consistia em um ramo promissor e rentável para investimentos capitalistas, devido à preponderância das escolas confessionais, as regras que ordenavam o relacionamento entre professores e patrões não eram as mesmas que regulavam a relação entre patrão e operariado fabril. É exatamente isto que torna a dimensão capital-trabalho muito simplista para caracterizar, adequadamente, a atuação do movimento docente e sua relação com os donos de escolas, neste contexto específico.

Se a educação não se pautava por critérios puramente capitalistas, a relação entre professores e diretores também estava longe destes critérios. Esta relação se fundamentou, na década de 1930 e nos anos iniciais da década de 1940, no *status* adquirido pela categoria diante dos proprietários de colégios. A valorização da qualificação profissional do professor, de sua expertise, ainda não estava ameaçada pelo desenvolvimento das relações capitalistas de trabalho. Quando os donos de escolas desconsideravam a expertise do professor desrespeitavam as condições de “igualdade de estima” estabelecidas pelo predomínio da dimensão estamental, que tornava unívoco o grupo composto por professores e diretores.

É possível perceber que quando a dimensão classista ameaçava se desenvolver, o que não irá ocorrer na década de 1930, o conservadorismo insurgia com força, impedindo a cristalização

---

<sup>174</sup> Entrevista Xavier. op.cit.

de um comportamento combativo. Por isso, a atuação sindical dos professores se pautava primordialmente pelo legalismo, sem romper as barreiras do enquadramento jurídico imposto pelo sindicalismo corporativo.<sup>175</sup>

A partir de meados dos anos 1940 os docentes passarão a vivenciar um dilema: manter o bom entendimento com os diretores de colégios ou assumir uma postura mais aguerrida, que poderia trazer resultados do ponto de vista salarial, mas também fragilizar a estima entre professores e diretores. Para que as ações do movimento não fossem repudiadas, ou consideradas radicais pelos donos de colégios, existiam os recursos oferecidos pela legislação trabalhista, principalmente por meio da Justiça do Trabalho, que iam de encontro aos anseios legalistas da associação.

Os limites legais eram tidos pelo sindicato de professores de Juiz de Fora como uma *démarche* para sua atuação, evitando-se o “regateio” direto com o patronato, o que, de acordo com Weber, é abominável em uma situação na qual “predominam as honrarias peculiares ao estamento”. Nesta medida, acionar a legislação trabalhista consistia no meio mais eficaz de fazer com que alguns proprietários de escolas, que se recusavam a reconhecer o *status* profissional do professorado, remunerassem seus docentes à altura de sua qualificação. Mesmo assim, somente em 1937, três anos após sua fundação, o sindicato moveu sua primeira ação trabalhista contra uma escola confessional de Juiz de Fora, que demitiu sem justa causa um professor contratado há dezesseis anos.

Entretanto, mais importante do que a relevância dada ao arcabouço jurídico do modelo sindical corporativo será a transformação que este comportamento legalista irá sofrer a partir de conjunturas específicas, como a de 1935, que implicará no fortalecimento do conservadorismo e posterior surgimento de um sentimento anticomunista no sindicato. Esta mudança pode ser observada através da postura dos professores diante dos acontecimentos políticos pós-35, quando a categoria passa a ver com desconfiança qualquer iniciativa de reformas econômicas ou sociais, temendo a ruptura da harmonia preestabelecida e o surgimento da desordem.

---

<sup>175</sup> O pensamento conservador, externado em várias assembléias, apresenta traços que remetem à ideologia integralista, mas não há nenhuma transcrição, ou qualquer outro documento produzido na associação, que possa ligar o sindicato às fileiras integralistas. Sobre o Integralismo ver: TRINDADE, Héglio. *Integralismo, o fascismo na década de 30*. São Paulo/Difel, 1974. MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida (Orgs). *O Brasil Republicano. Vol. II. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

### 2.3 - Do legalismo dos bacharéis ao legalismo conservador: a postura antimudanças e o sentimento anticomunista

O sindicato de professores de Juiz de Fora possui, em sua gênese, um forte apelo legalista, dado o grande número de advogados que compunham seu quadro de filiados, principalmente, nos primeiros 20 anos de sua existência. O pensamento “bacharelesco” ultrapassava os aspectos meramente jurídicos do Direito, conformando atitudes, posicionamentos e sentimentos da categoria: diante dos padrões, da sociedade e da situação política nacional.

A atuação legalista da associação fazia com que ela estivesse, quase sempre, alinhada às determinações do Estado com relação ao procedimento colaboracionista e harmônico que deveriam apresentar as entidades de trabalhadores do país. Respeitando os limites da lei e seguindo as orientações estatais, o movimento docente de Juiz de Fora era extremamente arraigado ao tradicionalismo, diferente de movimentos similares em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo.

Cabe ressaltar que Juiz de Fora, na época, apresentava grande desenvolvimento econômico e cultural, além de um elevado número de associações de trabalhadores, organizadas e militantes, incluindo aquelas de orientação comunista.<sup>176</sup> Contudo, alguns setores da sociedade eram bastante conservadores, apesar do crescimento econômico e cultural do município, conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho. Boa parte da chamada “elite letrada” da cidade, profissionais liberais que atuavam em diversas áreas - jornalismo, política, literatura, medicina, direito - compunham as alas sociais mais tradicionalistas.

O movimento de professores do Rio de Janeiro, a partir da liderança de Bayard Boiteux, entre outros, assumiu um posicionamento de enfrentamento e luta contra as arbitrariedades do patronato, seguindo a ideologia comunista. A cidade, além de seu espaço físico, ainda era a capital da república e, portanto, ali havia muitos estabelecimentos particulares de ensino, laicos e confessionais e havia, também, um considerável contingente de professores dispostos a reivindicar direitos salariais e melhores condições de trabalho.<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> Ver RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos anos 60*. Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

<sup>177</sup> Ver COELHO, Ricardo B. Marques. op.cit.



Juiz de Fora, de modo diverso, possuía, ainda, poucas escolas particulares, a maior parte delas confessionais. O movimento docente da cidade tem início através do recrutamento dos profissionais liberais, em sua maioria conservadores, que irão exercer o magistério como uma de suas muitas atribuições. Enquanto lecionavam e atendiam em seus escritórios, ainda dirigiam as faculdades de ensino superior da cidade, contribuindo para as dificuldades de mobilização e manutenção das atividades sindicais. Professores e diretores estavam reunidos numa mesma associação, fundamentada pela “igualdade de estima” entre ambos que, naquele momento específico, representavam uma só categoria. Junto a estas considerações, é fundamental acrescentar que o predomínio de advogados entre os filiados tornava a associação ainda mais tradicionalista, conservadora, legalista, reforçando o temor a qualquer tipo de contenda, mesmo que no âmbito jurídico. O que explica o posicionamento da categoria após a “Intentona Comunista” de 1935.

O Levante Comunista de 1935 desencadeou uma forte repressão sobre o movimento dos trabalhadores e levou o Estado a mobilizar a classe operária para o interior dos sindicatos, transformando o Ministério do Trabalho em única fonte de reivindicação dos trabalhadores. Os sindicatos se tornam, então, instrumentos de mediação entre o trabalhador individual e o Estado, buscando o cumprimento da legislação por parte da empresa.<sup>178</sup>

Ao Estado foi delegada a responsabilidade de ativar seus mecanismos para fiscalizar o cumprimento das normas. Os sindicatos eram os principais responsáveis por fazer valer os Decretos do Governo. Seguiam-se então as convenções coletivas de trabalho, legislações particulares estabelecidas para determinadas profissões, regime de salários, horários, etc. Os órgãos de arbitragem vinham por último e detinham grande importância, sendo compostos pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, que tratavam dos dissídios individuais, e pelas Comissões Mistas de Conciliação, responsáveis pela solução pacífica dos conflitos coletivos. Estes órgãos eram constituídos por comissões paritárias de empregados e empregadores, indicados por suas respectivas associações.

Somente em 1937 o sindicato de professores de Juiz de Fora moveu sua primeira ação trabalhista, contra a escola confessional Academia de Comércio, que demitiu sem justa causa um professor contratado há 16 anos. Apesar dos poucos registros sobre as atividades do sindicato, entre 1935 e 1937, como já foi demonstrado, este processo ilustra o desempenho da legislação,

---

<sup>178</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op.cit. p.221-222.

naquele período, para uma categoria profissional que ainda não possuía leis específicas que regulassem suas atividades.

De acordo com o relatório de 1937, o professor Arthur Maranhas, que lecionava na Academia de Comércio há dezesseis anos, havia sido dispensado sem justa causa:

O Sindicato de Professores dos Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora tem funcionado regularmente desde de 17 de setembro de 1934 (data de sua fundação), a abril de 1937, em sessões mensais. Durante o “Estado de Guerra” as assembléias ordinárias gerais se reduziram a reuniões da Diretoria. Durante este período foi levado a efeito um processo contra a Academia de Comércio de Juiz de Fora por haver este estabelecimento de ensino dispensado, em desrespeito às leis do trabalho, um professor que ali lecionara há 16 anos.<sup>179</sup>

A demissão do Prof. Arthur Henriques Maranhas, além de abalar o relacionamento amistoso com os empregadores era ilegal e, dentro da proposta de atuação da entidade, tal atitude de desrespeito não poderia ser resolvida de outra forma senão através dos órgãos governamentais destinados à mediação deste tipo de conflito. Na reunião de 3 de outubro de 1937 foi informada, aos 16 associados presentes, a sentença da Junta de Conciliação e Julgamento, em relação ao processo movido pelo sindicato em favor do Prof. Maranhas. A sentença dizia que o referido estabelecimento de ensino deveria indenizar o professor dispensado com 8:131\$200 (oito contos cento e trinta e um mil e duzentos reis). Em virtude da Academia de Comércio ter se recusado a fazê-lo, a entidade tomou as devidas providências, confiando o caso a um advogado de Belo Horizonte.<sup>180</sup>

Os professores tinham dúvidas a respeito de quanto tempo deveriam esperar pelas decisões das Juntas de Conciliação, ou dos Juizes dos Feitos da Fazenda, no julgamento de processos trabalhistas. A situação do professor Maranhas, que em 1938 ainda não havia recebido seus direitos, já se tornara insustentável. Alguns diretores de escolas particulares aproveitavam-se da dependência empregatícia dos professores para desconsiderar os procedimentos legais no trato com a categoria. Aliado a este comportamento, os professores ligados ao sindicato temiam que os diretores pudessem pensar que a associação estava desenvolvendo atividades comunistas, o que levou Benjamin Colucci e José Correa Barbosa a organizarem comissões com o intuito de informar aos diretores que “não eram elementos subversivos e queriam apenas defender seus direitos”.<sup>181</sup>

<sup>179</sup> Livro de Atas nº 01. p.18.

<sup>180</sup> Livro de Atas nº 01. p.18 (verso).

<sup>181</sup> Livro de Atas nº 01. p.19.

Após a Intentona Comunista, o trabalho dos membros da CNRC – Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, somado às investigações dos órgãos policiais, permitiu ao Estado colocar em prática uma faceta da repressão que causou muito prejuízo aos cidadãos acusados de ligação com o Partido Comunista: a demissão. De acordo com Motta, milhares de cidadãos foram demitidos, principalmente servidores públicos civis e militares, que se viram exonerados sumariamente de seus cargos.

Em meio à “operação limpeza” promovida, o expurgo de um grupo gerou especial celeuma: o magistério. Os setores anticomunistas guardavam particular rancor em relação aos professores esquerdistas, considerando-os perigosos propagadores das idéias revolucionárias. Temia-se o contato dos “mestres comunistas” com os jovens estudantes, que poderiam ser levados a abraçarem as “doutrinas exóticas” por influência de tais professores. Segundo o autor “neste caso, como em tantos outros, o adjetivo comunista foi utilizado de modo impreciso, abrangendo intelectuais que não tinham qualquer relação com o PCB”.<sup>182</sup>

Se a aplicação da legislação trabalhista, para o enorme contingente de operários manuais, ainda sofria grandes dificuldades de aceitação por parte do patronato, para a categoria dos professores a situação não era muito diferente; agravada pelo medo, que partia do próprio professorado sindicalizado, de ser acusado de estar ligado a atividades comunistas. É preciso considerar, entretanto, que conforme observado no julgamento favorável ao Prof. Maranhães, a legislação impunha “certas restrições, ainda que pequenas” à liberdade de ação dos patrões, proporcionando ao trabalhador “o direito de apresentar reclamações e ter esperança de merecer uma justa consideração”.<sup>183</sup>

Com a regulamentação da Justiça do Trabalho, em maio de 1939, através do Decreto nº 1237, as “condições livres do mercado” se submeteram ao primado jurídico, conforme afirma Luiz Werneck Vianna:

(...) A fixação do salário não resultaria do poder de império do Estado e nem das “condições livres do mercado”. Convertia-se a disputa mercantil entre o capital e a força de trabalho num fato jurídico, tratado segundo os cânones do direito. Em casos de dissídios coletivos, os Conselhos Regionais – órgãos imediatamente superiores às Juntas de Conciliação e Julgamento – decidiriam, findo o período de conciliação, por cima da vontade unilateral dos contendores a “fórmula justa” aplicável, por meio de uma sentença normativa.<sup>184</sup>

<sup>182</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit. p.209.

<sup>183</sup> FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Editora Fundação Perseu Abramo/São Paulo: 2001. p.62.

<sup>184</sup> VIANNA, Luiz Werneck. op. cit. p.226.

A disputa entre capital e fator trabalho não seria mais arbitrada pelo Estado, que recuava da posição de único agente interventor nos conflitos entre patrões e empregados para assumir a neutralidade e a impessoalidade das regras do direito.<sup>185</sup> John French, ao tratar da Justiça do Trabalho no Brasil, aponta a situação difícil daqueles trabalhadores que, de boa fé, levavam suas reclamações aos tribunais do trabalho. A ineficiência administrativa, os tribunais superlotados e a tendência freqüente para a “conciliação” faziam com que se produzisse a chamada “justiça com desconto”. Mesmo que o processo fosse vitorioso no âmbito legal, o trabalhador brasileiro era forçado a um acordo com seus patrões, no qual obtinha um valor muito menor do que aquele estipulado pela lei.<sup>186</sup>

Caso não aceitasse o acordo, o trabalhador teria que enfrentar os atrasos intermináveis decorrentes dos apelos das empresas que, algumas vezes, chegavam a perdurar por até 12 anos. Neste tempo, em que o trabalhador ficava em compasso de espera, o dinheiro que ele havia ganhado “desaparecia” pois, até o final dos anos 60, o valor não era corrigido monetariamente.<sup>187</sup> O Prof. Maranhães conseguiu receber o que lhe devia a Academia de Comércio somente em fevereiro de 1940 (cerca de três anos depois). Na reunião do dia 12 daquele mês o presidente:

(...) comunicou aos associados presentes a boa nova: o término da pendência que o sindicato teve com a Academia de Comércio de Juiz de Fora, visto ter já, nesta data, o professor Arthur Henriques Maranhães recebido o que lhe era devido pelo Estabelecimento de Ensino em questão.<sup>188</sup>

Não se pode esquecer que a institucionalização da CLT, em 1943, fortaleceu o arcabouço jurídico do trabalhador para reivindicar seus direitos. Foi a partir daí que se tornou imperativa, entre o professorado, a necessidade da criação de uma assistência legal permanente para o sindicato de Juiz de Fora. A intenção inicial foi formar uma comissão de estudos para “assistência jurídica da corporação”, porém, o Prof. Gonzo afirmou ser a mesma dispensável já que todo sindicato tinha, obrigatoriamente, o seu assistente jurídico. A presença de um grande número de advogados entre os associados levou à conclusão, na assembléia de novembro de 1943, de que “seria razoável dividir entre alguns este trabalho”.<sup>189</sup>

<sup>185</sup> LENHARO, Alcir. op. cit. p.27.

<sup>186</sup> FRENCH, John D. op. cit.

<sup>187</sup> Idem. p.19.

<sup>188</sup> Livro de Atas nº 01. p.33.

<sup>189</sup> Livro de Atas nº 01. p.45.

A respeito das leis trabalhistas, como também da própria CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, muitos cientistas sociais e historiadores têm debatido sua “onipresença como referência legal e cultural no Brasil”. Em 1988, Maria Célia Paoli destacava que a CLT formou “a base da luta de classes”, pois reconhecia, ainda que de forma ambígua, os anseios por “justiça e imparcialidade nas condições de trabalho”. José Sérgio Leite Lopes também reafirmou o significativo papel das disposições legais, criadas para proteger os direitos do trabalho “na formação política e cultural da classe trabalhadora brasileira”.<sup>190</sup>

A idéia de que o trabalho deveria ser regulado por parâmetros definidos trouxe aos trabalhadores urbanos o respaldo de uma legislação que, “embora falha”, era confiável,<sup>191</sup> já que, minimamente, obrigava os patrões a reconhecer seus direitos. Para o movimento sindical de professores, a legislação trabalhista foi importante porque possibilitou o enquadramento de alguns diretores que ignoravam a condição de igualdade entre a categoria e os donos de estabelecimentos particulares. Estava implícito, entre patrões e empregados, o reconhecimento do “real” valor do trabalho do professorado, um valor fora das tabelas do mercado, não cabendo discussão quanto à sua importância social. Para aqueles diretores que optavam por desrespeitar este “acordo simbólico” eram acionados os recursos oferecidos pela legislação.

O legalismo, oriundo do estatuto jurídico do sindicalismo corporativo, combinou perfeitamente com o legalismo “bacharelesco” preexistente na associação. Conforme afirmamos acima, entre os professores filiados existia um bom número de advogados, com destaque para o Prof. Benjamin Colucci, que fundou a Faculdade de Direito da cidade. A ata de comemoração do vigésimo aniversário do sindicato, em 1954, transcreve partes do discurso do Prof. Dr. Benjamin Colucci. Através de sua leitura percebe-se a importância do legalismo no processo de organização dos professores:

(...) Expôs início como Sociedade de Professores e demonstrou quanto deve o Sindicato e a classe ao Prof. Dr. Benjamin Colucci, velho educador que esteve presente no início de tudo, com os outros professores fundadores tendo sido o autor da personalidade jurídica da Associação dos Professores.(...) Dr. Colucci com a palavra, historiou sua vocação, algumas de suas iniciativas como a Faculdade de Direito e falou sobre o poder do Sindicato e falou da necessidade de trabalhadores manuais e intelectuais se darem as mãos. Teceu elevadas considerações sobre o valor espiritual do trabalho. Exaltou a obra dos professores primários. Agradeceu a homenagem e reafirmou sua crença e

<sup>190</sup> Ver PAOLI, Maria Célia. *Labor, Law and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese de doutorado em História, Birkbeck College, University of London, 1988. LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/Editora da Universidade de Brasília, 1988.

<sup>191</sup> FRENCH, John D. op. cit. p.57-58.

convicção na necessidade de sindicalização afim de que as questões do ensino sejam resolvidas dentro dos moldes jurídicos e cristãos.<sup>192</sup>

Benjamin Colucci, então professor do colégio Granbery, advogado e “velho educador”, foi um dos principais fundadores do sindicato dos professores de Juiz de Fora e respondeu pela personalidade jurídica da associação. Era presença ativa nas assembléias oferecendo, por diversas vezes, a sede da Faculdade de Direito para as reuniões do sindicato. Como advogado incutiu, entre os associados, a noção de que a atuação sindical deveria ser pautada pela legalidade, respeitando-se os princípios da conduta cristã.

No decorrer do processo de consolidação do movimento docente, esta forma inicial de legalismo foi adquirindo nova roupagem, assumindo um viés conservador, que fugia dos aspectos meramente jurídicos. A interiorização deste conservadorismo pode ser percebida pela aversão a mudanças, como também pela postura anticomunista que a associação irá desenvolver gradativamente. A respeito do anticomunismo, Motta ressalta a diversidade de projetos que conformam este sentimento, indo desde o fascismo e o socialismo democrático, ao catolicismo e liberalismo. Para o autor, o “sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança”.<sup>193</sup>

Entender a intensidade deste sentimento significa compreender que o conflito entre comunismo e anticomunismo ocupou, centralmente, todo o século XX. Seus desdobramentos atingiram a dinâmica cultural e política da sociedade contemporânea, influenciando nas relações internacionais. A Guerra Fria evidenciou o comunismo como uma “força planetária”, produzindo a intensificação do anticomunismo, representada pela luta ideológica entre duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética.<sup>194</sup>

A influência desta conjuntura internacional, em nosso país, pode ser sentida no decorrer da década de 1920, através do crescimento do PCB – Partido Comunista Brasileiro, da ascensão popular de Luís Carlos Prestes e da formação da Aliança Nacional Libertadora – ANL. Mas foi a partir da Intentona Comunista, em novembro de 1935, que o anticomunismo consolidou-se no Brasil. A rebelião exerceu um impacto enorme sobre a opinião conservadora, pois consistiu numa tentativa armada de tomada do poder pelos comunistas que, bem sucedida, poderia instituir profundas mudanças sociais e políticas. A divulgação, pela imprensa, da presença de um grupo de

<sup>192</sup> Livro de Atas nº 01. p.80.

<sup>193</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit. p.19-20.

<sup>194</sup> Idem. p.21.

estrangeiros ligados à Internacional Comunista na frustrada revolução, reforçou a idéia clássica de que a ação comunista se pautava em práticas conspiratórias e no envolvimento de agentes internacionais, guiados por Moscou.<sup>195</sup>

O sentimento anticomunista já existia no movimento docente, desde os acontecimentos de 1935. Em 1937 os professores fizeram questão de afirmar que não eram elementos subversivos e queriam apenas defender seus direitos:

Em virtude da sugestão do Sr. Carlos Del-Lhano sobre um trabalho mais amplo para divulgação de nossas atividades o Sr. João Correa Barbosa e Dr. Benjamin Colucci apresentaram a idéia de se nomear uma comissão que colabore com a organização do ensino e se encarregue de organizar duas ou três reuniões anuais, fecundas, nas quais falem os nossos oradores ou os de fora e então fazer sentir aos Diretores de Colégios que não somos elementos subversivos.<sup>196</sup>

Este sentimento irá se fortalecer na década de 1950, a partir da correlação entre a conjuntura política nacional e internacional. A aversão da categoria ao conflito, associando combatividade à agressividade, trará dificuldades para o desenvolvimento de sentimentos de classe entre o professorado. A defesa de direitos deveria ocorrer de acordo com o formato legal, preservando a harmonia entre patrões e empregados.

Contudo, nos anos 40 e 50, o movimento precisará adotar uma postura mais combativa devido às constantes quedas salariais decorrentes das conjunturas inflacionárias, ação que será auxiliada pelas mudanças na composição sindical docente. Estas variáveis levarão a uma renovação importante, capaz de impulsionar a dimensão classista, que por um breve período irá ameaçar a já consolidada “igualdade de estima” entre professores e diretores de colégios.

---

<sup>195</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit. p.22.

<sup>196</sup> Livro de Atas nº 01. p.19. Reunião de 14 de novembro de 1937.

## CAPÍTULO 3 - O MOVIMENTO DE PROFESSORES NOS ANOS 40 e 50

Então ali a gente se reunia e proporcionava aos nossos colegas uma assistência. Nós éramos verdadeiros propugnadores de uma vida melhor. Nós queremos uma vida melhor, mais sadia, mais confortável, não rico. Professor não fica rico. Volto a repetir que professor não fica rico, dando aula não fica.<sup>197</sup>

O processo de dinamização das atividades da associação inicia-se em meados da década de 1940, através do contato com o sindicato de professores do Rio de Janeiro. De 1944 em diante há uma disposição para se ampliar o número de filiados e reorganizar as atividades da associação, que havia passado os últimos anos distante de problemas relativos ao salário.

A questão salarial irá surgir, então, como uma preocupação constante, refletindo as mudanças que estavam ocorrendo no campo político e econômico brasileiro, como também na atuação do movimento sindical no país. Após um longo período de autoritarismo, os movimentos se reorganizam e voltam a se manifestar contra as arbitrariedades do Governo. Em 1945, pouco antes de deixar a presidência, Vargas concede anistia aos presos políticos e devolve a legalidade aos partidos.

Neste ano, são criados os três principais partidos existentes até 1964. A UDN – União Democrática Nacional, antiga oposição liberal, que se reúne em torno da candidatura de Eduardo Gomes; o PSD – Partido Social Democrático, fundado a partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores estaduais, que surge apoiando a candidatura de Gal. Eurico Dutra; e finalmente, funda-se o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, sob a inspiração de Getúlio e do Ministério do Trabalho, com o objetivo de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.

Com a vitória de Dutra o breve intervalo democrático se encerra e diversas associações de trabalhadores sofrem intervenção. Os professores de Juiz de Fora, como acontecia em períodos de autoritarismo, passaram por uma fase de imobilismo, que interrompeu o posicionamento mais atuante que a categoria começava a demonstrar. Entretanto, apesar das dificuldades de ação, o

---

<sup>197</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Fornazier Cavalieri. op. cit.



decréscimo nos salários fará com que os últimos anos de 1940 iniciem um período de instabilidade na relação, até então ‘pacífica’, entre professores e diretores .

Os professores chegam a década de 50 dispostos a enfrentar o patronato, demonstrando um amadurecimento decorrente de sua parceria com a associação do Rio de Janeiro e de sua vivência no movimento sindical. A conjuntura econômica inflacionária, responsável pela desvalorização dos salários, reforçará a necessidade de uma atuação mais dinâmica. A filiação de novos quadros, mais jovens e com menos propensão à valorização da dimensão estamental, também será um estímulo para o desenvolvimento gradual da combatividade entre o professorado.<sup>198</sup>

Os diretores não aceitarão com facilidade a mudança na atuação do movimento e a reação dos patrões se dará através de uma série de acordos salariais descumpridos, o que resultará em um afastamento entre professores e patronato. Afastamento advindo da percepção de que docentes e diretores possuíam interesses opostos e, deste modo, não podiam compor um mesmo grupo. Este distanciamento, que ocorrerá durante a década de 1950, especificamente, irá colaborar para o aparecimento de sentimentos de classe no movimento, mas que ainda assim não serão suficientes para romper a força da tradição e da estima, já enraizadas entre a categoria.

### 3.1 - Os anos iniciais da década de 1940: em sintonia com a ideologia estado-novista

Ainda em 1941, o sindicato dos professores de Juiz de Fora realizou diversas modificações estatutárias com o objetivo de adaptar o cotidiano sindical às exigências da legislação. Em 5 de fevereiro daquele ano foi requerida a alteração da base territorial da associação, que encamparia os municípios de São João Nepomuceno, Leopoldina, Rio Pomba, Ubá, Santos Dumont e Visconde de Rio Branco.<sup>199</sup>

A denominação do sindicato também foi alterada para Sindicato dos Professores de Ensino Secundário e Primário de Juiz de Fora. O número de associados para se requerer uma assembléia geral extraordinária passou para um quinto, de acordo com sugestão do Dr. Benjamin

<sup>198</sup> Livro de Atas nº 01. p.61.

<sup>199</sup> Livro de Atas nº 01. p.37.

Colucci; já o número de membros da diretoria foi acrescido da figura do Vice-Presidente, pois a substituição do Presidente vinha sendo desempenhada pelo secretário. Junto ao Tesoureiro instituiu-se um responsável para receber, nos colégios, o imposto sindical que havia sido estabelecido pelo Decreto 2.377, de 1940.

O Decreto-lei de nº 2.377, de 8 de julho de 1940, criando o chamado imposto sindical, coincidiu com uma grande campanha em favor de uma sindicalização massiva, desencadeada pelo Presidente da República em pessoa, com o objetivo de devolver aos sindicatos as funções de mobilização. Pelo decreto, todo empregado, sindicalizado ou não, pagaria compulsoriamente um imposto anual ao seu sindicato no valor de um dia de trabalho.<sup>200</sup>

A utilização dos recursos dirigidos para as associações, era regulamentada e fiscalizada pela Comissão do Imposto Sindical, criada pelo Decreto de nº 4.298, de 14 de maio de 1942. A comissão previa a aplicação do imposto em diversas atividades, incluindo assistência judiciária, médica, instalação de bibliotecas e despesas com os encargos criados pela lei. O imposto sindical permitiu que a associação de Juiz de Fora alugasse uma sala própria para suas reuniões, que até então ocorriam nas sedes de outros sindicatos.

O Prof. Camillo Severino de Oliveira declarou que havia decidido “alugar a sala onde nos reuniremos de agora em diante um tanto arbitrariamente, em virtude da urgência do assunto”, e que o imposto sindical “a ser cobrado agora, servirá para atender às primeiras necessidades”. Também foi proposta a criação de uma biblioteca do sindicato; o Prof. José de Freitas e Silva ficou encarregado de conferir as ofertas na Cia. Editora Nacional. O Prof. Sadi Monteiro Boëchat opinou que se fizessem ofícios ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e ao Instituto Nacional do Livro, pedindo a estas instituições “a gentileza de uma contribuição”.<sup>201</sup>

A obrigação dos diretores de estabelecimentos particulares de descontar o imposto sindical de seus professores em folha de pagamento, procedimento estabelecido pela legislação desde 1940, não estava sendo cumprida. Na reunião de 21 de abril de 1942 o Prof. Armando Carneiro cogitou a “possibilidade” de que isto passasse a ser feito pelos colégios.<sup>202</sup> A institucionalização do Imposto Sindical nunca seria inteiramente respeitada pelos diretores, fazendo com que a associação de professores da cidade se utilizasse, por exemplo, de “listas de

<sup>200</sup> Segundo Vianna, o “imposto”, a rigor, não passava de uma contribuição paga com dinheiro dos assalariados aos sindicatos que teoricamente os representavam, e que a lei declarava obrigatória. Descontado da folha de pagamento dos empregados, seria depositado pelo empregador numa agência do Banco do Brasil, que se encarregaria da sua distribuição para as respectivas entidades sindicais. VIANNA, Luiz Werneck. op. cit. p.232.

<sup>201</sup> Livro de Atas nº 01. p.37.

<sup>202</sup> Livro de Atas nº 01. p.38.

ouro”, além de outros esforços, como “angariar mais sócios para fortalecer as lembradas listas da Campanha da Boa Vontade, para a reorganização do Sindicato de Professores do Ensino Secundário e Primário”.<sup>203</sup>

Em meio à preocupação com a manutenção financeira da entidade, em abril de 1942 foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, escrita e apresentada ao Governo pelo então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Esta reforma preservava a divisão do ensino secundário em dois ciclos, porém, alterava a configuração da estrutura anterior. O primeiro ciclo compreenderia um só curso, o ginásial; e o segundo compreenderia dois cursos paralelos, o clássico e o científico.<sup>204</sup>

Helena Bomeny destaca que a reforma do ensino secundário foi um dos pontos de honra do Ministério da Educação e Saúde, comandado durante 11 anos por Gustavo Capanema. Naquele momento, opiniões divergentes se confrontavam a respeito do que e como ensinar à juventude em uma fase crucial para sua formação profissional e cidadã. “Educação humanista *versus* educação técnica; ensino generalizante e clássico *versus* ensino profissionalizante permaneciam como desafios à reforma do ensino secundário”.<sup>205</sup>

O decreto que instituiu a reforma do ensino secundário traduziu fielmente o espírito que ordenou a montagem e consolidação do Estado Novo: a preocupação com a formação do caráter e da mentalidade da adolescência, reunindo as intenções do Estado e da política educacional para a criação de um “homem novo”. A distribuição das disciplinas pelos diversos anos de curso priorizava o ensino de línguas, história, geografia e humanidades. Educação física, musical, pré-militar e familiar constituíam o conjunto das práticas educativas regulares no curso ginásial, com duração de quatro anos, e também no curso clássico e científico, com duração de três anos.<sup>206</sup>

Em Juiz de Fora, o movimento sindical de professores chega até 1942 em total sintonia com o projeto de criação deste “homem novo” proposto pelo Governo. Em 20 de setembro de 1942, em uma assembléia geral que contou com a presença de um capitão do exército, inaugurou-se no sindicato “o retrato do Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Getúlio Vargas”. A segunda finalidade da reunião era prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 4.637, de 31 de agosto de 1942 que tratava da Lei de Mobilização para o Esforço de Guerra,

<sup>203</sup> Livro de Atas nº 01. p.38. (verso).

<sup>204</sup> SOARES. op.cit. p.15-16.

<sup>205</sup> BOMENY, Helena M. B. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999. Cap.8. p.138.

<sup>206</sup> BOMENY, Helena M. B. op.cit. p.163.

utilizada por Vargas para acelerar a intervenção do governo na economia brasileira.<sup>207</sup> A entrada formal do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi a oportunidade do Governo para um esforço de mobilização econômica em grande escala, capaz de impulsionar sua política de industrialização.

As horas extras e o trabalho noturno das mulheres passaram a ser vistos com maior flexibilidade, objetivando o atendimento das necessidades “nacionais” de exportação, principalmente no ramo têxtil. O direito de férias foi sustado nas indústrias consideradas militarmente essenciais, entre as quais as têxteis; os trabalhadores das chamadas “indústrias de guerra” não podiam se demitir ou se empregar em outras indústrias, nem faltar ao trabalho. Se fossem brasileiros seriam tomados como desertores, se fossem estrangeiros seriam sabotadores.<sup>208</sup>

Distantes da exploração que acontecia nas fábricas, o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora organizou, com urgência, uma comissão com o objetivo de orientar os trabalhos para o esforço de guerra. Denominada de “Comissão Orientadora”, o grupo tinha a obrigação de se reunir duas vezes por semana, decidindo o que os professores fariam para colaborar com a nação naquele momento:

(...) Usando a palavra o Sr. Presidente acrescentou que a Comissão Orientadora ainda resolve que os professores deverão:

- a) Organizar suas palestras para 15 minutos de leitura.
- b) Trazer ao conhecimento do Sindicato todo fato ou informação que possa servir de base a providências úteis à Pátria ou à coletividade.
- c) Apontar obras e fontes de conhecimento para divulgação da defesa passiva antiaérea.(...)

No intuito de melhor servir aos objetivos do trabalho a executar o Dr. Gilson de Mendonça Henriques submeteu a julgamento um trabalho seu, que será lido aos operários, em época determinada pela Comissão Orientadora”. Os aplausos que recebeu foram a expressão exata da aprovação.(...)<sup>209</sup>

Cumprir à risca o que determinava o Decreto 4.637, para o Esforço de Guerra, significava inculcar valores cívicos ao operariado, proferindo palestras que despertasse seu patriotismo. À sociedade e ao país ofereciam o que tinham de melhor: sua capacidade para formar a juventude dentro dos princípios da ordem e da moralidade, “procurando alertar nossos espíritos para o cumprimento de nossos deveres cívicos”.<sup>210</sup>

A fala do Estado sobre colaboração e harmonia entre as classes foi, naqueles anos, o lema do Sindicato de Professores de Juiz de Fora. Diferente de um sindicato de trabalhadores da

<sup>207</sup> Livro de Atas nº 01. p.40.

<sup>208</sup> LENHARO, Alcir. op.cit. p.28-29.

<sup>209</sup> Livro de Atas nº 01. p.41.

<sup>210</sup> Livro de Atas nº 01. p.41(verso).

“indústria de guerra”, o sindicato de professores era formado por profissionais que poderiam servir ao Estado enaltecendo a educação como um instrumento eficaz de controle. Os educadores eram fundamentais para que o projeto estado-novista se concretizasse com sucesso, através da realização de atividades, como palestras, por exemplo, direcionadas para o desenvolvimento do civismo entre os trabalhadores manuais.

O sindicato mantinha relações amigáveis com o Comandante da 4ª Região Militar de Juiz de Fora, na época o General Pedro Cavalcanti, que foi agraciado, em 10 de novembro de 1942, com o título de “Presidente Honorário do Sindicato de Professores do Ensino Secundário e Primário de Juiz de Fora”, com aprovação geral. Neste dia, também se proferiu uma “brilhante conferência sobre o Estado Novo”, ministrada pelo Prof. Jurandi José Monteiro e, cerca de uma semana depois, o Prof. Emílio Giacomini apresentou outra “brilhante conferência sobre A Bandeira do Brasil”.<sup>211</sup>

A associação entre educação e segurança nacional surgiu sempre, pelo menos no Brasil, em momentos de política autoritária. A necessidade da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação; por isso o Exército, detentor do “monopólio da segurança nacional”, interveio de forma incisiva nas questões relativas à educação. De acordo com Helena Bomeny, a ligação do projeto de segurança nacional à participação ativa do Exército no sistema educacional conforma a idéia de que, no Estado Novo, a educação deveria inserir-se em um projeto de “mobilização controlada”.<sup>212</sup>

Isto significava que “muitos obstáculos precisavam ser vencidos no setor pedagógico do Brasil” para que o objetivo da política de segurança nacional pudesse vingar, como afirmava o Ministro da Guerra Gal. Eurico Dutra. Os obstáculos, de que falava Dutra, seriam a possível resistência de professores, educadores e publicistas contra o “espírito militar”, o que não ocorria com o professorado de Juiz de Fora.<sup>213</sup>

A atuação do movimento, de 1934 até os anos iniciais da década de 1940, revela porque sentimentos de classe tiveram tanta dificuldade para se desenvolver entre o professorado. A categoria se recusava a abrir mão de sua condição especial no mercado de trabalho, seu “capital cultural”, sua “expertise”, ainda não estavam economicamente desvalorizados, como aconteceria

---

<sup>211</sup> Livro de Atas nº 01. p.42.

<sup>212</sup> BOMENY, Helena M. B.op.cit. p.141.

<sup>213</sup> Idem. p.142.

na década de 1950, na qual o mercado iria ameaçar a força da tradição, da honra, da estima mútua entre professores e diretores de escolas.

### 3.2 - Dinamização: a aproximação com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro

Em 1942 surge, pela primeira vez, em reunião, a menção ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal, com o qual a entidade de Juiz de Fora viria a manter estreitas relações. O Prof. Antônio Rezende fez questão de lembrar aos associados que o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro realizaria uma assembléia geral, no sábado próximo, “para estudar a situação dos professores que ficaram prejudicados com a presente reforma do ensino”. Rezende propôs total apoio “à sociedade irmã”, autorizando a secretária Maria do Carmo Volpe de Freitas a enviar um ofício “hipotecando a solidariedade da classe”, pois as conseqüências da reforma, para o professorado em geral, ainda não haviam sido esclarecidas de fato.<sup>214</sup>

Fundada em maio de 1931, a associação do Distrito Federal foi o primeiro sindicato de professores do Brasil, sendo seguido, alguns anos depois, por Juiz de Fora e Belo Horizonte. Em sua trajetória, a entidade carioca já havia sido perseguida como “sindicato comunista”, logo após o “Levante” de 1935, o que levou a seu esvaziamento com a presença de apenas três sócios pagantes em 1936 e na cassação de sua carta sindical, em 1937.<sup>215</sup>

Neste mesmo ano, com uma diretoria ligada ao Governo, o sindicato obteve uma nova carta. Em 1940 esta diretoria conquistou, através de um decreto governamental, antigas reivindicações da categoria como férias remuneradas e o reconhecimento de que todas as normas da legislação de proteção e assistência aos trabalhadores, bem como da previdência social, deveriam ser aplicadas aos professores. Apesar de todas estas conquistas, o sindicato carioca passou por um processo de esvaziamento que durou até 1943.

Os sindicatos de professores do Rio e o de Juiz de Fora se aproximaram realmente em 1944, exatamente quando uma Junta Governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho passou a

<sup>214</sup> Livro de Atas nº 01. p.38.

<sup>215</sup> COELHO, Ricardo B. Marques. op.cit.

dirigir a associação carioca. Ocorre que esta junta, influenciada por lideranças comunistas, conseguiu em pouco tempo dobrar o número de associados lançando boletins informativos, organizando os serviços de secretaria e tesouraria, instalando gabinete dentário e enviando um anteprojeto de lei ao Ministério da Educação e Saúde sobre a remuneração do magistério, articulando em todo o país um memorial com as aspirações dos professores de escolas particulares.<sup>216</sup>

Na comemoração dos 10 anos de fundação do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, no dia 17 de setembro de 1944, o Presidente da associação do Rio de Janeiro, Sr. Wladimir Villard Digno, foi convidado a comparecer e fez um discurso onde expressou a necessidade de união e trabalho conjunto:

(...) concitou a todos os professores a trabalharem, com todas as forças d'alma, afim de que o professor brasileiro consiga se colocar no lugar que merece. Falou das dificuldades, quase insuperáveis que surgirão contra nossa atuação, da oportunidade em se manterem ligados, amistosamente, o Sindicato de Juiz de Fora com o do Rio, propondo mesmo que se promova intercâmbio cultural por meio de conferências, palestras e visitas.<sup>217</sup>

Cerca de três meses depois o Prof. Rezende relatava aos professores da cidade, em dezembro de 1944, os resultados de sua “missão no Rio de Janeiro, como representante do Sindicato de Juiz de Fora no movimento da agremiação congênere do Rio, junto ao Chefe do Governo”. O objetivo do encontro era que fossem tomadas certas medidas “justas e necessárias ao levantamento da classe”, contidas no memorial apresentado ao Presidente Getúlio Vargas que, segundo Rezende, se mostrou solícito em atender às reivindicações dos professores.<sup>218</sup>

As conquistas iniciam-se através de um aumento na remuneração salarial conseguido junto ao Governo e que, segundo as palavras do Presidente da associação de Juiz de Fora, se deveu ao “esforço insano do sindicato do Rio, com o qual se unira o sindicato local, em trabalho coordenado e que consistia em serem atendidas diversas pretensões dos professores”, incluindo o aumento do salário, defasado para o padrão de vida da época.<sup>219</sup>

Considerando as especificidades da categoria docente de Juiz de Fora, é possível afirmar que o crescimento do mercado sobre o setor educacional levou à desvalorização da “expertise” e, conseqüentemente, à queda salarial. Até o início da década de 1940, os professores faziam parte

---

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Livro de Atas nº 01. p.49.

<sup>218</sup> Livro de Atas nº 01. p.49.

<sup>219</sup> Livro de Atas nº 01. p.54.

da elite da cidade, prevalecendo o sentimento de “igualdade de estima” entre patrões e docentes; além do exercício do magistério como um “bico” e não como única fonte de renda.

A partir de meados dos anos 1940 e durante toda a década de 1950, a diminuição do magistério como mero “bico”, a ampliação das escolas laicas, o crescimento do número de filiados e as altas da inflação, resultaram em uma queda nos rendimentos da categoria, o que causou o esmaecimento da dimensão estamental. A insatisfação pelos baixos salários recebidos, se dará devido à incompreensão, por parte do professorado, da desvalorização de sua “expertise”, fruto da expansão da lógica capitalista.

Deste modo, em 1944, paralelo a necessidade de uma “simbiose” entre professores e “donos de escolas”<sup>220</sup>, os docentes passaram a externar um descontentamento cada vez maior com sua situação, “às vezes deprimente, por não querer lançar mão do direito que lhe assiste de reclamar, junto aos inspetores, quando se julgar prejudicado”.<sup>221</sup>

O número de professores sindicalizados, ainda reduzido, impedia a troca de experiências mais ampla, ou uma renovação no quadro de filiados.<sup>222</sup> A fraca atuação do movimento deixava entrever “a falta de união e a timidez” da categoria, apontadas pela Profª. Gilda de Barros Jardim na assembléia geral de 9 de julho de 1944.<sup>223</sup> Entretanto, esta situação estava começando a se modificar. O descontentamento com os salários, a abertura política no fim do Estado Novo e a percepção de que o movimento estava “fraco”, abriu espaço para o desenvolvimento de uma postura menos condescendente com o patronato.

Durante o Estado Novo, Vargas havia censurado fortemente a opinião pública, silenciando as vozes discordantes. Mas o ano de 1945 marcou o início de uma série de protestos que conseguiram burlar a censura. Em 26 de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, pediu liberdade de expressão e exigiu um governo eleito por “sufrágio universal, direto e secreto”. No dia 22 de fevereiro, José Américo de Almeida, candidato na frustrada eleição presidencial de 1937, declarou em entrevista ao jornal O Correio da Manhã, o porque da necessidade de serem realizadas novas eleições presidenciais, dizendo que não seria adequada a candidatura de Getúlio Vargas.

<sup>220</sup> Livro de Atas nº 01. p.47.

<sup>221</sup> Livro de Atas nº 01. p.47.

<sup>222</sup> As dificuldades de sindicalização serão uma constante para o movimento de professores de Juiz de Fora durante todo o período analisado. Os registros das assembléias demonstram que a participação dos docentes era reduzida.

<sup>223</sup> Livro de Atas nº 01. p.46-47.



O DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, que ainda funcionava na época, não foi capaz de barrar a publicação da entrevista. Este relaxamento da censura estimulou novos protestos, que permitiam vislumbrar a reabertura do sistema político do Brasil. O Governo emitiu um Ato Adicional, em 28 de fevereiro, cujo conteúdo previa que dentro de 90 dias seria baixado um decreto fixando a data das eleições. A UNE, União Nacional dos Estudantes, que havia sido recentemente organizada no Rio de Janeiro foi às ruas realizando um comício. Em Recife houve manifestação semelhante, na qual a violência policial levou dois estudantes à morte. A hostilidade popular fez com que Vargas anunciasse, em 11 de março, que não seria candidato.

Apesar de breve, a conjuntura política democrática do período influenciou o movimento sindical de todo o país. O curto período, entre 1945 e 1946, assistiu a uma explosão de greves, das mais diversas categorias. Após anos de repressão, os movimentos de trabalhadores surgiam com força, os comunistas e o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), criado recentemente, não conseguiam controlar o movimento operário.

Em seguida a esta rápida escalada de mobilizações, o General Eurico Gaspar Dutra, eleito Presidente da República em 1946, iniciou sua política repressiva, encerrando rapidamente a onda grevista através do Decreto 9.070, que tornava qualquer greve ilegal. Os sindicatos sofreram intervenção, os salários foram congelados sob o pretexto de se conter a inflação. Houve o rompimento das relações do Brasil com a União Soviética; o PCB, o MUT e a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros), foram colocados na ilegalidade. O combate ao comunismo voltava, deste modo, a ser utilizado para quebrar a espinha das organizações de trabalhadores contrárias ao governo.

O Governo Dutra endureceu, exatamente, quando o movimento de professores de Juiz de Fora tendia à mobilização, acompanhando o movimento sindical nacional. Porém, devido à onda de perseguições desencadeada por Dutra, novamente as assembleias gerais do sindicato foram suspensas, repetindo a situação ocorrida em 1937. Não houve intervenção no sindicato, mas a paralisação das atividades revelou-se prejudicial para a categoria, que perdeu o trabalho de reorganização iniciado em 1944.<sup>224</sup>

De acordo com Ricardo Marques Coelho, o sindicato de professores do Rio de Janeiro assinou o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho em março de 1947, assegurando reajuste salarial, percentual por tempo de serviço e gratuidade para filhos de professores, nas escolas em

---

<sup>224</sup> Livro de Atas nº 01. p.61-62.

que estes lecionassem. Entretanto, do ponto de vista salarial os anos de 1948 a 1950 foram de derrota para os docentes cariocas, pois a intransigência patronal impediu a renovação do acordo coletivo, mantendo os salários no mesmo patamar de 1947.

A única referência que temos a respeito da situação do professorado de Juiz de Fora neste período de quase cinco anos, sem nenhum registro em ata, é um artigo publicado em 17 de maio de 1949 no jornal *Diário Mercantil*. Embora exemplifique, somente, uma ação trabalhista movida pelos professores, a matéria demonstra como a normatização jurídica das relações de trabalho criou um impulso para a reivindicação de direitos com viés individual, principalmente em categorias pouco mobilizadas.

Intitulada de “Os professores têm direito ao repouso semanal remunerado”, o texto divulgava a decisão da Junta de Conciliação e Julgamento local. De acordo com o jornal, a lei que regulava a remuneração do repouso semanal encontrou “viva oposição no seio de vários elementos das classes patronais”, o que levou ao surgimento de “opiniões contraditórias, que a Justiça do Trabalho irá, aos poucos, esclarecendo, à medida que for solicitada a dirimir os conflitos originários das várias interpretações do estatuto legal”.

Continuando, afirmava que embora a situação dos professores que trabalhavam em estabelecimentos particulares “parecesse clara no tocante ao direito à remuneração do repouso semanal”, alguns estabelecimentos insistiam em não aceitar “esse ponto de vista” se convencendo do contrário “somente face à decisão dos tribunais trabalhistas”.

O professor Maciano Rodrigues da Silva Netto havia acionado a Justiça do Trabalho, contra o Ginásio Bicalho, alegando que se retirou daquele estabelecimento tendo a receber vencimentos referentes aos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, no valor de Cr\$4.539,60. Junto com o descanso semanal remunerado dos meses de janeiro e fevereiro, no valor de Cr\$378,40, o Ginásio Bicalho devia pagar ao professor o montante de Cr\$4.918,50. O colégio, entretanto, se defendia dizendo que a retenção do salário “se deu, a princípio, por motivos independentes de sua vontade” e que estava sofrendo um prejuízo de Cr\$824,00 “motivado pelo reclamante”.<sup>225</sup>

Os patrões ainda afirmavam que o repouso semanal seria regulamentado no dia 1º de maio, dali a duas semanas, o que iria permitir uma “interpretação indubitável do que foi legislado na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949”, por isso pediam que a audiência do Prof. Marciano fosse

---

<sup>225</sup> ANEXO nº 05. *DIÁRIO MERCANTIL* de 17/05/1949. Acervo do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, SINPRO-JF.

adiada até a regulamentação da lei. O referido “prejuízo” sofrido pelo ginásio se devia ao fato de que “a legislação estaria obrigando” os donos de colégios a pagar uma remuneração equivalente a trinta e quatro dias, resultado do cálculo do salário-hora.

Ambas as partes concordaram em esperar até o dia 1º de maio, quando o juiz do trabalho Vespasiano Vieira Filho, que em 1942, quando ainda lecionava, era filiado ao sindicato, decidiu que os dispositivos da Lei nº 605 eram aplicáveis aos professores de estabelecimentos de ensino particular, “sendo-lhes devido o pagamento dos dias destinados ao descanso semanal”. Este era um direito de todo trabalhador, com algumas exceções previstas na lei e correspondia à remuneração de um dia de serviço para aqueles que trabalhavam por dia, semana, quinzena ou mês; para os que trabalhavam por hora, “o valor correspondente à sua jornada normal de trabalho”.

Para os trabalhadores, quinzenalistas ou mensalistas, o salário e os descontos eram efetuados a partir do número de dias do mês (15 ou 30 diárias) respectivamente, situação especificada claramente no 2º parágrafo da Lei 605. No caso dos professores de colégios particulares, que trabalhavam por hora, a Portaria nº 204, estabelecida em 5 de abril de 1945, determinava que o cálculo do seu salário deveria ser realizado de forma especial “tomando por base e elemento do cálculo a remuneração de uma aula para se estabelecer a remuneração de uma semana”, considerando cada mês constituído de quatro semanas e meia.<sup>226</sup>

O juiz avaliou que o cálculo do salário-aula se assemelhava ao salário hora dos demais trabalhadores, o que podia ser respaldado pelo artigo 8º da portaria 204 quando mandava descontar, nos casos de falta do professor, o valor correspondente ao número de aulas nas quais ele estivesse ausente. Afirmava-se, desta forma, o valor do salário-aula dos docentes permitindo confrontar “o espírito da Lei 605 (...) com aquele que orientou as normas que constituem a Portaria 204”. Deste modo, verificava-se que o professor era “diante da própria legislação especial que lhe é aplicável na parte de estabelecimento de seu salário, não o mensalista ou quinzenalista, mas um trabalhador que tem salário fixado por cálculo unitário de aula que dá”.

A reclamação do Prof. Marciano foi julgada procedente e o Ginásio Bicalho foi obrigado a pagar a importância de Cr\$378,40 “a título de descanso semanal remunerado” e mais as custas da ação, na importância de Cr\$ 35,80. Esta decisão da Junta de Conciliação e Julgamento local,

---

<sup>226</sup> Ver ANEXO nº 05. *DIÁRIO MERCANTIL* de 17/05/1949. op. cit.

reafirmava a Portaria nº 204, formulada especialmente para os professores, como base primordial para o cálculo salarial da categoria.

Mesmo estando em vigor desde 1945 a portaria não estava sendo cumprida, pois os patrões sempre tentavam encontrar brechas na legislação, o que algumas vezes não surtia o efeito desejado. Esta vitória foi importante para que, durante toda a década de 1950, o sindicato promovesse um esforço contínuo a fim de garantir a remuneração de acordo com a legislação específica para o professorado .

### 3.3 - Anos 50: a luta pela vigência da Portaria 204

A associação só voltaria a mobilizar-se a partir de 1951, no segundo governo Vargas. Tendo o trabalhismo como um grande aliado, Getúlio Vargas renovou a importância da participação dos trabalhadores na cena política do país, por meio de bandeiras como a justiça e a harmonia entre as classes, visando ampliar o bem-estar geral, mantendo a estabilidade política e social, necessárias para alcançar seu principal objetivo: aumentar a produtividade nacional.<sup>227</sup>

Para o movimento de professores de Juiz de Fora a década de 1950 se revelou promissora quanto ao fortalecimento de sua atuação sindical. Entre as atividades realizadas pelo sindicato neste período, acompanhadas de perto pelo jornalista Hélio Ferreira da Folha Mineira, estava a participação nas reuniões que ocorriam no Distrito Federal para buscar a melhoria “da situação da classe”, contando com o apoio da associação de professores carioca. As críticas ao governo eram muitas, registradas através das falas em assembléia condenando as medidas prejudiciais para a categoria, extremamente insatisfeita, naquele momento, com a Portaria nº 522, uma das diversas portarias que possibilitavam ao patronato o não pagamento pela de nº 204, que melhor remunerava o professorado.<sup>228</sup>

No Rio de Janeiro os docentes estavam em mobilização constante, lutando pela revogação da Portaria nº 522 e aguardando uma resposta às reivindicações que exigiam o cumprimento da Portaria nº 204. Uma lista de adesões à campanha de melhoria salarial foi feita pelo sindicato de Juiz de Fora, que recebeu a solidariedade de diversas associações de classe da cidade: Sindicato

<sup>227</sup> D'ARAÚJO. Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*. São Paulo, Editora Ática.1992. p.97.

<sup>228</sup> Livro de Atas nº 01. p.62.

dos Condutores de Veículos Rodoviários, da Construção Civil, Alfaiates e Costureiras, dos Calçados e Barbeiros. A nível estadual, a situação também não estava favorável, já que o Governo de Minas estava modificando a lei que regulamentava a aposentadoria dos professores do ensino primário, aumentando o tempo de serviço de 25 para 30 anos.<sup>229</sup>

O número de filiados obteve um aumento, o que significou uma renovação no quadro de professores sindicalizados. A filiação de novos professores sempre esteve nas pautas das assembléias, nas quais se buscava solucionar as dificuldades enfrentadas “por um bom número de colegas” que requeriam a sindicalização e não a conseguiam. Na reunião de 19 de outubro de 1952 a associação decidiu, por unanimidade, que aceitaria a filiação de todos os professores que estavam aguardando a sindicalização, desde 1º de junho daquele ano.

Foram admitidos cerca de 18 novos filiados, entre eles o professor Marciano Netto, que havia movido a ação contra o Ginásio Bicalho em 1949,<sup>230</sup> e o professor Ivan Fornazier Cavalieri, que afirmou a respeito da movimentação sindical da década de 1950 em Juiz de Fora:

Eu cheguei aqui no final de 1949.(...) O Clodesmidt Riani foi o agregador, porque nós nos reuníamos, nosso presidente, de outros sindicatos também, panificadores e tudo... Nós nos reuníamos ali no edifício ao lado da antiga delegacia na Batista de Oliveira. No terceiro andar. E de um dia pro outro lançamos, foi lançada ali a candidatura do Clodesmidt Riani. Em quinze dias ele foi o deputado mais votado em Juiz de Fora, porque era sindicalista, da eletricidade. E aquilo foi uma coisa fantástica, porque dali em diante o sindicalismo em Juiz de Fora reinou, reinou e produziu efeitos bons e efeitos maus. Mas produziu grandes efeitos.<sup>231</sup>

Neste período, o presidente José Machado Pedroso comunicou a publicação de uma nova portaria, a de nº 887, destacando o esforço dos professores Álvaro Kilkerry e José de Almeida Barreto, ambos da associação carioca, para o aumento do salário mínimo da categoria. Como era de se esperar, os colégios não estavam cumprindo nenhuma das portarias que regulamentavam o salário do professorado: nem a 204 nem a 887, ignorando a fórmula estabelecida para o cálculo do salário e também a fixação do quadro de preços de aulas nas salas de professores de cada estabelecimento particular de ensino. Sobre este assunto, a idéia inicial foi o envio de ofícios aos diretores de escolas e aos fiscais do Ministério do Trabalho.<sup>232</sup>

<sup>229</sup> Livro de Atas nº 01. p.62-63.

<sup>230</sup> Livro de Atas nº 01. p.65.

<sup>231</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Fornazier Cavalieri. op. cit.

<sup>232</sup> Livro de Atas nº 01. p.66.

Concomitante à recusa dos donos de colégios em aceitar o piso salarial imposto pela legislação, havia também o aumento do custo de vida, inflacionado pela situação econômica do país. Os problemas decorrentes deste aumento, levaram a uma série de greves em 1953, entre elas a greve geral de 26 de março em São Paulo, que durou um mês, envolvendo 300 mil operários metalúrgicos, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos da capital e de cidades do interior. Seguiu-se a greve dos 100 mil marítimos no Rio de Janeiro, Santos e Belém, no mês de junho, na qual os trabalhadores reivindicavam um aumento salarial de 60%.

Para tentar responder a crise provocada pela greve dos 300 mil, o governo promoveu, no mês de junho de 1953, uma reformulação em seu ministério. A principal medida foi a nomeação de João Goulart para o cargo de Ministro de Trabalho, no qual permaneceu até fevereiro de 1954, após apresentar a proposta de aumento do salário mínimo em 100%. Deixava o cargo com a imagem de um ministro que saía por tentar conceder benefícios aos trabalhadores.

Seu nome estava vinculado a um suposto plano para a criação de uma “República Sindicalista”, o que foi reforçado por João Neves, ex-ministro das relações exteriores, que acusou Getúlio e Jango de terem assinado um acordo secreto com os governos da Argentina e do Chile – o “Pacto ABC” – objetivando impedir a presença norte-americana no Cone Sul do continente. A suposta aliança com a Argentina de Perón foi vista como mais um passo na instalação da “República Sindicalista”.<sup>233</sup>

A renovação dos quadros que dirigiam o sindicato assume papel relevante nesta conjuntura de descontentamento com o governo federal. Boa parte dos recém filiados iria participar das próximas eleições para a direção da associação de Juiz de Fora. Eleita em 1953 e tomando posse em fevereiro de 1954, a nova diretoria foi composta pelos professores: Marciano Netto como presidente, Ivan Cavalieri como vice, João Panisset como secretário e Boanerges Barbosa de Castro como tesoureiro. Os suplentes eram Waldir de Freitas, Eunice de Andrade Caldas, Nilo Camilo Ayupe, Irene Alves Montes, Manoel Lamas de Andrade, Reynaldo Teixeira de Andrade e Newton Lacerda Machado.<sup>234</sup>

Entre os onze professores desta chapa, única a se inscrever, que assumiram a tarefa de coordenar as atividades sindicais até 1956, seis haviam se filiado há apenas um ano atrás: Marciano Netto, que tinha 53 anos; Ivan Cavalieri, com 31 anos; Boanerges Barbosa de Castro,

---

<sup>233</sup> FAUSTO, Boris. op.cit.

<sup>234</sup> Livro de Atas nº 01. p.68.

com 40 anos; Eunice de Andrade Caldas, com 48 anos; Nilo Camilo Ayupe, com 34 anos e Newton Lacerda Machado, com 37 anos.

Quanto à faixa etária dos professores sindicalizados, na década de 1930 a média de idade do professorado ia de 40 a 70 anos; na década de 1940 a média variou de 25 a 50 anos; e na década de 1950 os filiados tinham uma média de idade entre 20 e 50 anos, com algumas exceções.<sup>235</sup> Este fator, certamente, facilitou o comportamento mais dinâmico; os dados demonstram que no final da década de 1940, acreditamos que em decorrência da fundação da Fafile – Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, um contingente mais jovem de professores irá se filiar ao sindicato, entre eles um número considerável de mulheres, o que terá reflexos nos anos de 1950.<sup>236</sup>

É importante destacar que dos seis professores recém-filiados, empossados na direção do sindicato, cinco lecionavam no Colégio São José ou no Instituto Vianna Júnior, ou nos dois,<sup>237</sup> o que significa que eram mal remunerados. De acordo com as entrevistas e os livros de atas, estes dois colégios eram os que ofereciam os piores salários aos professores e, conforme veremos, atrasavam pagamentos e descumpriam os acordos salariais.

Os novos associados tinham mais disposição para lutar por melhores salários do que os professores que estavam no sindicato há 20 anos, e que lecionavam nas tradicionais escolas confessionais da cidade. Além disso, eles sentiam na pele a desvalorização de seu trabalho, pois davam aulas em um colégio que explorava seus professores e que, diferente da lógica “altruísta” das escolas religiosas, se pautava pela lógica do capital, do lucro.

Dividindo as responsabilidades e diretrizes de ação com os professores que formavam o que podemos chamar de “velha guarda” do sindicato (formada por professores que participavam do movimento desde a década de 1930) – esta nova geração de associados foi crucial para imprimir ao movimento uma vitalidade que seria fundamental nos anos seguintes. A proliferação de estabelecimentos particulares de ensino laicos, que rompia com a preponderância das escolas confessionais, estabelecia um outro tipo de relação entre professores e patrões. Esta nova forma de relacionamento, fundamentada nas leis de mercado, desconsiderava o papel da dimensão estamental.

---

<sup>235</sup> A média de idade dos professores sindicalizados foi realizada a partir do livro de filiação do Sindicato de Professores de Juiz de Fora, no qual consta a data de nascimento de cada professor filiado. Entretanto, cabe relatar que os cálculos podem conter imperfeições, pois o livro apresenta algumas rasuras e espaços em branco.

<sup>236</sup> A Fafile – Faculdade de Filosofia e Letras foi fundada em 26/11/1948.

<sup>237</sup> De acordo com os registros do Livro de Filiação do Sindicato de Professores de Juiz de Fora.

Na primeira reunião do ano de 1954, em fevereiro, o presidente recém empossado Prof. Marciano Rodrigues da Silva Netto havia retornado da 1ª Convenção Nacional das Federações e Sindicatos de Professores do Brasil, no Rio de Janeiro. Entre as principais questões debatidas na convenção estava a restauração da Portaria nº 204 e a extensão do dissídio dos professores do Rio de Janeiro aos de Juiz de Fora.

Para estudar esta possibilidade criou-se uma comissão composta pelos professores José Vilas Bouçada Júnior, Sebastião Marsicano Ribeiro e Raimundo Matos. Esta comissão também ficou incumbida de entrar em contato com os deputados de Juiz de Fora para que estes pudessem intervir na Câmara Federal “pelos interesses de nossa classe”.<sup>238</sup> Cerca de um mês depois, foram enviados catorze telegramas aos deputados federais da região com o objetivo de pedir auxílio para que as reivindicações dos professores fossem atendidas.<sup>239</sup>

A atuação do movimento consistia, basicamente, no envio de ofícios, cartas e circulares, além de encontros com os diretores de escolas para pleitear aumento salarial e fazer cumprir a legislação. Nas reuniões, bastante organizadas, as atividades eram distribuídas às comissões, criadas especificamente para cuidar de assuntos predeterminados. Quanto ao salário, era necessário um pouco mais de união e empenho, já que muitos professores reivindicavam reajuste salarial em conversas particulares com o diretor da escola em que trabalhavam.

Embora existam alguns registros de descontentamento, os acordos salariais fechados com os diretores eram compensatórios, o que também pode explicar a postura condescendente do sindicato e suas dificuldades de mobilização. Esta situação se modifica em decorrência das seguintes variáveis: mudança na composição do professorado; atuação de uma direção menos arraigada à dimensão estamental; surgimento de mais escolas laicas; influência de uma conjuntura política democrática, propensa à mobilização; alterações na situação econômica do país.

A partir de 1954 os donos de colégios irão se recusar, constantemente, a adotar os índices salariais estabelecidos pela lei. O cumprimento da Portaria nº 204 será a principal reivindicação do professorado na década de 1950. O apoio da associação docente do Rio de Janeiro foi fundamental nesse momento, pois os professores do Distrito Federal estavam sempre muito bem informados a respeito das últimas medidas implementadas pelo governo.

---

<sup>238</sup> Livro de Atas nº 01. p.69.

<sup>239</sup> Livro de Atas nº 01. p.70.



Em entrevista, o Prof. Xavier disse que “a 204 era a (...) que regia o funcionamento das escolas em todo o Brasil, tudo funcionava em função dessa portaria”. No dia 1º de março iniciavam-se as aulas no Brasil inteiro, indo até o dia 30 de junho; o mês de julho era de férias, 1º de agosto recomeçavam as aulas. Na 1ª quinzena de dezembro era o período de provas: “primeiro as provas escritas e depois as provas orais, a portaria regulamentava tudo isso com todos os detalhes. Tudo, tudo que se fizesse. Os feriados nacionais, tudo, tudo, tudo...era regulado pela Portaria 204. Tudo, no Brasil inteiro”.<sup>240</sup>

Em 04 de abril de 1954 o Prof. Marciano Netto faz alusão a duas cartas, datadas de 27 e 30 de março, “vindas do colega Barreto (...) insistindo para que esse sindicato não esmorecesse na luta para a vigência da 204”.<sup>241</sup> Em junho do mesmo ano, diversos colégios enviaram ofícios afirmando estarem cumprindo a referida portaria, entre os quais o Ginásio Mariano Procópio e o Colégio Machado Sobrinho. A Escola São Jorge, representada pelo Prof. João Panisset, “anunciava estar pronta a atender a portaria”.<sup>242</sup>

Foram feitos 17 ofícios para diretores, 19 para inspetores, além de um telegrama enviado ao Chefe de Polícia. Na presença dos diretores, em assembléia realizada no dia 29 de maio de 1954, o Dr. Sobral Pinto e o Prof. Marsicano Ribeiro esclareceram que a Portaria nº 204 havia sido vitoriosa em todas as instâncias. No Supremo Tribunal Federal, no Tribunal Superior do Trabalho e que, no Rio de Janeiro, os colégios estavam em dissídio coletivo por não cumprirem a mesma. A decisão do Supremo Tribunal Regional dizia que a 204 estava em vigor desde 1945, não cabendo qualquer recurso extraordinário.<sup>243</sup>

Entre os diretores presentes à reunião de 29 de maio, estava o Prof. Romeu Vianna, diretor do Instituto Vianna Junior, “famoso” por não respeitar a legislação. Em sua fala, Vianna tentou demonstrar “as impossibilidades dos colégios cumprirem a esta altura do ano com o que determina a portaria” e, segundo o secretário responsável pela transcrição daquela assembléia, houve “apartes, réplicas e trélicas num ambiente de bom humor”.

Contudo, feito os cálculos, os professores concluíram que iriam perder Cr\$4,90 por aula, o que causou grande insatisfação. Para piorar, os diretores diziam que as duas portarias (887 e 204) causavam confusão e que seria muito difícil aumentar o preço das mensalidades. Já os docentes afirmavam que “colégios que não remuneram não podem funcionar”. Finalmente, ficou

<sup>240</sup> Entrevista realizada com o professor José Xavier. op. cit.

<sup>241</sup> Livro de Atas nº 01. p.72 (verso).

<sup>242</sup> Livro de Atas nº 01. p.74.

<sup>243</sup> Livro de Atas nº 01 .p.75.

acordado que o Instituto Vianna Junior, Mariano Procópio, Machado Sobrinho, São Jorge e São Luiz, pagariam seus professores através da Portaria nº 204. Somente a Academia de Comércio, representada pelo Padre Pimenta, teria que consultar seus superiores.<sup>244</sup>

O assunto foi debatido em outras reuniões e ficou resolvido que, caso os diretores se recusassem a pagar pela 204, incluindo-se os atrasados, seria instaurado o dissídio coletivo. Apesar de terem se comprometido a respeitar o acordo amigável, alguns diretores iam às reuniões para apresentar contra-propostas e utilizar subterfúgios, tais como pedidos de esclarecimento sobre portarias que já haviam sido incansavelmente discutidas.

Os professores concordavam quanto às dificuldades financeiras dos colégios, decorrentes da situação econômica do momento. Desta forma, firmou-se um acordo entre o sindicato e os estabelecimentos de ensino de Juiz de Fora, proposto pelos próprios diretores, que se comprometeram a pagar 47% de aumento salarial, garantindo a execução integral da Portaria nº 204 durante todo o ano de 1954.<sup>245</sup>

No início de 1955, já existiam reclamações de professores do colégio Granbery e da Academia de Comércio contra a diminuição de salários e benefícios. O primeiro havia “comunicado” a seus professores que “devido estarem eles com o salário melhorado, fica suspensa a gratuidade que tal casa de ensino vem lhes dando, para seus filhos, desde a sua fundação”. A Academia de Comércio, por sua vez, diminuiu as aulas de quase todos os seus professores, “inclusive dos que a servem há mais de 30 anos”.<sup>246</sup>

Que aumento era esse, que vinha junto com a perda de benefícios? Descontados os valores das mensalidades dos filhos de professores, matriculados no Granbery, qual seria o valor real do reajuste salarial? A Academia de Comércio, ao diminuir as aulas de seus docentes, assumia uma atitude de represália ao aumento salarial. A idéia era “dar de um lado e tirar de outro”, fazendo com que o reajuste “desaparecesse” em meio à retirada de benefícios. Como se não bastassem os colégios laicos a desrespeitar a legislação, as escolas confessionais estavam insatisfeitas com o aumento concedido aos professores, demonstrando a ascensão das relações de mercado sobre a educação.

O “problema” das férias também era recorrente e, entre uma reunião e outra, sempre surgiam idéias para solucioná-lo, como a de mandar um relatório ao Ministério da Educação

<sup>244</sup> Livro de Atas nº 01. p.75-76.

<sup>245</sup> Livro de Atas nº 01. p.76-80.

<sup>246</sup> Livro de Atas nº 01. p.84.

“propondo um critério mais racional e eficiente de conceder férias, de fato, aos professores”.<sup>247</sup> O Prof. Ivan Cavalieri contou como era sua rotina de trabalho na época:

Eu dava quinze aulas por dia, eu dava quinze aulas por dia. Agora você imagina só: quatro de manhã, quatro de tarde e quatro de noite, são doze né? Estudava Direito, mais duas, quatorze, e dava uma aula de filosofia às sete horas da manhã. Chegava em casa meia noite e saía cinco horas da manhã com a minha família toda. Tinha que entregar os filhos nos colégios, pegava o carro colocava uma no Santa Catarina, outra no Carmo, outra (...) nos Santos Anjos. A gente ficava o dia inteiro por conta do... eu tinha um vale refeição do Granbery, enquanto uma turma entrava e outra saía, eu engolia a comida pra eu agüentar.<sup>248</sup>

Melhores salários, férias, aposentadoria após 25 anos de magistério, reivindicações entremeadas por dificuldades para se manter as atividades do sindicato. Como não possuía sede própria, as reuniões ocorriam nas sedes de outras associações e, em 1955, na “Sede dos Sindicatos” ou “Casa do Trabalhador” à rua Batista de Oliveira. A busca por auxílio financeiro, além das pequenas contribuições dos filiados, levou os professores a pedir ao deputado Clodesmidt Riani uma ajuda para sanar a “dívida do sindicato para com os demais que funcionam nesta sede”.<sup>249</sup>

O recolhimento do imposto sindical ainda continuava a ser um problema, já que os colégios insistiam em não descontá-lo na folha de pagamento, o que comprometia as finanças do sindicato. Listas de professores sindicalizados eram enviadas, quase todo o mês, para as secretarias dos estabelecimentos de ensino particular e, mesmo assim, o desconto não era realizado.

O Ginásio Bicalho, Vianna Júnior e o Colégio São Luis, entre outros, não estavam repassando as mensalidades de seus professores para o sindicato e, ao ser procurada para prestar explicações, a tesoureira do Ginásio Bicalho alegou “que o diretor não deixava dinheiro em suas mãos”. Vale dizer que neste ginásio apenas um professor era sindicalizado. Nos outros dois colégios, os próprios professores “não queriam descontar”.<sup>250</sup> Para agravar a situação o Prof. José Machado Pedroso, presidente do sindicato entre 1950-53, ainda não havia prestado contas de sua gestão, o que levou o Ministério do Trabalho a bloquear a conta bancária da associação.<sup>251</sup>

<sup>247</sup> Livro de Atas nº 01. p.80.

<sup>248</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Fornazier Cavalieri. op. cit.

<sup>249</sup> Livro de Atas nº 01. p.81.

<sup>250</sup> Livro de Atas nº 01. p.83.

<sup>251</sup> Livro de Atas nº 01. p.85.

A regulamentação do Fundo Nacional de Educação, no ano de 1955, também criou instabilidade para o professorado. O Fundo estipulava que os donos de colégios particulares deveriam informar ao governo a necessidade de suplementação salarial para seus docentes. Caso a suplementação fosse requerida, por determinado estabelecimento de ensino particular, este não poderia reajustar suas anuidades sem respeitar as tabelas do governo.

O Prof. Marciano Netto havia ido ao Rio de Janeiro, representando o sindicato, para o ato de apresentação do Fundo ao então presidente da república Café Filho. Logo que chegou ao Rio procurou o prof. Barreto, do sindicato carioca, que o informou que a regulamentação do Fundo Nacional de Educação seria prejudicial para a categoria, diferente do que pensavam os professores de Juiz de Fora. De acordo com Barreto “da maneira como fora feita (...) a suplementação, não viria a constituir melhoria para nós, mas seria uma lei nova a nos por em situação pior que a da portaria 204”. O Prof. Marciano informou ter assinado um protesto dirigido ao presidente da república, não comparecendo ao Palácio.<sup>252</sup>

A suplementação era distribuída aos colégios pelo Fundo Nacional de Educação com o objetivo de complementar o salário dos professores. Acontece que ela trazia um decréscimo salarial em relação ao piso estipulado pela Portaria nº 204, além disso, não era possível prever se os diretores iriam ou não requerer a suplementação, o que impedia qualquer atitude por parte dos professores. Para os estabelecimentos de ensino laicos ela resultava em prejuízo, pois não permitia o reajuste das mensalidades à revelia do Governo. O aumento conseguido em 1954, no valor de 47%, vigorou também no ano de 1955, o que não significa, conforme foi demonstrado, que todos os diretores estavam respeitando o reajuste acordado.<sup>253</sup>

No dia 3 de outubro de 1955 Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República pela aliança PSD-PTB. Os anos de JK foram de estabilidade política, pelo menos se comparados ao período de Vargas. Foram anos de otimismo, marcados pelo “Plano de Metas”, por altos índices de crescimento econômico e pela construção de Brasília.<sup>254</sup>

Segundo Maria Vitória Benevides “a inflação foi a principal fonte de oposição à política econômica do governo, principalmente por parte da direita”, mas foi também, em parte, responsável pelo crescimento econômico do país. Se por um lado a inflação provocava

<sup>252</sup> Livro de Atas nº 01. p.87.

<sup>253</sup> Livro de Atas nº 01. p.88-89.

<sup>254</sup> BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro/Paz e Terra, 1979, 3ª ed. p.200.

desequilíbrios nos investimentos, por outro lado “funcionava como inflação de lucros, como técnica de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco salarial”.<sup>255</sup>

Neste período, a dificuldade de organizar os trabalhadores dentro da estrutura oficial levou ao surgimento de organizações paralelas como o PUI – Pacto de Unidade Intersindical em São Paulo. No Rio de Janeiro criou-se o PUA – Pacto de Unidade e Ação. Estas organizações prepararam o caminho para a formação do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, que teve Clodesmidt Riani como presidente. A influência de Riani no movimento sindical era grande, em Juiz de Fora e no resto do país. Segundo o Prof. José Xavier “nós tínhamos aqui em Juiz de Fora um deputado, o Clodesmidt Riani, que era o dono praticamente dos sindicatos do país, o que ele falasse era a decisão nacional”.<sup>256</sup>

Portanto, em 1956, era necessário estar atento a decretação dos novos níveis do salário mínimo. A negociação de aumento salarial com os diretores seria difícil pois alguns colégios, como o São José e o Instituto Vianna Junior, não pagavam o salário de seus professores há alguns meses. Ao pedido do sindicato, para que o colégio tomasse uma providência em relação aos atrasados, o São José respondeu que “o sindicato lhe enviasse uma relação dos professores reclamantes”.

Tal resposta, que causou indignação na reunião de 20 de maio de 1956, não era novidade. Como também não era novidade que o cálculo do salário

a ser feito pela portaria 204 (...) não vem sendo, infelizmente, cumprido por aquele e por outros educandários, sabido que a proposta nesse sentido fora sugerida pelos próprios diretores de colégios, o que, na ocasião foi gravado e lavrado em ata. Pelo secretário foi feito um apelo aos colegas no sentido de que todos aqueles que estiverem prejudicados façam as suas reivindicações à diretoria do sindicato, porque esta saberá tomar as medidas necessárias no interesse da classe.<sup>257</sup>

Em agosto de 1956 os diretores compareceram a assembléia do sindicato para propor um aumento sobre o salário-aula, com base no reajuste do salário mínimo. Como seus representantes foram eleitos: Fernando de Paiva Mattos, do Colégio e Escola Técnica de Comércio Machado Sobrinho, Civis Gonçalves Gomes, do Ginásio São Luis e Agenor Pereira de Andrade, do colégio Granbery.

<sup>255</sup> BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. op. cit. p.234-235.

<sup>256</sup> Entrevista realizada com o Prof. José Xavier. op. cit.

<sup>257</sup> Livro de Atas nº 01. p.93.

Para apresentar a proposta o porta-voz dos diretores, Fernando Paiva Mattos, iniciou sua fala tecendo considerações “sobre a situação criada pela decretação dos novos níveis de salário mínimo”. Não era possível, de acordo com a explanação de Mattos, “gravar com taxas excessivas, logo no segundo semestre, a anuidade dos alunos, o que viria a provocar uma grita geral, aliás o que já vem sendo feito pela imprensa sobre o custo excessivo do ensino”. Além disso, muitos estudantes que haviam tirado notas baixas, nas primeiras provas, poderiam abandonar os estudos.<sup>258</sup>

A proposta dos diretores era que o aumento fosse calculado, apenas, na parte referente à diferença do salário mínimo, desistindo os professores da parcela referente à anuidade escolar. Assim, os alunos sofreriam um reajuste pequeno, somente para “cobertura do aumento concedido aos professores”. A situação seria mantida desta forma até 28 de fevereiro de 1957, quando

(...) serão elaboradas novas tabelas nos colégios e os professores passarão a perceber seus salários integrais, de acordo com a Portaria 204. Frizou o Sr.Fernando que falava em nome dos estabelecimentos de Juiz de Fora, excetuados, apenas, o Ginásio Mariano Procópio, que não se manifestou, o Colégio São José e o Instituto Vianna Junior que se obstinam em não adotar mais a Portaria 204.<sup>259</sup>

Os professores discutiram a proposta e decidiram aceitá-la, mediante a seguinte emenda apresentada pelo Prof. José Xavier de Albuquerque: feito os novos cálculos, a contar a partir de 1º de agosto, o salário-aula deveria ter valor superior ao estabelecido no cálculo decorrente da suplementação, concedida pelo Fundo Nacional do Ensino Médio. Foi proposta, também, a fixação dos cálculos do acordo em cada colégio, para que os pais de alunos pudessem compreender que o aumento da mensalidade correspondia ao aumento da folha de pagamento das escolas. Para finalizar, os professores pediram ao presidente Marciano Netto para recolher as assinaturas dos diretores na ata da última reunião, evitando que viessem a surgir negativas como as apresentadas pelo colégio São José e Instituto Vianna Junior.<sup>260</sup>

No dia 25 de agosto, o sindicato reuniu-se para informar que os donos de escolas haviam recusado a contra-proposta dos professores. Entre vários apartes falou-se na aceitação da proposta dos diretores, desde que iniciada em 1º de agosto; como também em só aceitar o pagamento através da 204 ou, ainda, que cada professor se entendesse com seus respectivos patrões.

<sup>258</sup> Livro de Atas nº 01. p.93.

<sup>259</sup> Livro de Atas nº 01. p.94.

<sup>260</sup> Livro de Atas nº 01. p.95.

Ficou resolvido que a primeira proposta seria aceita desde que vigorasse a partir de 1º de agosto. Os diretores deveriam também fornecer a planilha de cálculos para divulgação aos pais de alunos e assinar um termo de acordo para se evitar negativas, posteriores, quanto ao aumento. Caso algum colégio descumprisse o acordo, caberia ao professor atingido entrar em contato com o sindicato para que este tomasse as providências legais. Mas, de acordo com a assembléia de 23 de setembro de 1956:

(...) com referência ao caso Vianna Jr, São José versus Professores (...) apesar das diversas reclamações, nenhum membro do corpo docente daqueles estabelecimentos se dispôs a assinar a procuração para que o advogado escolhido, Dr. Moysés, possa agir adequadamente.<sup>261</sup>

A simples idéia de negociar salários, ou acionar judicialmente os diretores, era extremamente execrada por alguns professores, que preferiam receber uma remuneração defasada a enfrentar o patronato. Na reunião de 23 de fevereiro de 1957, os professores relatam que a maior parte dos diretores de escolas particulares de Juiz de Fora não havia cumprido totalmente o acordo, o que levou o Prof. José Vilas Bouçadas a afirmar em assembléia que “tendo em vista a falta de cumprimento (...) do acordo firmado entre esse sindicato e os senhores diretores dos colégios locais, o mesmo acordo é nulo de pleno direito”. Continuando, o Prof. Vilas disse ser favorável que “nulo o acordo, se recorra à Justiça Trabalhista, reclamando-se a diferença de salário, de agosto até a presente”. A proposta do professor foi rejeitada por 20 votos contra 4, sendo substituída pelo envio de um ofício aos diretores lembrando o acordo firmado anteriormente.<sup>262</sup>

O desrespeito ao acordo levou à votação de uma proposta para instauração do dissídio coletivo, um procedimento normal em qualquer associação de classe, mas não para o sindicato de Juiz de Fora. A votação, 20 votos a 4, a favor de se esperar uma resposta aos ofícios enviados, “relembrando” aos diretores o que havia sido acordado, exemplifica como iniciativas mais combativas, por parte de alguns filiados, eram podadas logo que surgiam.

O dissídio estava longe de ser uma atitude radical, pois estava dentro dos trâmites legais. Entretanto, pressupunha desavença, falta de entendimento, uma abertura para que as relações de mercado, “o regateio”, minasse, definitivamente, a “igualdade de estima” entre professores e diretores. Havia uma disputa entre a força do *status* e o surgimento de um posicionamento

<sup>261</sup> Livro de Atas nº 02. p.1.

<sup>262</sup> Livro de Atas nº 02. p.2-3.

classista, que objetivava a valorização econômica da “expertise” da categoria, através da conquista de melhores condições salariais e de trabalho.

Em 1957 os salários continuaram os mesmos e em junho o sindicato lançou um memorial aos deputados federais, reivindicando a aposentadoria para os professores com 25 anos de serviço ou sessenta anos de idade. A aposentadoria estava entre as reivindicações mais antigas do professorado, em âmbito nacional, por isso tanto o sindicato do Rio de Janeiro <sup>263</sup> quanto o de São Paulo, se uniu a Juiz de Fora na tentativa de conquistar tal “aspiração”. O memorial lançado pela associação de Juiz de Fora, em junho de 1957, fazia um apelo aos professores, deputados e senadores do país:

Prezado Colega Professor:

A Você, Prezado Colega, queremos dirigir estas breves mas incisivas palavras.

A Você, que leciona em estabelecimentos particulares de ensino, consagrando a vida e o ideal a serviço da educação de nossa juventude.

A Você, que trabalha, a todo instante, tendo, apenas, as diminutas garantias da previdência social, que a Lei, por ora ingrata lhe concede.(...)

Aos Deputados e Senadores de nosso país:

Considerando que o trabalho da profissão do professor é dos mais relevantes para a Nação, pela influência que exerce na formação moral e intelectual das gerações, por todos os tempos;(...)

De Juiz de Fora, a seus Deputados, pois, está a partir o presente pedido, que já é reivindicação antiga, à qual haverá de juntar-se a voz dos professores de todo o Estado, de todo o Brasil, telegrafando ou escrevendo a seus deputados e senadores, à parte as próprias legendas (...) fazendo-se ouvir, inclusive, os presidentes dos Sindicatos dos Professores, em todo o Brasil (...). <sup>264</sup>

Cada entidade buscou articular, com seus respectivos representantes na Câmara Federal, a aprovação do anteprojeto de aposentadoria “apresentado pelo sindicato do Rio de Janeiro à consideração do Congresso Nacional”, no final daquele ano. <sup>265</sup> Já em 1958, na semana de 10 a 16 de fevereiro, os Profs. Marciano Netto e Napoleão Nocera participaram da Convenção Nacional dos Professores, no Rio de Janeiro.

Entre os assuntos debatidos estava o projeto da aposentadoria, considerado “muito vantajoso”, o que levou a aprovação de uma moção ao Deputado Federal Fernando Ferrari, do PTB, responsável pela apresentação do projeto à Câmara, “comprometendo-se com os sindicatos a efetuar uma campanha entre os deputados e senadores amigos para a sua rápida aprovação”.<sup>266</sup>

<sup>263</sup> ANEXO nº 06. “Lista dos eleitos para a direção do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro” em 30 de julho de 1957.

<sup>264</sup> ANEXO nº 07. “Aposentadoria para os Professores”.

<sup>265</sup> Livro de Atas nº 02. p.8.

<sup>266</sup> Relatório elaborado em 18 de fevereiro de 1958 pelos professores Marciano Netto e Napoleão Nocera, presidente e membro do conselho fiscal do sindicato, respectivamente. ANEXO nº 08. p.1.



Importante, também, na convenção nacional, foi a ratificação da fundação da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – FITEE, que existia desde 1948. De acordo com o relatório “o processo todo está sendo orientado por um alto funcionário do Ministério do Trabalho e, portanto, segue à risca tudo quanto nos é exigido”. A federação foi composta, inicialmente, por cinco sindicatos: Rio Grande do Sul, Niterói, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Pernambuco. No congresso nacional dos professores foram discutidos e aprovados seus estatutos e eleita a primeira diretoria, com cinco membros. Três deles deveriam residir no Rio de Janeiro; Juiz de Fora assumiu os lugares de 1º suplente de diretoria, um membro do Conselho Fiscal e um suplente deste conselho.

Quanto a questão salarial, segundo o relatório dos professores, “mais uma vez se discutiu a velha tese de portarias. Agora não mais se falou em adoção de uma ou de outra, uma vez que em absoluto não há dúvida de que virá a 204”. Mas o caso ainda estava sob o “estudo da justiça”, a espera de que o Supremo Tribunal Federal desse parecer favorável, “uma vez que em vários casos particulares o Supremo tem se manifestado pela 204”.<sup>267</sup>

Questionado sobre se os diretores cumpriam a Portaria nº 204, o professor José Xavier respondeu que “havia uma inspeção federal forte, o inspetor federal chefe aqui em Juiz de Fora era o Dr. Manoel Lamas de Andrade (...) professor de inglês (...) advogado também, ele era de um rigor quanto ao cumprimento da lei”. De acordo com Xavier ninguém ousava desobedecer e todos os diretores seguiam, “tinha de seguir rigorosamente as orientações emanadas do Ministério da Educação”.<sup>268</sup>

Contudo, existem contradições entre o que se registrou em ata sobre a postura dos diretores, quanto ao cumprimento da Portaria nº 204, e o que disseram os professores entrevistados. Se havia, de fato, uma inspeção federal forte, porque alguns colégios descumpriam deliberadamente a portaria? O desrespeito não ocorria somente em determinados momentos, ou como consequência de problemas financeiros apresentados pelas escolas. Na verdade, certos diretores nunca cumpriam os acordos que assinavam, é o que se conclui a partir das atas de reuniões e assembléias. Esta situação nos leva a crer que a inspeção federal não acontecia conforme disse o Prof. Xavier ou, ainda, que os professores não levavam suas reclamações ao sindicato, como no caso citado anteriormente sobre alguns docentes do Instituto Vianna Júnior e

<sup>267</sup> ANEXO nº 08. p.2. Relatório de 18 de fevereiro de 1958.

<sup>268</sup> Entrevista realizada com o professor José Xavier. op. cit.

Colégio São José, que se recusaram a assinar a procuração para que o advogado da associação tomasse as devidas providências contra aqueles estabelecimentos.

Há também o fato de que o salário dos professores de Juiz de Fora, em comparação com o de outros estados, parecia ser melhor. É o que se deduz diante da posição do sindicato em relação ao acordo firmado pela associação carioca com a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Ao pedido de cooperação, feito pela entidade do Distrito Federal, o sindicato de Juiz de Fora respondeu negativamente “em vista de termos contrato em melhores condições”.<sup>269</sup>

Porém, a situação se agravava devido à alta do custo de vida e à liberação do preço do ensino, que permitiu aos proprietários de colégios a cobrança de um aumento de 30% na anuidade, sem que este fosse repassado aos professores. “Em virtude desse atentado que estava prestes a ser perpetrado contra a sacrificada classe dos professores” e que já vinha sendo prejudicada pelos donos de escolas particulares que cobram “uma taxa majorada (...) e da qual não têm dado participação aos docentes, como determina a lei (...)”, ficou decidido que, na próxima assembléia, os professores votariam ou não pelo dissídio.<sup>270</sup>

O Prof. Bedendo teve a idéia de comunicar a imprensa, para que os pais e alunos soubessem que o dissídio coletivo havia sido instaurado após a nota de aumento de 30% concedida às escolas pela C.O.F.A.P.; e não antes “como alguns colégios já estão querendo insinuar (...)”.<sup>271</sup> A COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços foi criada em 1951, durante o segundo Governo Vargas, e tinha como atribuição principal “intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo”.<sup>272</sup> No governo de Juscelino Kubitschek a lei foi revigorada e, novamente, passou a regular os preços de gêneros e serviços considerados essenciais.<sup>273</sup>

<sup>269</sup> Livro de Atas nº 02. p.4.

<sup>270</sup> Livro de Atas nº 02. p.14.

<sup>271</sup> Livro de Atas nº 02. p.16.

<sup>272</sup> LEI Nº 1.522 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951. Autoriza o Govêrno Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. (...) Art. 1º É o Poder Executivo autorizado, na forma do art. 146 da Constituição, a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo do povo, sempre que dêles houver carência (...) Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República. Assinada por Getulio Vargas, Segadas Viana, Horacio Lafer, Álvaro de Souza Lima e João Cleofas. Lei retirada da página do Senado Federal, *Subsecretaria de Informações*.

<sup>273</sup> LEI Nº 3.084, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956. Revigora, com alterações, a Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Govêrno Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei Art. 1º Fica revigorada pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 27 de janeiro de 1957, a Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Govêrno Federal a intervir no domínio econômico, para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.(...)Rio de Janeiro, em

Na assembléia de 08 de junho de 1958 o sindicato entrou em dissídio coletivo pela primeira vez, em 24 anos de existência:

(...) chegaram a acordo os senhores professores presentes no sentido de que a classe instauraria o dissídio coletivo, independentemente de qualquer ato dos senhores proprietários de colégio, aumentando, ou não, as mensalidades dos alunos. Iríamos a dissídio, obrigados pelas nossas condições financeiras deficitárias, em virtude do aumento geral do custo de vida, levando em consideração, igualmente, que muitos colégios não cumpriram o acordo amigável por eles proposto aos professores.<sup>274</sup>

Na audiência de conciliação do dissídio, um dos advogados dos estabelecimentos de ensino chamou a Justiça do Trabalho de “incompetente para dirimir questões salariais de professores” e, o outro, “aceitando a mesma justiça”, disse não poder fazer nenhuma proposta de conciliação porque os colégios que representava não podiam “fazer aumento de salário”. O sindicato exigia um reajuste de 70% sobre os salários que estavam sendo pagos.<sup>275</sup>

Na assembléia de 15 de março de 1959, cerca de sete meses depois da votação a favor do dissídio coletivo, é possível descobrir o resultado do mesmo. Os diretores enviaram uma contra-proposta, que foi aceita pelos professores.<sup>276</sup> Porém, nestes últimos anos da década de 1950, a renovação do quadro de filiados do sindicato irá levar a um enfrentamento entre professores e donos de escolas. De acordo com o Prof. Xavier os novos associados “possuíam uma postura mais radical, com disposição para o embate com os patrões”, que se encontravam cada vez mais resistentes às propostas dos professores.<sup>277</sup>

A postura dos diretores de colégios, aliada à conjuntura inflacionária do governo JK, criou um distanciamento entre docentes e diretores que culminou em uma série de acordos não cumpridos, resultando na greve de 1959. A correlação destes eventos estimulou a propensão de um comportamento classista, que se desenvolveu durante os anos 50, mesmo sem ultrapassar o forte conservadorismo, fruto do legalismo que conformava a identidade do movimento docente de Juiz de Fora.

A greve iniciada em março de 1959 serviu para delimitar, no interior do movimento, quais professores viviam do magistério, dependendo dele para sua sobrevivência e quais exerciam o

---

29 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República. JUSCELINO Kubitschek, Parsifal Barroso, Nereu Ramos, José Maria Alkmim, Lucio Meira e Mário Meneghetti. Lei retirada da página do Senado Federal, *Subsecretaria de Informações*.

<sup>274</sup> Livro de Atas nº 02. p.15-16.

<sup>275</sup> Livro de Atas nº 02. p.17.

<sup>276</sup> Livro de Atas nº 02. p.18.

<sup>277</sup> Entrevista realizada com o professor José Xavier. op. cit.

magistério como “bico”, dificultando o consenso nas tomadas de decisão da categoria. A necessidade de mobilização, imposta pelos baixos salários, estará muito mais presente entre os professores que vivem somente do magistério. Será nestes trabalhadores que o posicionamento classista encontrará terreno mais fértil para se desenvolver, ainda que não consiga estabelecer raízes e transformar a categoria em uma ‘classe para si’, segundo a teoria marxista.

## CAPÍTULO 4: A GREVE DE 1959 E A CONJUNTURA POLÍTICA PRÉ-1964

(...) Considera justa a greve e, embora sendo, também, pai de numerosa prole, não vê exagero nas pretensões dos professores. Discorreu, ainda, sobre as agruras do professorado, a transformação dos colégios em empresas que exploram o ensino, disse que nossa greve é diferente, é uma greve distinta, cuja solução é, por isso mesmo, mais demorada.

Discurso do Deputado Federal Abel Rafael Pinto em assembléia no Sindicato de Professores de Juiz de Fora, durante a greve de março de 1959.<sup>278</sup>

Durante as décadas de 1940 e 1950, a associação de Juiz de Fora atuou conjuntamente com o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro, de orientação comunista. O sindicato carioca era bastante combativo, fator que auxiliou, consideravelmente, para uma ação mais dinâmica por parte do professorado de Juiz de Fora. Os anos 50 prepararam o caminho para a greve de 1959, na qual a categoria assumiu, claramente, um posicionamento classista. Contudo, é importante destacar que esta postura foi adotada somente durante a greve, não representando uma mudança de comportamento definitiva e sim um episódio isolado, em meio à preponderância da dimensão estamental.

Nos anos 50, a ampliação do número de filiados trouxe à tona a noção de que a “diferença” entre docentes e trabalhadores “comuns” havia se transformado, de certo modo, em um ‘eco’ do que havia sido anteriormente. A categoria percebia que, apesar de ainda participar dos “círculos de elite”, a situação não era mais a mesma, o que fez com que os docentes condenassem os profissionais liberais que faziam do magistério um “bico” e que possuíam, geralmente, outras rendas advindas de consultórios e ou escritórios.

Portanto, no início de 1959, os docentes que faziam do magistério um “bico”, estavam, cerca de 30 anos depois, reproduzindo uma postura comum no sindicato, na década de 1930 e

---

<sup>278</sup> Livro de Atas nº 02. p.22. Assembléia realizada com a presença do professor e Deputado Federal Abel Rafael Pinto, durante a greve de março de 1959.

início da década de 1940. Naquele contexto específico, a relação entre docentes e donos de escolas refletia o predomínio da dimensão estamental que, com o passar dos anos, foi obrigada a conviver as investidas de posicionamentos classistas, exigidos pela atuação no sindicato.

A preocupação em melhorar o salário do professorado estava em primeiro plano para aqueles que dependiam exclusivamente da renda obtida como docente. O aumento do número de professores sindicalizados e o decréscimo dos que faziam do magistério um “bico”, levou a associação a adotar medidas drásticas com relação aos professores que sonegavam o imposto sindical. Conforme o relatório de 18 de fevereiro de 1958, o sindicato de professores de Juiz de Fora apresentou uma tese na Convenção Nacional de Professores, realizada no Distrito Federal, pedindo auxílio na busca por uma solução para “a evasão e sonegação do imposto sindical”. Segundo o documento, esta situação “afetava a economia dos sindicatos”:

(...) ora com lucro para colégios inescrupulosos, que recolhem imposto em quantidade menor do que descontam de seus professores, ora não recolhem de todos; ora, finalmente, com lucro de alguns professores que fazem do magistério um bico, e só querem descontar o imposto sindical para a profissão que lhe dá mais renda, quando a lei é clara: “É obrigado ao imposto sindical todo aquele que exerce a profissão”.<sup>279</sup>

Somando-se a isto, em fevereiro de 1959, o jornal *Gazeta Comercial* noticiou que os estudantes estavam se mobilizando contra os aumentos excessivos das anuidades escolares. O aumento de 30%, autorizado pelo governo, mais “os aumentos afoitos dos colégios antes de cumprirem as exigências legais”, causava descontentamento entre pais e alunos. A “padronização” dos preços dos colégios era entendida como uma negação “aos alunos pobres de procurarem o mais barato”.<sup>280</sup>

Ao falar para jornalistas da época, o Ministro da Educação Clóvis Salgado tratou da Lei de Diretrizes e Bases, das anuidades escolares, do ensino secundário, primário e do registro de diplomas, apenas mencionando a reivindicação dos professores por melhores salários. Em 1959, o professorado de Juiz de Fora completaria três anos sem reajuste salarial e a greve já surgia como única saída para se conseguir o aumento. Em março, estudantes secundaristas entraram em greve, nacionalmente, contra o aumento das taxas escolares. De acordo com o artigo da *Gazeta Comercial*, diversos prefeitos haviam telegrafado ao Presidente da República para reclamar

<sup>279</sup> ANEXO nº 08. p.2. Relatório de 18 de fevereiro de 1958. “Evasão e sonegação do Imposto Sindical”.

<sup>280</sup> *GAZETA COMERCIAL* de 27/02/1959. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

contra a elevação das taxas, entre eles o de Juiz de Fora; na cidade “o preço dos colégios estava majorado em 98%”.<sup>281</sup>

Segundo o Prof. Xavier, a conjuntura econômica do governo de Juscelino causava uma perda salarial difícil de ser recuperada, devido à rapidez com que cresciam os índices da inflação. Colocado frente à necessidade urgente de melhorar os salários, o movimento partirá para o confronto, posição reforçada pela atitude intransigente dos patrões, que se recusavam a aceitar as propostas feitas pelo sindicato.

O governo havia prometido “substancial ajuda aos colégios para que estes pudessem atender às reivindicações dos professores”, mas a categoria estava descrente e dizia “não ter confiança nas propostas (...)”.<sup>282</sup> A respeito da relação com o patronato, naquela conjuntura específica, o Prof. Xavier afirmou que:

(...) na ocasião havia (...) uma ascensão significativa do movimento sindicalista no país e havia por causa disso um medo muito grande, porque se confundia sindicalismo com comunismo. A partir desse momento começou uma espécie de separação entre os patrões e os empregados. Conseqüentemente, começou a existir dificuldade de entrosamento entre as duas entidades, ou seja, os diretores e o sindicato. Naquele momento também, fruto do governo Juscelino Kubitschek começou haver um processo inflacionário muito mais acentuado e muito mais rápido. Como conseqüência, era preciso também que nossos salários fossem reajustados pelo menos nos padrões da inflação (...). Nós pretendíamos obter uma vantagem maior e ficou difícil, ficou difícil, sendo alguns diretores muitos resistentes aos pedidos, as propostas, que estávamos fazendo na época.<sup>283</sup>

A primeira consideração a respeito deste depoimento refere-se ao papel desempenhado pelo “perigo comunista”, que teria levado a um distanciamento entre patrões e empregados, fruto da confusão entre “comunismo e sindicalismo”, dificultando o relacionamento do professorado com os diretores de colégios. Em 1959-1960, ainda estava fresco o impacto resultante do sucesso da Revolução Cubana, além de iniciar-se um momento de expectativa e insegurança em relação ao futuro político do Brasil, com a renúncia de Jânio Quadros e a conturbada posse de João Goulart.

Momentos como este, de acordo com Motta, tinham o poder de ressuscitar a “sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira”, sempre reproduzida “através da ação do Estado, de organismos sociais, e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um

<sup>281</sup> *GAZETA COMERCIAL* de 03/03/1959. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

<sup>282</sup> Livro de Atas nº 02. p.16.

<sup>283</sup> Entrevista realizada com o professor José Xavier. op. cit.

conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista”.<sup>284</sup> Este imaginário trouxe sérias conseqüências para a sociedade brasileira, encontrando no sindicato de professores de Juiz de Fora um terreno fértil para se instalar, conforme analisaremos adiante.

Desde de 1960 tem início o afastamento da associação carioca e a aproximação do sindicato de professores de Belo Horizonte. Em 1961 é criado um local neutro, denominado de “Casa do Professor”, “sem características de sindicato”, conforme afirmou Xavier, pois de acordo com suas palavras o sindicato de professores de Juiz de Fora lutava “pela concordância, pela harmonia, outros sindicatos eram mais agressivos (...)”.<sup>285</sup>

É importante assinalar que a preponderância do que podemos chamar de “eco estamental” não impediu que o sindicato de professores de Juiz de Fora conquistasse direitos importantes. Considerar a força da “igualdade de estima” e sua superação pelas relações de mercado, devido à desvalorização da “expertise” e à impossibilidade de se conseguir melhores salários, significa uma tentativa de buscar um aporte teórico capaz de preencher, com clareza, lacunas que modelos interpretativos já utilizados não conseguiram.

Fora do contexto em que se consolidou a representatividade docente na cidade, poderíamos pensar que a categoria se resumia somente a um grupo conservador e reacionário, que era contra as liberdades políticas, contra a democracia. Entretanto, é preciso recordar, sempre, que as bases desta associação originaram-se em fatores como a honra profissional, o legalismo, a religião, a intelectualidade. Estes aspectos nos auxiliam na compreensão da postura tradicionalista do professorado e de sua aversão ao conflito, como também, demonstram como “regatear”, negociar melhores salários, significava ter que se rebaixar ao nível dos trabalhadores ‘menos qualificados’.

A greve de março de 1959 é essencial para a percepção de como o predomínio estamental se transforma e decai temporariamente, competindo com a ascensão do comportamento classista. Este episódio exemplifica de que maneira a cultura, os valores, as práticas, enfim, a experiência dos trabalhadores, está conectada a seu modo de agir e enfrentar determinadas situações, de escolher estratégias diferentes, em diversos momentos de sua existência.

#### 4.1- O movimento grevista de março de 1959

<sup>284</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá.op.cit. p.22.

<sup>285</sup> Entrevista com o Prof. Xavier.op.cit.



A idéia de um movimento grevista, para o sindicato de professores de Juiz de Fora, deveria ser “revestida” de todas as formalidades jurídicas necessárias. Além disso, era preciso ter certeza de que aquele era o caminho correto a ser seguido e, por isso, segundo o registro do secretário Francisco Bedendo, o professor Waldir de Freitas fez questão de lembrar “os riscos que iríamos correr, para que, no futuro, não viéssemos a nos arrepender de alguma resolução impensada”.<sup>286</sup>

Sobre a greve o professor Cavalieri ressaltou a seriedade com que foi tratada, deixando claro que a mesma só aconteceu devido aos baixos salários:

Nós fizemos a primeira greve de professores. Fomos nós. Fomos nós quem iniciamos, com a participação dos outros, com assistência jurídica, nós fizemos a primeira greve de professores em Juiz de Fora. Para melhor salário, tem que se dizer isso, nós não fizemos bagunça não.(...).<sup>287</sup>

A “bagunça” estava associada aos piquetes e manifestações que os operários faziam para reivindicar seus direitos, mas, de modo diverso, a greve dos professores era um movimento “sério”, amparado juridicamente, “para melhor salário”. As greves de setores educacionais, escolas e universidades, principalmente de docentes, até hoje, são vistas de forma diferente pela sociedade, há a percepção da educação como um ‘bem’ que possui valor, mas não um preço, daí as dificuldades de se compreender sua mercantilização.

Se o movimento grevista fosse realmente deflagrado, nenhum professor poderia voltar às aulas, mesmo que alguns colégios decidissem pagar de acordo com as tabelas aprovadas nas assembléias. A categoria só voltaria às aulas “após ter sido nosso movimento vitorioso em todo o país”. Não foi necessária nenhuma votação a favor ou contra a greve, pois “a assembléia manifestou-se por unanimidade, quanto ao início ou entrada em vigor da primeira greve do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora – imediatamente – isto é, às 17 horas do dia 15 de março de 1959”. Os professores que lecionavam em escolas estaduais não foram obrigados a suspender suas aulas naqueles estabelecimentos. Quanto às escolas religiosas existia um temor de que os docentes não aderissem a greve.<sup>288</sup>

Votou-se uma tabela de pretensões salariais mínimas: cursos do 1º ciclo (ginásio e básico) Cr\$110,00 – para as classes até 20 alunos; Cr\$121,00 – para as classes até 35 alunos; Cr\$132,00

<sup>286</sup> Livro de Atas nº 02. p.18.

<sup>287</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Cavalieri. op. cit.

<sup>288</sup> Livro de Atas nº 02. p.18.

– para as classes até 50 alunos. Nos cursos do 2º ciclo (técnico, científico e normal) Cr\$130,00 – para as classes até 20 alunos; Cr\$143,00 – para as classes até 35 alunos; Cr\$156,00 – para as classes até 50 alunos.<sup>289</sup> Como adendo a tabela formulou-se a resolução de não aceitação da proposta de suplementação do Fundo Nacional do Ensino Médio, tal como se apresentava naquele momento.

A suplementação, conforme especificado no capítulo anterior, consistia em um acréscimo no salário do professorado; contudo, o relatório dos Profs. Marciano Netto e Napoleão Nocera, em 1958, afirma que ela “só poderia ser efetuada através de requerimento dos estabelecimentos particulares de ensino, que por sua vez assumem responsabilidades que implicam, para eles, em perda de crédito, sem uma compensação direta”. Muitos diretores se abstinham em requerer a suplementação pois a mesma impedia o “livre” reajuste das mensalidades escolares.<sup>290</sup>

No dia seguinte ao início do movimento grevista, os donos do Ginásio Felício Lima, localizado no bairro Benfica e que tinha seu corpo docente formado, em grande parte, pelos membros da própria sociedade de proprietários, enviaram um ofício ao sindicato se declarando solidários à greve. Informavam que possuíam dois professores contratados e estavam dispostos a pagar o salário-aula aprovado em assembléia, concordando com o não comparecimento destes professores durante a paralisação. Pediam, contudo, autorização para que o ginásio continuasse funcionando, o que foi aceito pelo movimento.

Dois dias depois, dia 17 de março, com o sindicato em assembléia permanente, na presença de jornalistas e do reitor do colégio Granbery, Rev. William Osbury Harrell, o presidente em exercício Ivan Cavalieri

(...) se congratulou com os associados pela magnífica demonstração de força moral de que estamos dando prova, concitou a todos que se mantenham unidos em torno do ideal comum, denunciando à assembléia os traidores da classe, que denominou de “traíras” e prometendo que seus nomes serão divulgados através de uma lista negra que está sendo organizada (...).<sup>291</sup>

O comparecimento do reitor do colégio Granbery na assembléia, resultava de um ofício pedindo “que aos professores do Internato seja permitido dar aulas, em vista da dificuldade em que se acha o colégio para manter ocupados os alunos”. Reunido com os docentes, o reitor expôs

<sup>289</sup> Livro de Atas nº 02. p.19.

<sup>290</sup> ANEXO nº 08. p.1. Relatório de 18 de fevereiro de 1958. Em 1961 a suplementação se tornaria compulsória, de acordo com relatório de 26/07/1961.

<sup>291</sup> Livro de Atas nº 02. p.20.

os problemas decorrentes da paralisação, fazendo um apelo no sentido de que seu pedido fosse atendido.<sup>292</sup>

A relação dos professores com o Granbery era bastante antiga, estabelecida em um período no qual inexistia a lógica de mercado, do lucro; como escola confessional o colégio tinha prerrogativas que outras instituições não possuíam. Por vir deste estabelecimento, que sempre empregou grande parte dos professores sindicalizados, o pedido passou por diversas considerações.

O Prof. Paula Campos propôs que os docentes “atendessem e fossem ao Granbery, como amigos, para auxiliarem na disciplina, e não, para darem aula”; o Prof. Menezes propôs a aplicação de atividades extra-escolares ou de estudos dirigidos, caso algum professor decidisse atender ao pedido do reitor. Porém, de acordo com o registro em ata, o ofício deixava claro o apelo para que fossem dadas “aulas” e não outras atividades. A assembléia decidiu que as propostas apresentadas fossem escolhidas através de votação, sem a presença do reitor e sem a participação dos professores que lecionavam no Granbery, para que não houvesse constrangimento.

Contudo, no momento em que o Rev. William se retirava, foi impedido pela Prof. Zilda, que trabalhava no Granbery há 31 anos e que fez questão de declarar seu voto na frente do reitor afirmando:

(...) segundo suas próprias palavras, que ama aquele educandário com todas as forças de sua alma, que deu a ele 31 anos de um trabalho honrado, sem uma única falta, declara, de público votar contra a pretensão do colégio, para não furar a greve. As palavras de D. Zilda, tão eloqüentes e sinceras, provocaram, entre os presentes, (...) uma verdadeira onda de entusiasmo em favor da causa comum.<sup>293</sup>

A proposta do reitor foi derrotada por unanimidade. O Prof. Francisco Bedendo comunicou ainda que, naquela manhã, a Profª. Irene Montes havia recebido um telefonema, convocando-a a comparecer no Granbery para dar aulas aos internos. A professora, porém, disse que só responderia mediante decisão da assembléia permanente do sindicato, o que acabara de ocorrer.

No dia 19 de março, o Deputado Federal e professor, Abel Rafael Pinto compareceu ao sindicato. Abel havia sido vereador em Juiz de Fora pelo PR – Partido Republicano e agora era

---

<sup>292</sup> Idem.

<sup>293</sup> Livro de Atas nº 02. p.21.

Deputado pela mesma agremiação. Em seu discurso ele se referiu ao momento “difícil que atravessamos e de seu desejo, que sabe ser o nosso, de ver resolvido o problema do ensino”.<sup>294</sup>

Como professor, prometeu atuar na Câmara em busca de solução para o caso, afirmando que:

Considera justa a greve e, embora sendo, também, pai de numerosa prole, não vê exagero nas pretensões dos professores. Discorreu, ainda, sobre as agruras do professorado, a transformação dos colégios em empresas que exploram o ensino, disse que nossa greve é diferente, é uma greve distinta, cuja solução é, por isso mesmo, mais demorada.<sup>295</sup>

Finalizando, prometeu atuar com eficiência na discussão da LDB – Lei de Diretrizes e Bases, defendendo “o ensino livre e os exames fiscalizados”, declarou ser contra o monopólio do ensino pelo Estado, como também à ditadura dos colégios. Ofereceu-se para advogar a favor dos interesses do sindicato, tendo o Prof .Xavier lhe entregado um “esquema” das pretensões do professorado.<sup>296</sup>

O discurso do professor e deputado Abel Rafael Pinto, demonstra como a greve dos professores era vista pela própria categoria: “nossa greve é diferente, é uma greve distinta”, portanto, uma greve diversa daquelas desencadeadas pelo operariado, já que o assunto em questão era a educação. O deputado critica “a transformação dos colégios em empresas que exploram o ensino”, situação que reflete o crescimento dos investimentos capitalistas no setor educacional e, conseqüentemente, o aumento da exploração do professorado.

No dia 21 de março foi comunicado, em assembléia, o decreto do Governo que determinava o fim da greve no Rio de Janeiro. Entretanto, tal decreto não favorecia em nada o caso de Juiz de Fora. O Prof. Lamas, Diretor da Inspeção Seccional em Juiz de Fora, relatou por telefone sua conversa com o Dr. Gildásio Amado, Diretor da Inspeção Seccional do Ensino Secundário Federal, dizendo que o mesmo “havia se surpreendido ao saber da existência de um Sindicato de Professores em Juiz de Fora, que não viria a cidade nenhum representante do Ministério e que voltássemos as aulas”.<sup>297</sup>

<sup>294</sup> Até 1961, Abel Rafael Pinto foi filiado ao PR - Partido Republicano (fundado por Arthur Bernardes, em 1945, como sucessor do antigo Partido Republicano Mineiro). Em 1962, Abel filiou-se ao PRP - Partido de Representação Popular, criado por Plínio Salgado em 26 de setembro de 1945 e extinto pelo Regime Militar, por intermédio do Ato Institucional Número Dois - o AI-2, em 27 de outubro de 1965. A partir de 1966, o Deputado se liga à ARENA - Aliança Renovadora Nacional, partido recém-fundado com a intenção de apoiar o regime autoritário instalado no Brasil após 1964. Ver: [http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep\\_Inativo\\_Detalhe.asp?id=410176](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Inativo_Detalhe.asp?id=410176).

<sup>295</sup> Livro de Atas nº 02. p.22.

<sup>296</sup> Livro de Atas nº 02. p.22 (verso).

<sup>297</sup> Livro de Atas nº 02. p.24.

Após uma semana de paralisação e resolvido o caso dos salários dos professores em todo o Brasil, os diretores procuraram o sindicato para um entendimento direto. A tabela de reajuste, apresentada anteriormente, havia sido calculada a partir do princípio de igualdade das anuidades escolares. Acontece que o pedido, ou não, da suplementação ao governo poderia causar diferenças entre o valor das anuidades cobradas em cada estabelecimento particular de ensino. No caso das escolas confessionais, por exemplo, a suplementação era bem vinda, pois nestes colégios o dinheiro arrecadado dirigia-se somente para a manutenção do estabelecimento. Para as escolas laicas, o interesse principal estava no lucro e, desta forma, requerer a suplementação significava manter anuidades baixas, o que não era rentável.

Chegou ao sindicato, no dia 23 de março, uma proposta vinda do diretor do Granbery, que pleiteava o reajuste salarial em base percentual, percebido pelos professores como uma medida que só iria beneficiar os donos de colégios, pois os docentes que recebiam um salário melhor sairiam prejudicados “persistindo, ainda, as grandes diferenças de salários”.<sup>298</sup> A diferença salarial era consequência não só da privatização do ensino, como também do descumprimento da legislação, que estipulava o piso para remuneração da categoria.

Os estabelecimentos particulares de ensino que respeitavam as tabelas legais de reajuste remuneravam melhor seus docentes. Colégios como o Instituto Vianna Júnior e São José pagavam salários baixíssimos. A manutenção do movimento grevista dos professores de Juiz de Fora objetivava conseguir, da Diretoria do Ensino Secundário, que a suplementação fosse compulsória, evitando-se as discrepâncias entre os salários da categoria.

Nas várias assembleias, ocorridas durante a greve, já havia sido apontado o caso de pessoas que exerciam o magistério como um “bico”, não se importando com as dificuldades enfrentadas por grande parte da categoria, que dependia exclusivamente de seu salário como professor. Agora, diante da necessidade de ir ao Rio de Janeiro para negociação, o Prof. Pigozzo pediu, na reunião de 22 de março, que “se manifestasse um professor que vivesse exclusivamente do magistério”.<sup>299</sup>

Porém, o Prof. Marciano Netto disse que aquele “não era o momento de cindir o sindicato”, sendo apoiado pelo Prof. Xavier que ressaltou ser “o movimento dos professores, sindicalizados ou não”. A tabela de reajustes proposta pelo sindicato estava sendo considerada

---

<sup>298</sup> Livro de Atas nº 02. p.24.-25.

<sup>299</sup> Livro de Atas nº 02. p.25.

por alguns docentes como “absurda”, “muito elevada”, como foi o caso do Prof. Panisset que votou contra por preferir a tabela apresentada pelos diretores.

Esta situação revela claramente a existência de uma cisão entre os professores que segundo Xavier, eram “mais afoitos, mais lutadores”, vivendo somente do magistério e aqueles que exerciam a docência como uma atividade extra, um “bico”, não dependendo diretamente do que recebiam como professor. Estes últimos eram representados por docentes como Panisset, que ia às reuniões como substituto do proprietário do colégio no qual trabalhava.

Foi a acentuação, naquele momento, do comportamento classista entre o professorado que levou à percepção da existência de duas categorias distintas: professores de um lado e patrões de outro. Entretanto, ainda que tal distinção tenha sido percebida pelos professores, ela não foi suficiente para causar uma ruptura entre professores e diretores. Apesar das divergências, a primeira tabela <sup>300</sup> foi aprovada, sendo encaminhada por uma comissão para negociação no Rio de Janeiro, através da Diretoria do Ensino Secundário.<sup>301</sup>

Quanto ao pedido de que o reajuste salarial se desse por base percentual, o sindicato enviou ofício aos diretores com resposta negativa, recebendo a associação outro ofício dos patrões, no qual ofereciam 30% de aumento. Como condição, exigiam que os professores se apresentassem ao trabalho no próximo dia 30 de março, condicionando melhorias posteriores à aprovação de suas tabelas pelo Ministério da Educação. Porém, de acordo com o registro em ata, o referido ofício continha “ameaças veladas aos que não comparecessem as aulas”, taxando a greve de ilegal.<sup>302</sup>

Tal colocação dos diretores causou indignação geral e entre algumas manifestações contrárias à linguagem grosseira dos patrões, o secretário transcreveu a do colega Helyon de Oliveira, que declarou: “Insinuavam, até agora, concordar com a greve, porque ela lhes era favorável; agora, que nos batemos por um salário digno, é a greve taxada de ilegal. Não era assim que pensavam antes”. O Prof. Vilas Bouçadas, acrescentou ainda que: “O próprio Governo

---

<sup>300</sup> Para os cursos do 1º ciclo (ginásio e básico) Cr\$110,00 – para as classes até 20 alunos; Cr\$121,00 – para as classes até 35 alunos; Cr\$132,00 – para as classes até 50 alunos. Nos cursos do 2º ciclo (técnico, científico e normal) Cr\$130,00 – para as classes até 20 alunos; Cr\$143,00 – para as classes até 35 alunos; Cr\$156,00 – para as classes até 50 alunos.

<sup>301</sup> Livro de Atas nº 02. p.25 (verso).

<sup>302</sup> Livro de Atas nº 02. p.26. De acordo com o registro em ata “o item d do ofício contém ameaças veladas aos que não comparecerem às aulas e taxa a greve de ilegal”.

compactuou com a greve, dando-lhe mesmo seu apoio, já que ofereceu recursos aos colégios, para que esses pagassem aos professores”.<sup>303</sup>

A comissão designada para ir ao Rio de Janeiro retornou no dia 26 de março trazendo o seguinte acordo: a) para os cursos ginásiais e básicos um aumento de Cr\$26,00 sobre 1958, nos salários-aula, para turmas com 35 alunos ou mais; b) para os cursos técnicos de contabilidade e de formação, um aumento de Cr\$27,00; c) para os cursos colegiais, um aumento de Cr\$31,00. Além disso, o acordo garantia a decisão da Justiça do Trabalho referente ao dissídio coletivo instaurado pelos professores e o reajuste salarial, caso o governo designasse aos colégios alguma suplementação especial naquele ano.<sup>304</sup> Como adendo aos itens acima, os professores sugeriram acrescentar que nenhuma punição seria aplicada contra aqueles que participaram da greve.<sup>305</sup>

O Prof. Xavier, um dos integrantes da comissão que foi ao Rio de Janeiro para negociar o reajuste salarial, falou sobre a viagem:

Então fomos ao Rio de Janeiro com o Dr. Lamas e numa condução própria do Ministério da Educação. E lá fomos discutir com ele a problemática que havia. Eu não me lembro mais assim dos detalhes não... Mas, chegando lá discutimos longamente com ele,(...) e me lembro que... de outros professores que foram também, nós éramos aí uns quatro, com o Dr. Lamas e no fim trouxemos de lá a solução do Dr. Gildásio. O Dr. Gildásio era a maior autoridade em educação no Brasil depois do Ministro da Educação. Aí trouxemos a solução e a coisa se apaziguou e funcionou tudo direitinho.<sup>306</sup>

Ainda na reunião de 26 de março, o Prof. Hélio Pigozzo apresentou um voto de pesar contra a atitude do professor José Francisco Simões, que declarou “não ter tomado parte na greve, por ser a mesma ilegal e baseada em princípios comunistas”. Quanto ao fato da greve ser considerada ilegal, por membros da própria categoria, o Prof. Ivan Cavalieri confirma que isto havia mesmo acontecido: “foi taxada. Mas nós não nos importamos. (...) Nós fizemos a greve e estávamos responsáveis por todas as conseqüências. Nós iríamos até o fim”. Ele garantiu que se o aumento não tivesse sido concedido “nós iríamos demorar com essa greve muito tempo. O que seria pernicioso para a educação”.<sup>307</sup>

Apesar da greve ter sido vitoriosa, durando duas semanas, problemas começaram a surgir logo que se homologou o acordo. O Ginásio Bicalho, representado pelo Prof. Afrânio de Carvalho, havia deixado de assinar o compromisso firmado no Rio, aproveitando a assembléia do

<sup>303</sup> Livro de Atas nº 02. p.26.

<sup>304</sup> ANEXO nº 09. Termo de Acordo assinado no Rio de Janeiro em 25/03/1959.

<sup>305</sup> ANEXO nº 10. Ratificação do Termo de Acordo, assinado em Juiz de Fora no dia 28/03/1959.

<sup>306</sup> Entrevista realizada com o Prof. José Xavier. op. cit.

<sup>307</sup> Livro de Atas nº 02. p.27(verso).

dia 28 de março para pedir “que fosse permitido ao ginásio um acordo em separado”. Caso isto não ocorresse o colégio teria que fechar as portas.

O fato do próprio diretor do ginásio, Sr. Marcílio Botti, não comparecer a assembléia tinha seus motivos. Quando foi enviado o primeiro ofício ao sindicato, com a proposta dos diretores, o Ginásio Bicalho havia oferecido 30% de aumento. Calculado sobre o salário-aula de 1958, no valor de Cr\$58,00, o acréscimo seria de Cr\$17,40; porém, agora, o colégio oferecia somente Cr\$12,00 de reajuste, alegando não ter condições de arcar com os novos índices salariais. Dois professores que lecionavam no ginásio disseram que o Prof. Marcílio estava usando de coação para forçar a aceitação de sua proposta, “ameaçando demitir os professores ou fechar o colégio”.<sup>308</sup>

O Dr. Romeu Vianna, da Escola Técnica de Comercio Vianna Junior e Colégio São José, também quis justificar o porque de não ter assinado o acordo. O diretor disse que assinaria “assim que o governo garantisse a suplementação” para os curso comerciais. A Escola São Jorge e o Colégio Moraes Junior foram utilizados como exemplo pelo Dr. Vianna, já que os dois estabelecimentos disseram que “aumentadas as anuidades, haveria uma debandada de alunos”. O Sr. Romeu ainda tentou aprovar sua proposta, que foi rejeitada por todos da assembléia.<sup>309</sup>

O impasse criado pela negativa dos colégios, citados acima, em assinar o acordo fez com que o movimento se revigorasse, embora a greve já estivesse dada como terminada e os diretores contassem com a presença dos professores em sala na segunda feira, dia 30. No dia 29 de março, o Sr. Marcílio Botti compareceu à reunião do sindicato e os irmãos Vianna, Joaquim e Antônio, enviaram um ofício através do Prof. Afrânio, proprietário do Colégio Moraes Júnior. O Sr. Marcílio Botti, de acordo com a transcrição do secretário, “procurou justificar sua negativa anterior, afirmando que não tinha autorização para resolver o caso sozinho”. No ofício dos irmãos Vianna havia, também, a justificativa da falta de suplementação para o curso comercial.

Entretanto, a assembléia tomou conhecimento de um telefonema, recebido naquele momento, do inspetor federal, afirmando estar o curso comercial incluído na suplementação do Ministério da Educação. Tendo sido derrubado o único motivo para que o colégio Vianna não assinasse o termo de acordo, o Prof. Afrânio pediu uma pausa para entrar em contato com os diretores daquele colégio. Voltou acompanhado do Sr Joaquim Vianna, que fez uma apologia ao movimento grevista, dizendo que “se também fosse professor, não trepidaria em lutar conosco” e

<sup>308</sup> Livro de Atas nº 02. p.28.

<sup>309</sup> Livro de Atas nº 02. p.29.



continuou, dizendo que o professor era mal remunerado e deveria receber “200% de aumento”, acabando com “essa história de assinar acordos e não cumpri-los”.<sup>310</sup>

O Instituto Vianna Júnior serve como exemplo para a compreensão de como se deu o crescimento das escolas laicas em Juiz de Fora e o posterior distanciamento entre professores e patrões. Em 1942, quando ainda era professor, Joaquim Henrique Vianna era filiado ao sindicato; no livro de filiação não consta a data de sua saída, talvez isto sequer tenha ocorrido, pois era comum a admissão de “professores-diretores” na associação.

A mudança, de professor para dono de escola, inicia-se em 1940, quando os irmãos Vianna (Joaquim, Antônio, Romeu e Walbet), adquirem a Escola Primária Alvina de Paula, que funcionava à época, na Av. Rio Branco, em frente ao Cine Excelsior. Foram oferecidos cursos livres, supletivos e preparatórios, para Postalistas, Bancários e Escola Militar, dentre outros. Logo depois, foi criada a Escola Comercial do Instituto Vianna Júnior, que ministrava o Curso Básico, tornando-se, em seguida, Escola Técnica de Comércio, ao implantar o Curso Técnico de Contabilidade, em 1950.<sup>311</sup>

Em junho de 1955 os irmãos Vianna compram a Escola Primária Celeste Cunha Faria, já extinta, e o Colégio São José, vendido pelos herdeiros do Prof. Francisco Faria, implantando os Cursos Ginásial e Científico.<sup>312</sup> O Sr. Joaquim Vianna foi descrito pelo Prof. Xavier como o último a aceitar os acordos:

O Vianna queria faturamento e ele tinha um alunado grande, funcionava aqui na avenida Rio Branco... E eles queriam faturar bem, e eles tinham muitos alunos de famílias abastadas que podiam pagar bem. E eles reagiam, reagiam, reagiam porque eles queriam pagar pior. Eles queriam pagar pouco. Isso foi, era... todo ano o São José era o último a concordar, o último a chegar a um acordo com a gente.<sup>313</sup>

Na época da greve, o Prof. Cavalieri trabalhava no colégio Vianna Junior, sobre o salário dos professores ele afirmou em entrevista:

(...) Eu não queria citar o nome. Mas foi Henrique Vianna Junior, grande orador, um homem que sabia falar bonito, foi vereador de Juiz de Fora, um homem ilustre. Mas ele tinha lá as suas idéias e não quis pagar melhor. Ele pagava a gente por vale semanal. Você já ouviu falar no Prof. Marsicano Ribeiro? Meu colega do tempo do sindicato. Ele recebia vale semanal, é

<sup>310</sup> Livro de Atas nº 02. p.30.

<sup>311</sup> Ver a página na internet <http://www.viannajr.edu.br/historia/index.asp>.

<sup>312</sup> Ver a página na internet <http://www.viannajr.edu.br/historia/index.asp>.

<sup>313</sup> Entrevista realizada com o Prof. José Xavier. op. cit.

possível? (...) Nós pra vivermos nós tínhamos que receber migalhas, para viver!  
Nós vivíamos do ideal.(...).<sup>314</sup>

Segundo o registro do livro de atas, o Sr. Joaquim Vianna, após seu discurso, fez uma proposta inesperada de pagar pela Portaria nº 204, caso o governo não oferecesse a suplementação para o curso comercial. Se a suplementação fosse liberada, o diretor se comprometia em ratificar o termo de acordo assinado no Rio de Janeiro. Tal proposta foi aceita e a greve encerrada.<sup>315</sup>

O comportamento classista da categoria, que havia auxiliado na percepção de quem era professor “de verdade” e de quem eram os diretores “disfarçados” de professores, permitiu a manutenção da greve até que o Sr. Joaquim Vianna, diretor do colégio que pior remunerava seus docentes, aceitasse as reivindicações salariais do movimento. Entretanto, a efemeridade destes sentimentos de união, que surgiram durante o movimento grevista, nunca foi capaz de superar a ligação ‘extramercado’ entre docentes e donos de colégios.<sup>316</sup>

Cabe ressaltar, que o papel principal desta greve foi o de agregar a categoria, trazendo ao cotidiano da entidade uma postura mais combativa. Durante toda a história do movimento, no período aqui estudado, este foi o único momento em que os professores deixaram aflorar seus sentimentos de classe, externados em um posicionamento forte e resolutivo, com disposição para superar as dificuldades de atuação, enumeradas pelo Prof. Xavier em meio à greve:

(...) Vezes sem conta tem sido necessário mandar o livro de presenças à casa do professor, pedir uma assinatura que acaba sendo negada. Dificuldades para se fazer uma eleição, obstáculos de toda espécie, e, principalmente, a ação nefasta daqueles que nada disso sabem e, nas rodinhas da rua Halfeld, criticam, criticam sempre, no afã de fazer ruir de uma vez, o pouco que ainda resta de uma associação de classe que acaba de provar, aos olhos de todos, com a deflagração dessa greve, a força de que é possuidora, quando todos os seus membros se mantêm unidos em torno dela. (...) Não temos sede, porque nos faltam recursos para mantê-la; faltam-nos recursos, porque a maioria dos professores não paga as suas mensalidades. Essa é a realidade. O mais é demagogia.<sup>317</sup>

Ainda que a greve tenha propiciado um comportamento classista, isto não significa que a categoria tenha ultrapassado sua condição estamental e se transformado em uma ‘classe para si’. A idéia de um confronto permanente com os diretores não fazia parte dos planos do movimento

<sup>314</sup> Entrevista realizada com o Prof. Ivan Cavalieri. op. cit.

<sup>315</sup> Livro de Atas nº 02. p.31.

<sup>316</sup> Livro de Filiação. p.2. Joaquim Henrique Vianna Júnior foi o sócio de número 32 da associação.

<sup>317</sup> Livro de Atas nº 02. p.27 (verso). Reunião de 26 de março de 1959.

docente. O que aconteceu, em seguida à ascensão do comportamento combativo, foi o retorno à postura conservadora anterior, lembrando o vigor do tradicionalismo da década de 1930.

Quando o movimento grevista de 1959 chegou ao fim, segundo o Prof. Xavier, não havia mais disposição para continuar o embate com o patronato, pois existia o medo de que João Goulart criasse no Brasil uma “República Sindicalista”:

Nós conseguimos um resultado relativamente bom, mas aquilo causou um certo desgaste e em prosseguimento o movimento sindicalista estava muito forte.(...) Tanto que nós estávamos com medo do governo fazer do Brasil uma República Sindicalista.<sup>318</sup>

Agora, cerca de 25 após a Intentona Comunista de 1935, novamente o temor ao comunismo ressurgia com força, não que tivesse sido deixado de lado. Na verdade, o sentimento anticomunista estivera oculto desde 1954, aguardando o momento certo para vir à tona. Foi exatamente quando o movimento sindical tendia à radicalização e ao confronto que este sentimento ressurgiu, trazendo graves conseqüências para a sociedade brasileira.

## 4.2 - A “Casa do Professor”: a caminho do Golpe Civil-Militar de 1964

As acusações de João Neves, ex-ministro das relações exteriores do segundo Governo Vargas, de que Getúlio e Jango teriam assinado um acordo secreto com os governos da Argentina e do Chile, em 1954, com o objetivo de se criar uma “República Sindicalista” no Brasil, jamais deixaram de causar temor entre a categoria docente.

Em 1960 Jânio Quadros foi eleito Presidente da República pelo PTN – Partido Trabalhista Nacional, tendo sua candidatura endossada pela UDN. Ganhou com vitória esmagadora, conseguindo 48% dos votos. O vice foi novamente João Goulart pelo PTB com 38% dos votos, apoiado pelo PSD. A campanha de Jânio pautou-se pela crítica a corrupção, a ineficiência burocrática e a injustiça social. Goulart, entretanto, lançou um programa de reformas no qual enfatizava a necessidade de mudanças econômicas e sociais para o Brasil.

Segundo Argelina Cheibub Figueiredo o curto período do mandato de Quadros foi personalista e suprapartidário, com a implementação de políticas “controvertidas e contraditórias” que causaram cisões na UDN, seu principal partido de apoio, além de conflitos no Congresso

<sup>318</sup> Entrevista com o Prof. Xavier. op.cit.

Nacional. Sete meses depois, quando renunciou, os partidos políticos sequer contestaram sua decisão. João Goulart estava na China quando Jânio apresentou sua renúncia, o que fez com que os ministros militares de Quadros aproveitassem a ausência do vice-presidente para impedi-lo de assumir a presidência. Havia uma desconfiança quanto ao estilo político de Goulart, como também quanto à sua liderança sobre o movimento trabalhista.<sup>319</sup>

A chegada de João Goulart a Presidência da República fez com que o sindicato de professores de Juiz de Fora retomasse sua característica conciliatória e de desmobilização, conforme veremos neste capítulo. Devido à preocupação com os rumos que Jango daria ao país e ao sindicalismo, a associação inicia uma articulação para paralisar suas atividades na cidade, pelo menos em sua sede. Além disso, se afasta do sindicato de professores do Rio de Janeiro, aproximando-se do sindicato docente de Belo Horizonte.

As objeções a Goulart, feitas pelos ministros militares de Quadros, foram externadas no “Manifesto à Nação”, que relembrou sua atuação como Ministro do Trabalho de Vargas, em 1954, quando “tinha demonstrado claramente suas tendências ideológicas estimulando e mesmo promovendo agitações freqüentes e sucessivas com propósitos políticos”. Goulart ainda era acusado de infiltrar líderes esquerdistas e comunistas no movimento sindical, apoiando greves e simpatizando com a União Soviética e a República Popular da China.

Para os ministros militares, se Jango assumisse a presidência, o país entraria em um período de crise e agitação política, na cidade e no campo, de subversão armada, “através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã”.<sup>320</sup>

João Goulart tomou posse com poderes diminuídos, em 7 de setembro de 1961. A “solução parlamentarista”, uma solução de compromisso com a institucionalidade, foi resultado de uma ampla coalizão que objetivou impedir o golpe pelos ministros militares de Jânio Quadros, garantindo o arcabouço institucional vigente. Contudo, com os poderes presidenciais restritos, Jango se viu impedido de iniciar as reformas sócio-econômicas prometidas durante sua campanha, o que frustrou as expectativas dos grupos nacionalistas e de esquerda.<sup>321</sup>

Para o Congresso o sistema parlamentarista oferecia a garantia do controle sobre Goulart, comprometido com um programa de reformas que poderia prejudicar os interesses representados

<sup>319</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p.35-36.

<sup>320</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op.cit. p.37.

<sup>321</sup> Idem. p.51.

pelos partidos conservadores, que detinham sozinhos 57% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 62% no Senado. Portanto, o Parlamentarismo era fundamental para que as reformas se dessem de forma gradual, com profundidade e ritmo mediados pelo Congresso.<sup>322</sup>

Entretanto, os diversos grupos políticos que apoiavam Goulart esperavam que ele cumprisse seu programa de mudanças sócio-econômicas. As “reformas de base” abrangiam algumas reformas – bancária, fiscal, urbana, agrária e universitária – além das mudanças políticas e institucionais, como a extensão do direito de voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas, e também a legalização do Partido Comunista.

As reformas incluíam políticas nacionalistas que iam desde o controle do capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia. Mesmo como parte de um programa global, a reforma agrária, entre outras medidas, se transformaram em “objetos de iniciativas de políticas públicas”, polarizando a luta política. As “reformas de base”, quanto ao seu alcance e objetivos, eram vistas de forma diferente pelos grupos nacionalistas e de esquerda.

De acordo com Argelina Figueiredo, as esquerdas formaram, desde o início do governo de Jango uma “coalizão pró-reformas”<sup>323</sup> na qual pode se destacar a liderança de Leonel Brizola, que surgia naquele momento como líder popular, nacionalista e de esquerda. Jorge Ferreira afirma que Brizola liderava seu próprio grupo político dentro do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, autodefinido como “os nacional-revolucionários”. O papel desempenhado por Leonel Brizola na Campanha da Legalidade, além de suas iniciativas como Governador do Rio Grande do Sul, “o projetaram como liderança no campo das esquerdas”. Brizola encampou empresas norte-americanas e criou 680 mil vagas escolares, enfrentando com coragem a “direita civil-militar na crise agosto de 1961”.<sup>324</sup>

Em novembro de 1961 foi aprovada a Declaração de Belo Horizonte, que definia os objetivos e estratégias dos camponeses e movimentos rurais em relação à reforma agrária. As posições defendidas pelas Ligas Camponesas prevaleceram sobre as abordagens mais moderadas do Partido Comunista, reafirmando a oposição do movimento à pretensão de revisões agrárias e “outras manobras visando à manutenção indefinida do *status quo*”. A Declaração de Belo

<sup>322</sup> Idem, p.52.

<sup>323</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op.cit. p.66.

<sup>324</sup> FERREIRA, Jorge. *O Trabalhismo Radical e o Colapso da Democracia no Brasil*. In: FICO, Carlos (org.). *1964-2004: 40 ANOS DO GOLPE: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. p.42.

Horizonte proclamava a defesa da reforma agrária radical, definida como uma transformação imediata da estrutura agrária brasileira, exigindo mudanças constitucionais que permitissem a indenização das terras desapropriadas com títulos da dívida pública.<sup>325</sup>

O latifúndio também deveria ser substituído pela propriedade individual ou coletiva camponesa e pelas fazendas estatais. Outras “medidas parciais” foram incluídas em projetos apresentados por outros grupos, conseguindo o apoio de setores mais amplos das forças políticas e sociais. Argelina Figueiredo afirma que, apesar da heterogeneidade destas forças, a “reforma agrária radical” tornou-se palavra de ordem dos vários grupos de esquerda e do movimento trabalhista.<sup>326</sup>

Goulart, em meio ao movimento pró-reformas que se estruturava, estava dividido entre a necessidade de consolidar o apoio parlamentar para as reformas e a necessidade de manter a ampla coalizão de esquerda pró-reformas. Ao mesmo tempo em que devia se comprometer com as demandas da esquerda devia, também, tranquilizar os conservadores, garantindo seus direitos de propriedade e o respeito aos canais institucionais de decisão política. O objetivo principal era recuperar os poderes presidenciais plenos, portanto, era fundamental garantir aos conservadores que o presidente não iria violar estes princípios.<sup>327</sup>

Mas para manter sua liderança entre os grupos de esquerda, que pressionavam o governo por medidas radicais de reforma agrária, Jango passou a defender a necessidade de mudanças profundas, com acentuado destaque para a mudança constitucional. Estava comprometido, basicamente, com o retorno ao presidencialismo, sem se preocupar com o apoio das forças partidárias no Congresso.

A intenção era iniciar uma campanha para antecipar o plebiscito que estava previsto para 1965 e que escolheria o sistema definitivo de governo, medida estabelecida no Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo. Com êxito, Goulart conseguiu que o Congresso se rendesse e aprovasse, em setembro de 1962, a realização do plebiscito para janeiro de 1963. Nesta consulta popular cerca de 9,5 milhões de pessoas, de um total de 12,3 milhões de votantes, restituíram o sistema presidencialista e Jango assumiu a presidência do Brasil.<sup>328</sup>

---

<sup>325</sup> FERREIRA, Jorge. *O Trabalhismo Radical e o Colapso da Democracia no Brasil*. In: FICO, Carlos (org.). op.cit. p.67-68.

<sup>326</sup> Idem. p.69.

<sup>327</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op.cit. p.71.

<sup>328</sup> Idem. p.74-75.

A. chegada de João Goulart à Presidência da República desencadeou reações diferentes na sociedade. Mesmo com a ascensão do movimento sindical, que tendia para a radicalização e o confronto, resultado da união de grupos políticos bastante heterogêneos, o sindicato de Juiz de Fora assumiu uma posição antimudanças, anticonflitos, em consonância com o predomínio da tradição e do conservadorismo.<sup>329</sup>

Antes mesmo que Jango assumisse, como presidente, o sindicato, desde 1961, já articulava uma aproximação com a associação de professores de Minas Gerais. A parceria entre Juiz de Fora e Belo Horizonte se concretizou entre 1960 e 1964, muito embora os contatos com o sindicato carioca continuassem, devido às reuniões da FITEE (Federação Interestadual de Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino) que era então presidida por José Barreto de Almeida, do sindicato de professores do Rio de Janeiro. Em setembro de 1961, mesmo após Belo Horizonte se recusar a ceder parte de sua base territorial à Juiz de Fora,<sup>330</sup> Xavier comunica aos professores que “o presidente do sindicato de Belo Horizonte estivera consigo e havia demonstrado grande interesse em manter relações amistosas com nosso sindicato”.<sup>331</sup>

Mas a relação entre as duas associações nem sempre havia sido amistosa. Existia uma disputa por base territorial, desde 1942, e também sobre qual sindicato teria sido fundado primeiro. A entidade de Belo Horizonte afirma ter sido criada em 1933, cerca de um ano antes do sindicato de Juiz de Fora. Questionados a este respeito, os professores entrevistados fizeram questão de reafirmar o pioneirismo da associação de Juiz de Fora no estado de Minas Gerais. Segundo o Prof. Cavalieri, o sindicato da cidade “(...) era mais antigo, nós fizemos o primeiro sindicato de professores de Minas Gerais. Depois Belo Horizonte quis encampar o nosso. Não foi, não foi possível. Porque Juiz de Fora é sempre uma terra distante, fisicamente e civicamente, distante de Belo Horizonte”.<sup>332</sup>

Na reunião de 5 de maio de 1962 foi debatido “o interesse de Juiz de Fora em desligar-se do Rio de Janeiro, anexando-se ao Sindicato de Professores de Belo Horizonte”.<sup>333</sup> Mas porque se desligar do Rio de Janeiro, parceiro desde 1944? De acordo com o registro em ata “(...) a

<sup>329</sup> ANEXO nº 11. Relatório elaborado pelo professor Marciano Netto, em 26/07/1961.

<sup>330</sup> ANEXO nº 12. Cópia da ata da assembléia realizada no dia 01/09/1957, na qual se afirma a necessidade de ampliação da base territorial da associação de Juiz de Fora, para toda a zona em que tem jurisdição a Inspeção Seccional do Ensino, “para efeito do recebimento do Imposto Sindical, que está vazando, atualmente, para os cofres do Sindicato de Belo Horizonte”. ANEXO nº 13. Ofício dirigido ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio requerendo a extensão da base territorial do sindicato, em 18/07/1958.

<sup>331</sup> Livro de Atas nº 02. p.45.

<sup>332</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Cavalieri. op. cit.

<sup>333</sup> Livro de Atas nº 02. p.50.

Federação a se formar daria ao nosso (sindicato) maior base territorial”. Contudo, os anos de parceria com a associação carioca foram encerrados pelo conservadorismo e pela influência de uma conjuntura política extremamente instável, iniciada com a renúncia de Jânio Quadros.

Acreditamos que o temor da “ameaça comunista” foi responsável pelo afastamento progressivo da associação de Juiz de Fora do sindicato de professores do Rio de Janeiro.<sup>334</sup> Se nos livros de atas a justificativa para o desligamento é a ampliação da base territorial, que havia sido negada por Belo Horizonte há alguns anos atrás, Xavier afirma que as motivações para o afastamento foram políticas:

(...) o Bayard Boiteux no Rio estava comunizando o professorado do Rio de Janeiro, e nós discordávamos daquela idéia. Então, até se pensou, se pensou, se pensou apenas... em extinguir o de Juiz de Fora e nos anexarmos ao de Belo Horizonte.<sup>335</sup>

Não é novidade que boa parte das chamadas “classes médias” incorporaram o discurso da direita de que a posse de Jango traria a “República Sindicalista” ou o comunismo para o Brasil. Rodrigo Patto Sá Motta demonstra que “o anticomunismo foi um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira”. Durante a vigência da República, os anos de 1937 e 1964 se constituíram em marcos de ruptura institucional, materializados em regimes autoritários de “larga duração e conseqüências profundas”.<sup>336</sup>

O comunismo ameaçava a unidade nacional, estimulando a luta de classes, vinculando-se a uma potência estrangeira, o que só podia significar uma ameaça a pátria. Ele habitava os pesadelos dos conservadores, à medida que representava o fantasma da desagregação e da ruptura da ordem.<sup>337</sup> Os vínculos entre nacionalismo e anticomunismo são muito fortes e podem ser identificados nas políticas adotadas pelo governo em períodos de ofensiva anticomunista, como no Estado Novo e no Regime Militar. A valorização dos deveres cívicos e patrióticos, o estímulo ao culto dos símbolos, das datas e dos heróis nacionais, suscitou até mesmo as reformas educacionais.<sup>338</sup>

<sup>334</sup> ANEXO nº 14. Acordo salarial proposto pelo diretores de estabelecimentos de ensino de Juiz de Fora ao sindicato de professores, em 20/11/1962.

<sup>335</sup> Entrevista realizada com o professor José Xavier. op. cit.

<sup>336</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá.op.cit. p.26-27.

<sup>337</sup> Idem. p.34.

<sup>338</sup> Idem. p.36.



Durante o Estado Novo é importante recordar que o sindicato de professores auxiliou nos esforços do governo para estimular a valorização dos deveres cívicos, organizando uma “Comissão Orientadora”. Esta comissão realizava palestras sobre os símbolos nacionais e preparava conferências para o operariado, como a ministrada pelo Prof. Emílio Giacomini sobre “A Bandeira do Brasil”.<sup>339</sup> O fato é que, em 1963, a união entre Juiz de Fora e Belo Horizonte já estava consolidada e, em outubro daquele ano, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de Minas Gerais enviou uma correspondência a associação de Juiz de Fora informando das negociações que estavam sendo realizadas para o aumento salarial. Através desta carta é possível perceber como a linha de atuação do sindicato de Belo Horizonte era diferente da postura dos professores do Rio de Janeiro.

Escreve o presidente da associação mineira que “um aumento maior traria certamente a fixação pelos colégios de anuidades muito altas, e poderia trazer como consequência o decréscimo de matrícula nos educandários mais modestos”, o que prejudicaria os professores. Segue afirmando das dificuldades para se pleitear novos salários com os diretores e que “temos preferido ceder bastante, em soluções amigáveis, a enfrentar as batalhas judiciais, sempre demoradas, e quase sempre, desvantajosas”.<sup>340</sup>

O sindicato dos professores do Rio de Janeiro nunca se preocupou em enfrentar batalhas judiciais e, por diversas vezes, enquanto Juiz de Fora negociava para evitar o dissídio coletivo, os professores cariocas já haviam entrado na justiça há bastante tempo. Sua atuação era combativa e não havia espaço para conciliação. Desta forma, o modo de atuação do sindicato de Belo Horizonte apresentava mais afinidades com a prática dos professores de Juiz de Fora, marcada por soluções amigáveis e pacíficas. Além disso, a associação carioca não escondia a influência da ideologia comunista entre seus quadros.

Foi no contexto da primeira metade dos anos 1960 que referências à infiltração comunista ganharam posição de relevo no imaginário anticomunista, tornado-se um dos assuntos mais explorados. A principal explicação é que o presidente Goulart estabeleceu uma aliança política com o PC e, por isso, os anticomunistas consideravam que o risco de infiltração no próprio

---

<sup>339</sup> Livro de Atas nº 01. p.42.

<sup>340</sup> ANEXO nº 15. Carta enviada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de Minas Gerais ao Sindicato dos Professores de Juiz de Fora em 31/10/1963.

aparato do Estado tornara-se grave.<sup>341</sup> Xavier conta que, ainda em 1961, houve um congresso internacional de sindicatos de professores em Conacri, na África<sup>342</sup> :

E então nossos contatos aqui, eram com o sindicato do Rio dirigido pelo Bayard Boiteux, e com o presidente da Federação dos Sindicatos que era o Barreto. E eles insistiram muito comigo para que eu fosse também à África porque seria um encontro muito interessante, mas tudo com a coloração vermelha comunista tranqüila...tranqüila... Acontece que o meu sindicato não tinha recursos financeiros para custear a visita de seu presidente a África. Então não fui, e eles lá também não se dispuseram a custear minha despesa. Felizmente não fui! Por duas razões: primeiro porque eu lá seria uma voz discordante, eu não pensava daquele jeito e eu seria uma voz firmemente discordante. Inclusive, discordante dos meus dois companheiros do Rio, porque eles eram, eles seguiam essa linha internacional. Eu não.<sup>343</sup>

Embora as entrevistas e documentos analisados tenham demonstrado que não havia limites para as articulações políticas do sindicato, que iam desde o contato com deputados de diferentes partidos até a parceria com uma associação de professores dirigida por comunistas como Barreto e Bayard Boiteux, o legalismo sempre esteve presente como pano de fundo da atuação sindical do professorado de Juiz de Fora. Sendo uma das principais características do movimento, este legalismo garantia o afastamento de ideologias consideradas “subversivas”, propiciando o surgimento do sentimento anticomunista.

Para o Prof. Ivan Cavalieri “o sindicato de Juiz de Fora era independente. Nós não éramos partidários. Nós não tínhamos flâmula”. Para Xavier, o intercâmbio com os políticos era vantajoso porque podiam levar as idéias do professorado de Juiz de Fora para outras associações:

Então, se nós lutávamos sempre pela concordância, pela harmonia, outros sindicatos eram mais agressivos, também eram sindicatos maiores, né? Com volume de gente muito maior e com salários, às vezes, muito baixos... Então eles levavam, eles iam às nossas reuniões, assembléias... Abel Rafael inclusive, era um lutador... era integralista. Era integralista, de modo que ele ia lá e levava aquelas idéias para outros sindicatos também (...).<sup>344</sup>

Na fala do Prof. Xavier pode ser identificada a aversão a ruptura da ordem preestabelecida, o que reforçava o sentimento anticomunista, materializado através da fundação da Casa do Professor, em 1959. O Prof. Marciano Netto afirma que uma de suas preocupações na

<sup>341</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá.op.cit. p.55.

<sup>342</sup> Livro de Atas nº 02. p.44. “Ao Deputado Euclênio Telles Pires, pela bancada do PSD, foi enviado um ofício pedindo para que apresentasse na Assembléia Estadual um anteprojeto pedindo aprovação de uma verba especial a fim de que o nosso sindicato possa fazer-se representar no Congresso de Educadores a se realizar em Conacri, na República da Guiné, no mês de julho”.

<sup>343</sup> Entrevista realizada com o professor Xavier. op.cit

<sup>344</sup> Entrevista realizada com o professor Xavier. op.cit

direção do sindicato de Juiz de Fora foi a sede: “própria ou alugada, sempre achei que devíamos ter a nossa sede”. De acordo com um relatório escrito por ele, os móveis do sindicato se encontravam na sede dos sindicatos operários (Casa do Trabalhador), mas o aluguel daquele espaço estava atrasado há cinco anos.<sup>345</sup>

A inspiração para a nova sede vinha da Casa do Professor do Estado do Rio de Janeiro que, de acordo com os registros em atas, possuía, até mesmo, lugar para hospedar professores de outras regiões. A idéia de se criar a casa surgiu ainda em 1955, quando a associação iniciou uma campanha financeira para sua construção.<sup>346</sup> O Prof. Ivan Cavalieri disse que a casa foi criada porque o Prof. Marciano Netto entendia que a categoria precisava de ajuda:

(...) o Prof. Marciano Netto, professor muito correto, ele entendeu que o professor precisava ser ajudado. Além de dar aula ele precisava ser ajudado, porque era uma penúria ser professor em Juiz de Fora. Então nós fundamos a Casa do Professor e como ele era presidente do sindicato ele passou pra mim a presidência, porque eu era o vice e ele ficou com a Casa do Professor. E a Casa do Professor proporcionava recursos, ajuda, auxílio (...).<sup>347</sup>

Neste relatório, o Prof. Marciano Netto também escreve que, posteriormente, “em conseqüência de estudos efetuados, chegou-se a conclusão de que seria mais conveniente a fundação de uma entidade civil independente do sindicato”. Desta forma, em 15 de agosto de 1959 foi inaugurada a “Casa do Professor de Juiz de Fora”, que passou a servir de sede para as reuniões do sindicato.<sup>348</sup>

Não é uma coincidência que a partir de 1959 os professores tenham, sistematicamente, buscado retirar do sindicato sua função de representatividade e mobilização. A criação da Casa do Professor se deve a uma motivação bastante diversa daquela da sede própria. Não foi por acaso que o Prof. Marciano escreveu, em 1961, que foram “efetuados estudos” através dos quais se concluiu ser “mais conveniente” a fundação de uma associação civil “independente do sindicato”. Em relação à fundação da casa, Xavier respondeu de forma eloqüente:

(...) nós estávamos com medo do governo fazer do Brasil uma República Sindicalista. Então, o que é que fizemos? Conseqüentemente, eles iriam tomar conta dos sindicatos todos, nós então o que é que fizemos? Fundamos a Casa do Professor de Juiz de Fora. Porque? Passamos tudo que era do sindicato para a Casa do Professor, que não tinha característica de sindicato e deixamos o sindicato vazio. Deixamos o sindicato de lado. Bom, em seguida, um pouco mais tarde, veio a Revolução e o

<sup>345</sup> ANEXO nº 16. Relatório elaborado pelo professor Marciano Netto, em 31/01/1961.

<sup>346</sup> Idem.

<sup>347</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Cavalieri. op.cit.

<sup>348</sup> Livro de Atas nº 02. p.35.

movimento sindicalista praticamente acabou. Aí voltou tudo ao sindicato conforme era antes.<sup>349</sup>

Durante a vigência do governo de João Goulart, entre setembro de 1961 e março de 1964, ocorreu uma das maiores “ondas” anticomunistas ocorridas no Brasil, cujos desdobramentos levaram ao golpe militar. Um dos principais vetores da crise eram as acusações de que o Presidente favorecia o crescimento do comunismo, seja direta ou indiretamente. Denunciava-se que o aparato do governo federal estava infestado de comunistas, a quem Jango, supostamente, entregara postos de grande importância. “Infiltrados” no governo, os comunistas estariam se preparando para o golpe final, quando tivessem acumulado forças suficientes para ocupar sozinhos o poder e desencadear a revolução.<sup>350</sup>

É possível entender porque o sentimento anticomunista invadiu o sindicato, pois o início da década de 1960 assistiu a “uma proliferação de associações de trabalhadores (conselhos, comissões, fóruns e comandos) que, a partir da estrutura corporativa oficial, ligavam os trabalhadores horizontalmente”. Isto quer dizer que diversas categorias econômicas que serviam de base para os sindicatos oficiais estavam mantendo uma inter-relação, identificada através do surgimento de organizações “paralelas” de trabalhadores.

No início de 1963, o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores ocupava lugar de destaque no movimento sindical. Agregando as mais combativas organizações “paralelas” do país, o CGT controlava também três das seis confederações nacionais existentes: a CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, na qual operava o CGT; a CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito; e a CNTTMFA – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.<sup>351</sup>

Caio Navarro de Toledo afirma que no triênio 1961-1963 o sindicalismo brasileiro alcançou um de seus momentos de mais intensa atividade. Se sob o governo JK haviam ocorrido cerca de 177 greves, nos três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações. As lideranças do CGT eram recebidas no palácio pelo presidente da República, reconhecidas como interlocutores “de importantes dirigentes partidários”. O CGT era designado

---

<sup>349</sup> Entrevista realizada com o professor José Xavier. op. cit.

<sup>350</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit. p.131.

<sup>351</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op. cit. p.94-95.

pela imprensa como o “quarto poder”, reforçando o fantasma, forjado na época de Vargas, de que Jango visava instituir uma “república sindicalista”.<sup>352</sup>

Em 1963, Leonel Brizola liderou o surgimento da Frente de Mobilização Popular (FMP) reunindo as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP lutava para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, principalmente a reforma agrária, ainda que isso custasse “uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o Partido Social Democrático, o PSD”.

Em relação à reforma agrária, a FMP tinha uma posição mais radical que a do próprio Partido Comunista Brasileiro - PCB, que adotou uma postura moderada. Na FMP estavam representados a UNE, o CGT, a CNTI, o PUA – Pacto de Unidade e Ação, a CONTEC, os subalternos das Forças Armadas – sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, facções das Ligas Camponesas, grupos da esquerda revolucionária como a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista Política-Operária (ORM-Polop), o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T), os nacional-revolucionários brizolistas e segmentos da extrema-esquerda do PCB, além de políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>353</sup>

Nos primeiros meses de 1964, os grupos de esquerda mais radicalizados já não acreditavam que as reformas “pudessem ser conquistadas nas margens legais”. Segundo Daniel Aarão Reis, as eleições para o parlamento federal, em 1962, evidenciaram o peso das direitas e das forças de centro na resistência às reformas de base. Inspirados pelas revoluções vitoriosas em várias partes do mundo, principalmente pelo êxito “aparente” da revolução cubana e de outros enfrentamentos travados em diversas regiões do Terceiro Mundo, as organizações radicais passaram a ensaiar propostas de ruptura.

Derrotadas em agosto de 1961, as direitas começaram sua rearticulação. Inicialmente de forma lenta e confusa, mas depois com ritmo e vigor. Politicamente, por meio dos partidos conservadores como a UDN, através de seus líderes nacionais Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, governadores da então Guanabara e de Minas Gerais; do PSP – Partido Social Progressista, liderado por Adhemar de Barros; e do próprio PSD, base política de Jango, mas que teria entre seus radicais de direita auxiliares na criação de organizações políticas suprapartidárias, como o

<sup>352</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: A Democracia Golpeada*. In: FICO, Carlos (org.). *1964-2004: 40 ANOS DO GOLPE: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. p.36.

<sup>353</sup> FERREIRA, Jorge. *O Trabalhismo Radical e o Colapso da Democracia no Brasil*. In: FICO, Carlos (org.). op.cit. p.42-43.

Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.<sup>354</sup>

A Igreja Católica, através da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tomou partido das posições conservadoras. É interessante a observação de Aarão sobre a tendência de uma parte da Igreja para caracterizar nos movimentos populares “uma inspiração, e uma dinâmica, *comunizantes*”. Para se ter uma idéia da importância da religiosidade entre a categoria, basta citar um artigo publicado pouco antes da criação do sindicato de professores em Juiz de Fora, tratando de educação e catolicismo. O Diário Mercantil de 12 de setembro de 1934, publicou uma matéria informando sobre o 1º Congresso Católico de Educação, a realizar-se no Rio de Janeiro, nos dias 20 ao 27 daquele mês.

A matéria relata que alguns estabelecimentos de ensino da cidade e determinados professores “que aqui exercem sua profissão, atendendo ao pedido, que lhes fez o “Comitê” organizador da Associação de Professores Católicos de Juiz de Fora, aderiram a esse Congresso, ao qual comparecerão (...)”.<sup>355</sup> Na década de 1930, a preponderância dos colégios confessionais aliou-se ao conservadorismo e à moral cristã dos professores, criando uma fervorosa comunhão de preceitos religiosos, com duradoura influência sobre os docentes de Juiz de Fora.

Há no discurso dos entrevistados, como também no registro em ata das reuniões do sindicato, uma postura pautada pela religiosidade e exaltação dos valores morais. De acordo com Motta, muitas vezes, prevalece uma visão simplista sobre os anticomunistas, que tende a uniformizá-los, como se eles compusessem um só bloco. Pouca atenção tem sido prestada a suas motivações diferenciadas, que em muitos casos revelam uma repulsa convicta e coerente ao comunismo. No caso dos católicos fiéis, é natural e compreensível que pessoas com formação espiritual e moral católica, enxergassem no comunismo um inimigo. O medo demonstrado nas conjunturas de mobilização anticomunista, se de um lado possuía uma faceta de exploração oportunista, de outro revelava a existência de um temor efetivo.<sup>356</sup>

É óbvio que uma associação tão conservadora, fundada de acordo “com os moldes jurídicos e cristãos”, pautada pelo legalismo, tenha reforçado seu sentimento anticomunista. Aarão reafirma a força do fantasma da revolução cubana, que levou um país católico para a órbita

<sup>354</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. In: FICO, Carlos (org.).op.cit. p.124-125.

<sup>355</sup> *DIÁRIO MERCANTIL*. 12 de setembro de 1934. “1º Congresso Cathólico de Educação”. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

<sup>356</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá.op.cit. p.177.

do “materialismo ateu”. Ainda que a Igreja, como um todo, não tenha optado por posições de direita, a grande maioria e também sua cúpula, adotou “posições de agressiva resistência às reformas e aos movimentos que as defendiam”.<sup>357</sup>

Quanto as Forças Armadas, sentindo-se ameaçadas em sua disciplina e hierarquia, passaram a pressionar Jango para que ele se afastasse daqueles movimentos que tendiam a sair dos marcos institucionais. A insurreição dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963, e a insubordinação da associação dos marinheiros do Rio de Janeiro, em março de 1964, contribuíram para que grande parte da oficialidade assumisse posições de direita.<sup>358</sup>

Já o empresariado temia que as reformas de base viessem a subverter seus padrões habituais de dominação e as taxas de lucro. Este setor revelou-se fundamental na articulação do Ipes e do Ibad, como também no comando da grande mídia, além de financiar projetos e organizações, montagem de contatos e alianças, nacionais e internacionais.<sup>359</sup>

Portanto, no começo de 1964, já havia sinais de que a crise política iria se resolver de forma violenta e não pela negociação. Os problemas econômicos se acumulavam à medida que a taxa de crescimento caía abruptamente: a inflação disparava e o problema da dívida externa continuava sem solução. Desde a tentativa de estado de sítio, em 4 de outubro de 1963, pela qual Goulart havia sido acusado de “encenar um golpe bonapartista”, suas intenções estavam sob suspeita generalizada.<sup>360</sup>

A atmosfera política era de grande agitação não apenas entre militares, mas também entre políticos e empresários que queriam se livrar de Jango. Para Carlos Fico, Goulart teria interpretado a vitória do presidencialismo, na consulta popular de 1963, “como um triunfo eleitoral pessoal” e não como o resultado do apoio de forças heterogêneas. O Plano Trienal, divulgado antes mesmo do plebiscito, por seu turno, continha algumas promessas desenvolvimentistas, mas não agradou aos defensores das “reformas de base”.<sup>361</sup>

O autor afirma que “o presidente dava sinais dúbios de suas verdadeiras intenções”, gerando suspeitas de que ele estaria tramando um golpe para conseguir um segundo mandato, proibido pela Constituição.<sup>362</sup> Além disso, o fato de Jango ter optado por abraçar as “reformas de

<sup>357</sup> REIS, Daniel Aarão. op.cit. p.125.

<sup>358</sup> Idem. p.125-126.

<sup>359</sup> Idem. p.126.

<sup>360</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op.cit. p.177.

<sup>361</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.16.

<sup>362</sup> Idem. p.17.

base”, independentemente do Congresso, contribuiu para alimentar a oposição ao governo, dentro e fora “do núcleo de conspiradores ativos”.<sup>363</sup>

O presidente passou a criticar a Constituição e o Congresso, como uma forma de estratégia política. No comício de 13 de março Goulart pediu a mudança da “arcaica” Constituição, pois ela não correspondia mais às aspirações do povo brasileiro, já que legalizava “uma estrutura econômica obsoleta, injusta e desumana”. Brizola sugeriu que o Congresso fosse substituído por uma Assembléia Constituinte. Os diversos mecanismos institucionais propostos no comício, a fim de limitar as prerrogativas do Congresso, exacerbaram a desconfiança em relação às demandas por mudanças reais.<sup>364</sup>

Apoderando-se do tema da legalidade, a direita passou a caracterizar a estratégia utilizada por Goulart, para implementar o programa de reformas, como uma “ameaça as regras institucionais vigentes e aos canais constituídos de decisão política”. Se o presidente não respeitava o Congresso também perdia o direito de ser obedecido de acordo com as regras constitucionais. Portanto, este argumento justificava a “defesa da democracia” à custa do rompimento das regras democráticas.<sup>365</sup>

A alegada urgência de combater o comunismo convenceu a muitos, inclusive a setores democratas, da necessidade de romper a normalidade institucional. Em nome da luta contra o inimigo maior, quaisquer considerações tornavam-se secundárias. É possível que alguns tenham se arrependido, mas o fato de certos grupos liberais envolvidos na campanha anticomunista de 1930 apoiarem o Golpe de 1964 sugere o contrário: a propriedade era um valor mais querido que a democracia.<sup>366</sup>

É o que indica um ofício enviado ao sindicato dos professores de Juiz de Fora, em 7 de março de 1964, através do qual os diretores comunicam que haviam se reunido em assembléia para deliberar sobre o reajuste salarial do professorado para aquele ano, concluindo que:

(...) considerando alguns fatos novos surgidos na relação colégio-professor-salário, em discussão, entre os quais a absoluta necessidade de nossas classes se unirem na defesa do ensino particular e na asseguaração da liberdade e dos direitos à livre iniciativa no setor educacional do Brasil, tão seriamente ameaçada por forças não desconhecidas, decidiram, não poucos com real

<sup>363</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op.cit. p.180.

<sup>364</sup> Idem. p.181.

<sup>365</sup> Idem. p.182.

<sup>366</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá.op.cit. p.280.



sacrifício de seus orçamentos, oferecer aos Mestres uma oportunidade para que se ponha termo a este lamentável litígio.<sup>367</sup>

O que se lê, nas entrelinhas do ofício, é a união de professores e diretores para vencerem “as forças não desconhecidas”, ou seja, o comunismo. O movimento docente deveria aceitar o aumento oferecido, evitando qualquer tipo de situação que viesse “a promover desavenças entre as classes” ou a “ruptura da ordem”. Retoma-se, então, a velha temática da harmonia, da legalidade versus a desordem, que seria instaurada caso João Goulart continuasse no poder, além disso, existia a necessidade de se manter “a livre iniciativa do setor educacional no Brasil”, ameaçado pelo comunismo. Caso a ideologia comunista “vencesse” esta batalha, acreditava-se que a liberdade, individual e privada, estariam comprometidas.

A opinião pública logo aderiu ao movimento pela “legalidade” e pela “liberdade”, engrossando as fileiras da oposição que, em 19 de março de 1964, levou 500 mil pessoas às ruas de São Paulo na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Após a marcha “um grande número de atores passou a atribuir uma alta probabilidade de sucesso ao movimento contra o governo”. Deste modo, o movimento legalista tornou-se atraente não só para os grupos que o apoiavam como também para os que até então estavam neutros.

A tese da defesa da legalidade, “que opunha o governo ao regime”, forneceu o argumento principal para quebrar a resistência dos setores legalistas das Forças Armadas e para unificar os militares. A intervenção militar, que já estava sendo arquitetada, foi impulsionada pela atitude de Jango em relação à rebelião dos marinheiros. Goulart reverteu a ordem do Ministro da Marinha, que havia mandado reprimir o movimento, levando à sua demissão. Anistiou os marinheiros, e ainda escolheu um novo ministro com o apoio de sindicalistas do CGT.

Ao tomar estas medidas, Jango transgrediu a hierarquia e disciplina das Forças Armadas, o que tornou sua posição ainda mais vulnerável, não só entre os militares como também entre os oficiais legalistas. Após diversos pedidos de intervenção militar, o presidente do senado Auro de Moura Andrade reforçou a disposição do Congresso em fazer “o que fosse necessário” em defesa da democracia e da liberdade. Em 31 de março de 1964 teve início “a reação armada contra o governo” e o Gal. Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, partiu com suas tropas da cidade de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, sendo apoiado pelos principais

---

<sup>367</sup> ANEXO nº 17. Ofício enviado ao sindicato dos professores de Juiz de Fora pelo representante dos diretores de estabelecimentos particulares de ensino da cidade, Sr. Agenor Pereira de Andrade, em 7 de março de 1964.

comandantes do Exército. A ausência de Goulart na capital colaborou para que o Congresso desferisse o golpe final no governo, declarando vago o cargo presidencial.<sup>368</sup>

Segundo Xavier “(...) na ocasião da revolução, o único presidente de sindicato que não foi preso foi o dos professores”, na época Luís Lopes. “Ele não foi preso, ele foi chamado ao quartel general, mas ele não foi preso porque estava caracterizado que em Juiz de Fora os professores não lutavam pela bandeira do comunismo”.<sup>369</sup>

Décio Facio, tesoureiro em 1964, disse que neste período tudo no sindicato de professores de Juiz de Fora estava muito tranqüilo e que “nunca houve nada, nem perguntas, nem inquisição nenhuma, eu nunca soube de nada”.<sup>370</sup>

Para Cavalieri os sindicalistas eram vistos pela sociedade como subversivos:

A gente era alcunhado de comunista: Ah, vocês são comunistas! Não havia nenhum comunista. Nem o próprio Clodesmidt Riani foi comunista, em absoluto. Ele era um lutador pelo sindicato dele e de todos os sindicatos de Juiz de Fora. Ninguém tinha idéia de Rússia, de comunismo. Depois houve a perseguição, houve a ditadura, os sindicatos todos foram amordaçados e acabou esse movimento grande. Um foi para um lado, outro foi pro outro, se dispersou, um foi pro exílio, outro foi embora...<sup>371</sup>

Daniel Aarão Reis destaca que enquanto durou a ditadura militar as direitas esmeraram-se em cultivar a memória do golpe como “intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção”. Em curto prazo este esforço de construção da memória, proposto pelo novo regime, trouxe resultados. O golpe civil-militar passou a ser chamado de “revolução”, como os próprios golpistas gostavam de denominá-lo. Porém, com o passar dos anos, a ditadura se tornou impopular, demonstrando como era insustentável a versão de que uma ditadura poderia construir uma sociedade democrática, conforme podemos perceber na fala de Cavalieri a respeito do golpe:

As tropas federais da repressão entraram nos sindicatos e fecharam as portas. Prendendo. Eu sou testemunha de vários professores dignos, homens que deram a vida pelo sindicato e pelo ensino e por outras atividades paralelas, serem levados em carro, em caminhões desses que carregam terra, como é que chama? Caçamba. Levados em pé, amarrados com corda, para Belo Horizonte, para a Polícia Federal de Belo Horizonte. Chegando lá eles queriam descer, tinham que descer: Põe uma escada pra mim. Você não precisa de escada. E empurrava o professor ou o sindicalista. Clodesmidt Riani foi um deles, Tomas Bernardino

<sup>368</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. op.cit. p.184-185.

<sup>369</sup> Entrevista realizada com o professor Xavier. op.cit.

<sup>370</sup> Entrevista realizada com o professor Décio Facio, em setembro de 2004, disponível em CD. O Prof. Décio foi tesoureiro do sindicato entre 1964 e 1968.

<sup>371</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Cavalieri. op.cit.

foi um deles, Nonato, Raimundo Nonato foi um deles, o professor Irineu Guimarães do Granbery foi um deles. Todos foram jogados da caçamba ao chão. Que escada nada... Você não precisa de escada, você precisa é de prisão. Foram presos. Porque? Porque lutava pelo bem da família, pelo bem da cidade, pelo bem do trabalho dele? <sup>372</sup>

Na memória do Prof. Cavalieri, o que antes parecia ser uma “revolução”, que salvaria o Brasil de entrar na desordem e no caos, se transformou, com o passar dos anos, <sup>373</sup> em repressão, em ditadura, atingindo colegas de trabalho que lutavam “pelo bem da família, da cidade, do trabalho”. Para Aarão, neste processo de redenção das esquerdas e de Jango, ambos se transformaram em “vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista”.

A “ameaça revolucionária”, de acordo com as esquerdas, também não existira na prática, sendo o resultado de uma manipulação das direitas para disseminar o medo entre as pessoas. Estas versões predominaram a partir dos anos 1980 com a redemocratização do Brasil, “de sorte que as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas da memória”.<sup>374</sup> Não há nenhuma fonte documental que comprove, realmente, a veracidade do relato de Cavalieri sobre o que aconteceu, durante a ditadura, com os professores citados em seu depoimento. Em uma de suas falas, o Prof. Xavier <sup>375</sup> também se lembra de Irineu Guimarães, que sabemos, com certeza, ter sido socialista, o que pode reforçar a afirmação anterior de que alguns professores sindicalizados, talvez, tenham sofrido as conseqüências da repressão. <sup>376</sup>

A análise a ser desenvolvida, entretanto, para os limites de nosso trabalho, deve considerar a intensidade do temor ao comunismo, materializada no sentimento anticomunista que se disseminou no sindicato à época em que ocorreram todos estes acontecimentos da história política do Brasil. Cabe ressaltar que a construção do movimento sindical de professores em Juiz

<sup>372</sup> Entrevista realizada com o professor Ivan Cavalieri. op.cit.

<sup>373</sup> As entrevistas foram realizadas em agosto e setembro de 2004.

<sup>374</sup> REIS, Daniel Aarão. op.cit. p.126-127.

<sup>375</sup> Segundo Xavier: “De um modo geral não havia divergências não. Mas havia... Nós tivemos por exemplo um professor, professor Irineu Guimarães, foi até vereador em Juiz de Fora, professor aqui do Granbery, ele era comunista mesmo, mesmo, de verdade! Agora um homem de uma respeitabilidade, de uma cultura, de um comportamento que era exemplo para todos nós! Ele dizia “eu penso assim, assim e assim”... Vocês podem discordar de mim, mas eu tenho esse pensamento e... ele votava conosco e muitas vezes votava pela nossa idéia. Pelas nossas idéias. Tal era a grandeza de espírito dele. Tanto que ele quando se aposentou, mudou-se aí para um sítio, não sei.... Aqui por perto de Juiz de Fora e montou uma casa para atender a meninos pobres. E morreu assim, já idoso morreu fazendo isso”.

<sup>376</sup> Ver NETTO, Arsênio Firmino de Novaes. *Irineu Guimarães: Pioneiro do Pensamento Socialista no Instituto Granbery*. Tese de Doutorado. Piracicaba, São Paulo, 2003. (mimeo)

de Fora, uma cidade do interior do estado de Minas Gerais, esteve conectada a conjunturas de ordem diversas, internacionais e nacionais.

O processo de consolidação da representação sindical docente na cidade se fez a partir da interação entre circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais, que influenciaram nas demandas e nas formas de atuação do movimento. Como condição preponderante, porém, moldando este grupo específico de trabalhadores estava sua honra profissional, seu *status*, sua expertise. Esta posição especial diante da sociedade e do restante dos trabalhadores, precisava ser mantida ainda que o valor de mercado estivesse começando a deitar suas raízes sobre a tradicional figura do mestre, do intelectual, do educador.

Frente às mudanças econômicas e políticas trazidas pelo capitalismo, que resultaram em uma nova ordenação social, era primordial reforçar a importância profissional da categoria, sua “expertise”, o que começa a ocorrer a partir de fins da década de 1940 em diante. Até então, a educação não era um bem de troca, era um “capital cultural”, cujo valor o mercado desconhecia, o dinheiro não podia comprar o capital intelectual dos professores. Portanto, a não aceitação do regateio significava o repúdio à lógica do capital, à força do poder econômico.

As mudanças eram vistas com desconfiança, como uma ameaça à posição privilegiada do trabalhador intelectual diante dos trabalhadores manuais. Por isso, a aversão às reformas e a ideologias que pregavam mudanças sociais drásticas, que fariam ruir a “velha tradição”, destruindo a igualdade de estima entre docentes e diretores e a honra profissional do professor. O posicionamento adotado entre 1960 e 1964 demonstra o poder da dimensão estamental, além de seu vigor para impedir a sedimentação de sentimentos de classe entre a categoria.

Na greve de 1959 há uma efêmera vitória da dimensão classista, da descoberta do professorado enquanto um grupo com interesses contrários àqueles representados pelos diretores de escolas. Entretanto, pouco tempo depois da greve, bem antes dos acontecimentos de 1964, a categoria já retomava seu comportamento anterior e, cerca de três semanas antes da deflagração do golpe, professores e diretores se unem contra a ameaça de “forças não desconhecidas”,<sup>377</sup> compartilhando o sentimento anticomunista.

---

<sup>377</sup> Ver ANEXO nº 17. op.cit.

## Conclusão

A pesquisa procurou identificar as peculiaridades da categoria docente com o objetivo de analisar o processo de formação do movimento sindical de professores em Juiz de Fora. A interação entre as noções de “honra estamental”, “capital cultural” e “expertise”, resultou em posicionamentos e em escolhas diferenciadas, frente às situações nas quais se exigiam determinadas decisões. A cultura, as tradições e os valores do professorado, moldaram sua atuação institucional, lembrando o que afirma Thompson a respeito da experiência de classe: a descoberta de uma identidade de interesses entre determinado grupo, composto por pessoas reais, que interagem em meio a circunstâncias diversas.

Contudo, a trajetória do movimento não pode ser considerada a partir de um crescente de conscientização, que leva a categoria a se tornar uma ‘classe para si’; as estratégias de atuação do professorado atingiram resultados satisfatórios do ponto de vista sócio-econômico. As especificidades deste grupo de trabalhadores reforçaram a noção do regateio como última opção, além da importância da manutenção do *status* profissional, ainda assim houveram direitos conquistados. Da forma e com os limites que a própria categoria se impôs, de acordo com seu arcabouço cultural.

A interferência das mudanças políticas e econômicas do país, sobre o movimento docente, foi constante durante os 30 anos em que o sindicato de professores de Juiz de Fora consolidou sua representação. O tradicionalismo destes profissionais, internalizado de forma específica devido ao contexto social em que viviam, interferiu nos rumos e nas ações da categoria nos momentos de mudanças, tensões e conflitos. O que pode ser exemplificado pelo alinhamento com o governo no período estado-novista, nas décadas de 1930 e 1940.

Nos anos 1950 o sindicato assumiu uma postura mais combativa, conseqüência das quedas salariais decorrentes de processos inflacionários e das alterações na composição do professorado. Estas variáveis proporcionaram uma renovação que impulsionou, de forma breve, os sentimentos de classe entre a categoria, uma forma de ‘ensaio’ para o que deveria ser uma transformação real na linha de atuação do movimento. Contudo, a combatividade esteve restrita a greve de 1959.

A superioridade da dimensão estamental, como característica principal do movimento docente, foi ameaçada somente durante a greve, predominando a aversão da categoria ao conflito e a associação da combatividade à agressividade. O legalismo fez surgir um sentimento anticomunista entre os associados, o que impediu a cristalização do comportamento classista recém adotado pelo professorado. No início dos anos 1960, frente ao perigo representado pelo comunismo, a força do conservadorismo auxiliou na disseminação do caráter anticomunista no movimento de professores de Juiz de Fora.

As reformas propostas por Jango trouxeram a lembrança das mudanças já ocorridas na sociedade brasileira, e também no mundo, que resultaram na perda gradativa da “igualdade de estima” entre professores e diretores de escolas, arrebatando a “velha tradição”. A educação, que não era um bem de troca, estava em constante transformação, não era mais como antes, quando o capital intelectual dos professores encontrava-se acima do valor de mercado.

As mudanças eram vistas com desconfiança, como uma ameaça à posição privilegiada do trabalhador intelectual diante dos trabalhadores manuais. Por isso, a aversão às reformas e a ideologias que pregavam mudanças sociais drásticas, que fariam ruir os valores tradicionais, destruindo a igualdade de estima entre docentes e diretores, além da honra profissional do professor.

## Bibliografia

### A) LIVROS:

- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar* Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ANDRADE, Sílvia Maria B.V. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1987.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- BASTOS, Wilson de Lima. *Do Caminho Novo das Gerais à Estrada de Rodagem União Indústria e a Estrada de Ferro D.Pedro II*. In: História Econômica de Juiz de Fora. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. 1966.
- BATALHA, Cláudio H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e perspectivas*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Bragança Paulista, Universidade São Francisco/São Paulo: Contexto, 1998.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O Governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 3ª ed.
- BOITO JR, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Ed. da Unicamp/SP: HUCITEC, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Os três estados do capital cultural*. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHRISTO, Maraliz. *A Europa dos Pobres*. Juiz de Fora na 'Belle Epóque Mineira'. Juiz de Fora: EdUFJF, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB - do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o Tempo do nacional-estatismo do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *1964-2004: 40 ANOS DO GOLPE*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FORTES, Alexandre. *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Editora Fundação Perseu Abramo/São Paulo: 2001.
- GIROLETTI, Domingos. *O Processo de Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930*. Juiz de Fora: UFJF. 1963.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Burguesia e Trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1986.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero e UNB, 1988.
- LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964.
- MARTINS, Heloísa H. T. S. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. *A Greve de Massas e Crise Política*. São Paulo: Pólis, 1978.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva. FAPESP, 2002.



- NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Juiz de Fora: vivendo a História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF/Editora da UFJF, 1994.
- OLIVEIRA, Paulino. *A História de Juiz de Fora*. 2ª Edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1968.
- ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SANDOVAL, Salvador. *Os Trabalhadores Param (Greves e Mudança Social no Brasil 1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda. Belo Horizonte/Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979
- SIMÃO, Azis. *O Sindicato na Vida Política do Brasil*. Revista de Estudos Sócio-Econômicos (9). São Paulo: DIEESE, 1962.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A Formação da classe operária inglesa*. Vol. I, II, III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WRIGHT, Erik Olin & WESTERN, M. *The Permeability of Class Boundaries to Intergenerational Mobility among Men in the United States, Canada, Norway and Sweden*. In: *American Sociological Review*, 1994, Vol. 59.

**B) ARTIGOS:**

NETO, Arsênio F. de Novais. *Da tensão entre missão e “negócio”, compatibilidade possível?.* Revista de Educação do Cogeime. Ano 11, nº 21. Dezembro de 2002.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *As Origens da Educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino.* Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

SOARES, Flávia. *Ensino de Matemática no século XX – da Reforma Francisco Campos à Matemática Moderna.* Horizontes, Bragança Paulista, v. 22, nº.1. jan/jun. 2004.

VIANNA, Cláudia. *A Produção Acadêmica Sobre a Organização Docente: ação coletiva e relações de gênero.* Faculdade de Educação da USP. Revista Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77. Artigo publicado em Dezembro de 2001.

VIANNA, Luiz Werneck. *Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências.* Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)/ Dados, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil.* (a conjuntura do pós-guerra) Estudos CEBRAP, (4 ): 65-105, abril-junho 1973.

**C) DISSERTAÇÕES E TESES:**

AGUIAR, Neuma. *The Mobilization and Bureaucratization of the Brazilian Working Class (1930-1964).* Washington University, Saint Louis, Missouri, 1969. Tese de Doutorado. (mimeo)

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Corporativismo e Cálculo Político: O Processo de Sindicalização Oficial dos Trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937).* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. Tese de Doutorado. (mimeo)

NETTO, Arsênio Firmino de Novaes. *Irineu Guimarães: Pioneiro do Pensamento Socialista no Instituto Granbery.* Tese de Doutorado. Piracicaba, São Paulo, 2003. (mimeo).

YAZBECK, Dalva Carolina de M. *Do Ensino Confessional ao Laico: As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação. Agosto de 1997. PUC/RJ. (mimeo)

PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na Fábrica: cotidiano operário fabril durante a 2ª Guerra O Caso de Juiz de Fora* Dissertação de Mestrado orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Célia Paoli. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. (mimeo)

PAOLI, Maria Célia. *Labor, Law and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese de doutorado em História. Birkbeck College, University of London, 1988.

## Anexos \*

- Nº 01:** “DIRETORIAS ELEITAS PARA O SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA” (1934-1964).
- Nº 02:** “LISTA DOS ELEITOS”, DIREÇÃO DO TRIÊNIO 1942-1945. (02 PÁGINAS)
- Nº 03:** JORNAL GAZETA OPERÁRIA. 05 DE FEVEREIRO DE 1930. COLEÇÃO DORMEVILLY NÓBREGA.
- Nº 04:** JORNAL O TRABALHISTA. 30 DE OUTUBRO DE 1933. COLEÇÃO DORMEVILLY NÓBREGA.
- Nº 05:** JORNAL DIÁRIO MERCANTIL. 17 DE MAIO DE 1949. ACERVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA, SINPRO-JF.
- Nº 06:** “LISTA DOS ELEITOS PARA A DIREÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE ENSINO SECUNDÁRIO, PRIMÁRIO E DE ARTES DO RIO DE JANEIRO”, EM 30 DE JULHO DE 1957.
- Nº 07:** “APOSENTADORIA PARA OS PROFESSORES”. (02 PÁGINAS)
- Nº 08:** “RELATÓRIO DE 18 DE FEVEREIRO DE 1958”. (03 PÁGINAS)
- Nº 09:** “TERMO DE ACORDO ASSINADO NO RIO DE JANEIRO” EM 25/03/1959.
- Nº 10:** “RATIFICAÇÃO DO TERMO DE ACORDO”, EM JUIZ DE FORA, DIA 28/03/1959.
- Nº 11:** “RELATÓRIO ELABORADO PELO PROFESSOR MARCIANO NETTO”, EM 26/07/1961. (03 PÁGINAS)
- Nº 12:** “CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA REALIZADA NO DIA 01/09/1957”, NA QUAL SE AFIRMA A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO, EM 20/11/1962.
- Nº 13:** “OFÍCIO DIRIGIDO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO” REQUERENDO A EXTENSÃO DA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO, EM 18/07/1958.
- Nº 14:** “ACORDO SALARIAL PROPOSTO PELOS DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE JUIZ DE FORA AO SINDICATO DE PROFESSORES”, EM 20/11/1962.
- Nº 15:** “CARTA ENVIADA PELO SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO DE MINAS GERAIS AO SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA”, EM 31/10/1963. (02 PÁGINAS)
- Nº 16:** “RELATÓRIO ELABORADO PELO PROFESSOR MARCIANO NETTO”, EM 31/01/1961. (03 PÁGINAS)
- Nº 17:** “OFÍCIO ENVIADO AO SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA PELO REPRESENTANTE DOS DIRETORES DE ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DA CIDADE”, SR. AGENOR PEREIRA DE ANDRADE, EM 07 DE MARÇO DE 1964. (02 PÁGINAS)

---

\* Lista de Anexos organizada de acordo com a ordem em que aparecem no decorrer da dissertação.

**ANEXO N° 01****DIRETORIAS ELEITAS PARA O SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA (1934-1964)****08/09/1934**

Presidente - Joel Ramalho  
 Secretário - José de Freitas e Silva  
 Tesoureiro - Raymundo de Castro Mattos  
 Conselho Fiscal - Leonardo Keil  
                   Armando Carneiro  
                   Camilo Severino de Oliveira

**04/04/1937**

Presidente - Camillo Severino de Oliveira  
 Secretário - José de Freitas e Silva  
 (substituído por Sebastião Montes)  
 Tesoureiro - Gerardo Marini de Souza  
 Conselho Fiscal - Vicentino de Freitas Masini  
                   Carlos Del Lhano  
                   Leonardo Keil  
                   (substituído por Thomaz Bernardino)

**20/06/1942**

Presidente - Ralph Grunewald  
 Vice-Presidente - José de Freitas e Silva  
 Secretário - Raymundo de Castro Matos  
 Tesoureiro - Sebastião Montes  
 Conselho Fiscal - Benevenuto de Paula Campos  
                   Armando Carneiro  
                   João Panisset  
 Suplentes - Vicentini de Freitas Masini  
                   Manoel Lamas Andrade  
                   Irene Alves Montes  
                   Adolpho Schlottfeldt  
 Conselho Fiscal - Benjamin Colucci  
                   Oswaldo Veloso  
                   Zilda de Barros Jardim

**03/12/1944**

Diretores - Antônio Rezende  
                   Emílio Giacomini  
                   Jurandy José Monteiro  
                   Ary de Oliveira  
 Suplentes - Adalgício de Paula  
                   José Sérgio Ferreira  
                   Walkírio de Faria  
                   Reinaldo Teixeira de Andrade  
 Conselho Fiscal - Waldir de Freitas  
                   Oswaldino Slazer  
                   Álvaro Miguês

Suplentes - Júlio Camargo  
 José Fernandes Barata  
 Gerardo Marini de Souza

**22/05/1946**

Presidente - Emílio Giacomini  
 Vice-Presidente - Ari de Oliveira  
 Secretário - Adalgicio de Paula  
 Tesoureiro - Walkirio Faria  
 Conselho Fiscal - Júlio Camargo

**03/11/1950**

Diretores - José Machado Pedroso  
 José Vilas Bouçadas Júnior  
 Raymundo de Castro Mattos  
 Ary de Oliveira  
 Renato Sarmento Coelho  
 Suplentes - Camilo de Oliveira  
 Francisco Fernandes Sobral  
 Leonardo Keil  
 João Panisset  
 Nelson Mendes Evangelista  
 Conselho Fiscal - Cristovam Querino de Campos Bergo  
 José de Freitas e Silva  
 Júlio Camargo  
 Suplentes - Benevenuto de Paula Campos  
 Gerson Duarte  
 Waldir de Freitas

**17/11/1953**

Presidente - Marciano Rodrigues da Silva Netto  
 Vice-Presidente - Ivan Fornasier Cavalieri  
 Secretário - João Batista Panisset  
 Tesoureiro - Boanerges Barbosa de Castro  
 Suplentes - Waldir de Freitas  
 Eunice de Andrade Caldas  
 Nilo Camilo Ayupe  
 Irene Alves Montes  
 Conselho Fiscal - Manoel Lamas de Andrade  
 Reynaldo Teixeira de Andrade  
 Newton Lacerda Machado

**16/11/1955**

Diretores - Marciano Rodrigues da Silva Netto  
 Ivan Fornazier Cavalieri  
 Francisco Bedendo  
 Armando de Medeiros  
 Suplentes - Cristóvão Quirino de Campos Bergo  
 Manuel Lamas de Andrade

Newton Lacerda Machado  
 Reynaldo Teixeira de Andrade  
 Conselho Fiscal - Waldemar Lucas Rêgo de Carvalho  
     Waldir de Freitas  
     Nilo Camilo Ayupe  
 Suplentes - Antônio Vidal Campante  
     José de Freitas e Silva  
     Leonardo Keil  
 Representantes Junto à Federação - José Xavier de Albuquerque  
     José Martins de Miranda Chaves  
     Napoleão Nocera  
 Suplentes - João Toledo de Miranda  
     Gerson Duarte  
     Francisco Romano

**06/12/1959**

Presidente - José Xavier de Albuquerque  
 Vice-Presidente - Arlindo Teixeira de Menezes  
 Secretário - José Martins Miranda Chaves  
 Tesoureiro - Armando de Medeiros  
 Suplentes - Francisco Bedendo  
     João Miranda Toledo  
     Hélio Ferreira César  
     José Domingos dos Prazeres  
 Conselho Fiscal - Aurélio da Gama Leite  
     Helion de Oliveira  
     Hélio Weimar Pigozzo  
 Suplentes - Carlos Del Lhano  
     Reynaldo Teixeira de Andrade  
     Raymundo de Castro Matos  
 Representantes Junto à Federação - Anax Xavier de Albuquerque  
     Marciano Netto  
     Napoleão Nocera  
 Suplentes - Jacyr Vilar de Oliveira  
     José de Freitas e Silva  
     Antônio Vidal Campante

(Junta Governativa de 30/01/1962 a 08/04/1962)

**18/02/1962**

Presidente - Luiz Lopes de Souza  
 Vice-Presidente - Francisco Bedendo  
 Secretário - Nilo Camilo Ayupe  
 Tesoureiro - João Toledo de Miranda  
 Suplentes - Antônio Batista Ferreira Lima  
     José Darcy Leal  
     Hélio Ferreira César  
     Augusto Gotardelo  
 Conselho Fiscal - José Martins Miranda Chaves

Waldir de Freitas  
 Napoleão Nocera  
 Suplentes - Antônio Vidal Campante  
 Mary Moysés  
 Mozart Geraldo Teixeira

Representantes Junto à Federação - José de Freitas e Silva  
 Aurélio da Gama Leite  
 Raymundo de Castro Mattos

Suplentes - José Ribeiro  
 Adahil Lopes de Vasconcelos  
 Júlio Camargo

**29/03/1964**

Presidente - Luiz Lopes de Souza  
 Vice-Presidente - José Villas Bouçada Júnior  
 Secretário - Alyrio Rodrigues Vicente  
 Tesoureiro - Décio Facio  
 Suplentes - Francisco Romano  
 Maria do Carmo Volpe Freitas  
 Hélio Ferreira Cezar  
 Benevenuto de Paula Campos

Conselho Fiscal - Nilo Camilo Ayupe  
 Arlindo Ferreira de Menezes  
 Antônio Detoni Filho

Suplentes - Antônio Vidal Campante  
 Lúcia Vitral Monteiro de Souza  
 Marciano Rodrigues da Silva Netto

Representantes Junto à Federação - José Ribeiro  
 Antônio Batista Ferreira Lima  
 Adayl Lopes de Vasconcelos

Suplentes - Aurélio da Gama Leite  
 José de Freitas e Silva  
 Nahim Miguel Miana



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)